

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

LUGARES COM IDENTIDADE E MEMÓRIA:

OS PÁTIOS E VILAS OPERÁRIAS DE LISBOA COMO FUNDAMENTO DE UM PROJECTO

Sara Teixeira Fontainhas

(Licenciada)

Dissertação/Projecto para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura

Orientador Científico:

Professor Doutor Miguel Calado Baptista-Bastos

Co-orientador Científico: Professor Doutor João Rafael Marques Santos

Júri:

Presidente: Professora Doutora Carla Sofia Alexandrino Pereira Morgado

Vogais: Professora Doutora Maria Soledad Gomez Paiva Sousa

Professor Doutor Miguel Calado Baptista-Bastos

Lisboa, FAUL, Fevereiro, 2015



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Título da Dissertação: Lugares com Identidade e Memória: os Pátios e Vilas Operárias de Lisboa como Fundamento de um Projecto

Nome do Aluno: Sara Teixeira Fontainhas

Orientador Científico: Professor Doutor Miguel Calado Baptista-Bastos

Co-orientador Científico: Professor Doutor João Rafael Marques Santos

Mestrado: Mestrado Integrado em Arquitectura

Data: Fevereiro de 2015

RESUMO

O objectivo geral da dissertação é compreender o significado e importância dos termos “identidade” e “memória” enquanto qualidades fenomenológicas de um espaço, no contexto urbano da cidade e da arquitectura.

Para demonstrarmos a relevância deste objectivo, procuramos os acontecimentos que desencadearam uma problemática com consequências até ao presente: a prática urbanística assente numa visão de modernização das cidades e de renovação da arquitectura, sem consideração pelo passado histórico. Esta prática é motivada pelos avanços tecnológicos da Revolução Industrial de meados do século XIX e pela vontade de ruptura modernista do século XX.

Os pátios e vilas operárias de Lisboa, surgidos com a Revolução Industrial, são o sujeito principal deste trabalho, ao se relacionarem com a temática geral da dissertação, ao fundamentarem o programa e conceito de projecto e ao integrarem tanto o contexto geral da proposta urbana – o vale da Almirante Reis – como o contexto local da intervenção arquitectónica – o interior de um quarteirão.

A análise destas estruturas, tendo como pano de fundo tanto o contexto histórico em que surgiram como o seu contexto actual, permite-nos reconhecer o seu valor histórico, formal, social e cultural; evidenciar a sua importância enquanto lugares de identidade e memória na cidade de Lisboa e demonstrar o potencial de se tornarem espaços adaptáveis a novos usos, que respondam às necessidades locais e que sejam atractivos a novas pessoas.

Palavras-chave: Identidade; Memória; Lugar; Pátios e vilas operárias; Vale da Almirante Reis



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Title: Places with Identity and Memory: Lisbon's workers' dwellings as the fundament of a project

Student's Name: Sara Teixeira Fontainhas

Scientific Advisor: Professor Doutor Miguel Calado Baptista-Bastos

Scientific Co-advisor: Professor Doutor João Rafael Marques Santos

Master's Degree: Integrated Master in Architecture

Date: February 2015

ABSTRACT

The main goal of this dissertation is to understand the importance of the terms “identity” and “memory” as phenomenological qualities of a space, on the urban context of the city and architecture.

In order to show the relevance of this goal, we look for the events that led to a problem that remains current: the urbanistic practice – motivated both by the technological advances of the Industrial Revolution in the mid-nineteenth century and the trend of the twentieth century modernism – based on a modernization policy of cities, on an architecture renovation and on the rejection of the historical past. By ignoring an important social and historical dimension of spaces, this practice also depreciates those qualities, by not recognizing the identity of places neither preserving their memory.

Lisbon's workers' dwellings, which appeared on the same period, are the main subject of this work, as they are related to the overall theme of the dissertation. They substantiate the project's program and concept and they are integrated in the general context of the urban proposal - Almirante Reis' valley – and in the local context of the architectural intervention – the urban block's interior.

The analysis of these structures, considering the historical context in which they appeared, let us recognize their historical, formal, social and cultural value; point out their importance as identity and memory places in the city of Lisbon; show their potential to become adaptable to new uses, which could answer local needs and be attractive to new people.

Key-words: *Identity; Memory; Place; Workers' dwellings; Almirante Reis' valley*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, por me inspirarem organização, coragem e disciplina, pelo apoio incondicional ao longo de todo o meu percurso académico, pela ajuda e motivação e por acreditarem em mim.

Ao Diogo, pela cumplicidade ao longo de todos estes anos e pela paciência, compreensão e amparo nesta fase final do curso.

À Mariana, pela amizade e auxílio e à Ana, pela presença nos momentos importantes.

À Ana, Castro, Lagos, Almeida, Caneira e Rosa, pelo companheirismo ao longo dos cinco anos.

Ao professor Miguel Baptista-Bastos, pela amabilidade e confiança nas minhas decisões.

ÍNDICE DE IMAGENS	IX
ÍNDICE REMISSIVO	XI
0. INTRODUÇÃO	1
0.1. OBJECTO DE ESTUDO	2
0.2. OBJECTIVOS	2
0.3. JUSTIFICAÇÃO	3
0.4. METODOLOGIA	4
0.5. ESTRUTURA E CONTEÚDOS	5
0.6. ESTADO DA ARTE	6
1. IDENTIDADE E MEMÓRIA NAS RELAÇÕES COM A ARQUITECTURA	13
1.1. OS ESPAÇOS DA IDENTIDADE E DA MEMÓRIA	14
1.1.1. PATRIMÓNIO	15
1.1.2. ESPAÇO PÚBLICO	17
1.1.3. LUGAR E NÃO-LUGAR	19
1.2. A CLIVAGEM FUNCIONAL E SOCIAL NA CIDADE	21
1.2.1. A ORIGEM DA PROBLEMÁTICA	21
1.2.2. A CLIVAGEM	22
1.3. CONCLUSÃO E PISTAS PARA OS PRÓXIMOS CAPÍTULOS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
2. OS PÁTIOS E AS VILAS OPERÁRIAS DE LISBOA EM MEADOS DO SÉCULO XIX	27
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL	28
2.2. O PÁTIO	30
2.2.1. CARACTERÍSTICAS	30
2.2.2. LOCALIZAÇÃO	31
2.2.3. O PROBLEMA DA INSALUBRIDADE	32
2.3. A VILA	34
2.3.1. CARACTERÍSTICAS	34
2.3.2. LOCALIZAÇÃO	36
2.3.3. TIPOLOGIAS	38
2.4. O PÁTIO, O CORREDOR OU A RUA PARTICULAR	40
2.5. CONCLUSÃO E PISTAS PARA O PRÓXIMO CAPÍTULO	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
3. OS PÁTIOS E AS VILAS OPERÁRIAS DE LISBOA NO SÉCULO XXI	45
3.1. PANORAMA ACTUAL DAS VILAS	46
3.2. O PAPEL DOS PÁTIOS E VILAS NA CIDADE DO SÉCULO XXI	48
3.3. AS POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS	51
3.3.1. PARA UMA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO NA VILA	51
3.3.2. PARA UMA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO NO BAIRRO E NA CIDADE: AS VILAS ENQUANTO ESTRATÉGIA	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

4. RELATÓRIO DE PROJECTO	57
I. O TERRITÓRIO	58
4.1. Os VALES E AS COLINAS	58
4.2. O VALE E A AVENIDA ALMIRANTE REIS: FRAGMENTAÇÃO URBANA E SOCIAL.....	60
4.3. LINHA DE TALVEGUE E CUMEADA: CONTINUIDADE TOPOGRÁFICA	65
II. O LUGAR	69
4.4. LOCALIZAÇÃO	69
4.5. CARACTERÍSTICAS.....	69
4.6. ANÁLISE HISTÓRICA.....	74
III. A PROPOSTA.....	83
4.7. O PROGRAMA.....	83
4.8. O CONCEITO	86
4.8.1. Permeabilidade versus Privacidade: o arranjo exterior	86
4.8.2. Espaço público versus Espaço Semi-Público: a passagem	88
4.8.3. Altura versus Profundidade: o edificado	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
BIBLIOGRAFIA	101
ANEXOS	105
TIPOLOGIAS DAS VILAS OPERÁRIAS DE LISBOA.....	107
a) Vilas formando pátio.....	107
b) Vilas construídas atrás de prédios	109
c) Vila que acompanha a via pública	109
d) Vilas formando ruas	111
e) Vilas inseridas em espaços fabris.....	111
f) Vilas de escala urbana	115
g) Os bairros operários e económicos.....	115
FIALHO D'ALMEIDA, LISBOA MONUMENTAL, 1957	121
CONTEXTUALIZAÇÃO DA ZONA DE INTERVENÇÃO NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL 2012	127
1. Qualificação do Espaço Urbano	128
2. Estrutura Ecológica Municipal	131
3. Sistema de Vistas.....	131
4. Riscos Naturais I e Antrópicos.....	133
5. Riscos Naturais II e Antrópicos.....	133
6. Acessibilidades e Transportes	135
PROCESSO DE TRABALHO	137
PEÇAS DESENHADAS	154

1 - "Indústria e Habitação", Teresa Barata Salgueiro, 1981.....	37
2 - Pátios e vilas operárias na zona oriental de Lisboa, Sara Fontainhas.....	49
3 - "Plano com que se mostram os monumentos romanos de Olisipo o perímetro di Lissibona e a directriz do antigo braço do Tejo", Marina Tavares Dias, 1987	59
4 - "Uma das entradas do viaduto – Aspecto da Avenida da Liberdade atravessada pelo viaduto entre S. Pedro de Alcântara e o Campo de Sant'Ana", Fialho d'Almeida, 1957	59
5 – Sistema de bacias hidrográficas em "Y" e influência da topografia sobre a morfologia dos vales da Avenida da Liberdade e da Avenida Almirante Reis, Sara Fontainhas	59
6 - Zonas e bairros da vertente nascente do vale, Sara Fontainhas	61
7 - As três fases de planeamento de Lisboa em torno da Avenida, Sara Fontainhas	61
8 – Avenida Almirante Reis, Sara Fontainhas	63
9 – Linha de talvegue e linha de cumeada do vale da Almirante Reis, Sara Fontainhas	66
10 – Principais pontos e linhas da rede de coesão do espaço, Sara Fontainhas	66
11 – Pátios e vilas operárias na colina a nascente da Avenida Almirante Reis, CML – Lisboa Interactiva (http://lxi.cm-lisboa.pt/).....	68
12 – Freguesias limítrofes, Sara Fontainhas	70
13 – Áreas de Reabilitação Urbana, Sara Fontainhas	70
14 – Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, Sara Fontainhas.....	71
15 – Inclinação do terreno a Poente, Bing Maps	71
16 – Características físicas do lugar, Sara Fontainhas	73
17 – Evolução do edificado nas cartas de Duarte Fava (1807), Filipe Folque (1856-58) e Silva Pinto (1911)	75
18 – Duarte Fava, 1807	75
19 – Alçado principal e planta do rés-do-chão do Ginásio do Alto do Pina, 1890, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico.....	77
20 – Alçado principal e planta do rés-do-chão do edifício que preenchia a actual lacuna no edificado do quarteirão ao nível da Rua Barão de Sabrosa, 1891, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico	78
21 – Alçado e planta da Vila Musgueira, 1895, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico	79
22 – Alçado principal e planta da Vila Alegre, 1904, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico.....	79
23 – Filipe Folque, 1856-58.....	81
24 – Silva Pinto, 1911.....	81
25 – 1950, CML – Lisboa Interactiva (http://lxi.cm-lisboa.pt/).....	82
26 – Artº 91 – Plano Director Municipal 1970-83, CML – Lisboa Interactiva (http://lxi.cm-lisboa.pt/)	82
27 – Alçado principal e posterior da Escola Básica Actor Vale, 1958, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico...82	
28 – Privacidade: área arborizada entre domínio privado dos edifícios habitacionais e domínio público do interior do quarteirão.....	87
29 – Evolução do desenho da proposta.....	87
30 – Relação entre as várias zonas do parque.....	87
31 – Estudos sobre tipos de passagens em arco	88
32 – Relação entre a passagem pública do Centro Interpretativo e a passagem semi-pública da Vila Alegre	88
33 – Passagens em arco de acesso à Vila Alegre, Vila Musgueira e à antiga Vila Estefânia	89
34 – Planta de Cobertura e passagens.....	89
35 – Vila Alegre e arco sob edifício habitacional	89
36 – Vila Musgueira e arco sob edifício habitacional	89

37 – Relação entre altura e profundidade.....	90
38 – Axonometria e funções dos espaços	91
39 – Planta do piso tipo	92
40 – Planta do piso 0	92
41 – Planta do café e oficinas	92
42 – Planta do piso -2	93
43 – Corte longitudinal do edifício	93
44 - Vila Gadanho: caso típico de uma "vila corredor"	108
45 - Planta da Vila Gadanho, Escala 1:3000, Sara Fontainhas	108
46 - Vila Nova: exemplo de uma “vila pátio”	108
47 - Planta da Vila Nova, Escala 1:3000, Sara Fontainhas	108
48 - Vila Musgueira: caso típico de uma “vila construída atrás de prédio”	110
49 - Planta da Vila Alegre (Norte) e da Vila Musgueira (Sul), Escala 1:2000, Sara Fontainhas	110
50 - Pátio da Vila Musgueira.....	110
51 - Prédio em “correnteza” na Rua Rodrigues Faria, construída em 1873 pela Fábrica de Tecidos Lisbonense, Núcleo de Arquitectura do LNEC (http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/vilas/4/4-7.htm#4-7-1)	112
52 - Planta de uma “correnteza” na Rua Rodrigues Faria, a Alcântara, Escala 1:3000, Sara Fontainhas	112
53 - Vila tipo “chalet” na Rua Vale Formoso de Baixo, Lnec	112
54 - Esquema de uma vila “chalet”, Sara Fontainhas	112
55 - Vila Dias: caso típico de uma “vila formando rua”, Alberto Carlos Lima, data desconhecida	114
56 - Planta da Vila Dias, a Xabregas, Escala 1:3000, Sara Fontainhas	114
57 - Planta do Bairro Estrela de Ouro, Escala 1:3000, Sara Fontainhas	116
58 - Vila Cândida: caso típico de uma vila de escala urbana	116
59 - Planta da Vila Cândida, Escala 1:3000, Sara Fontainhas	116
60 – Desenho das fachadas das habitações do Bairro do Arco do Cego, Hélder Cotrim (https://www.flickr.com/photos/heldercotrim/2495193843/)	116
61 - Planta do Bairro Operário dos Barbadinhos, Escala 3000, Sara Fontainhas	116
62 - Vila Sousa, autor desconhecido.....	118
63 - Planta da Vila Sousa, Escala 1:3000, Sara Fontainhas	118
64 - Bairro Estrela de Ouro, Sara Fontainhas	118
65 - Vila Berta, autor desconhecido	118
66 - Vila Santos	118
67 - "Bairro operário, do tipo higiénico moderno", Fialho d'Almeida, 1957	122
68 - Qualificação do Espaço Urbano, Plano Director Municipal, 2012/CML	129
69 - Estrutura Ecológica Municipal, Plano Director Municipal, 2012/CML	130
70 - Sistema de Vistas, Plano Director Municipal, 2012/CML	130
71 - Riscos Naturais I e Antrópicos, Plano Director Municipal, 2012/CML.....	132
72 - Riscos Naturais II e Antrópicos, Plano Director Municipal, 2012/CML.....	132
73 - Condicionantes de Infraestruturas, Plano Director Municipal, 2012/CML	134
74 - Acessibilidades e Transportes, Plano Director Municipal 2012/CML.....	134
75 - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública I, Plano Director Municipal, 2012/CML	136
76 - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública II, Plano Director Municipal, 2012/CML	136

A

Almirante Reis · I, III, V, 2, 4, 6, 10, 38, 58, 60, 62, 64, 65, 69, 133, 135

E

espaço público · 2, 3, 5, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 40, 41, 67

I

identidade · I, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 42, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 67, 83, 99

L

lugar · 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 15, 19, 20, 22, 40, 41, 45, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 62, 67, 69, 74, 76, 80, 83, 84, 85

M

memória · I, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 42, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 67, 83, 99

P

pátio: pátios · 5, 9, 23, 30, 31, 32, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 50, 52, 53, 83, 107, 109, 113

património · 2, 5, 8, 10, 15, 16, 17, 18, 21, 45, 67, 83, 131

Q

quarteirão · I, 2, 3, 6, 8, 10, 69, 80, 128, 131, 135

V

vale · I, 2, 4, 6, 10, 31, 36, 38, 58, 60, 64, 65, 67, 74, 133

vila: vilas · I, 2, 3, 5, 6, 9, 10, 23, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 67, 76, 83, 84, 102, 107, 109, 111, 113, 115, 117, 119

0. INTRODUÇÃO

0.1. OBJECTO DE ESTUDO

A presente dissertação tem como tema principal a “identidade” e a “memória” enquanto qualidades fenomenológicas do espaço público e da arquitectura. Neste domínio, a matéria tratada vai ao encontro da sociologia urbana. O “espaço público” e o “património” são constituídos objectos de aprendizagem, por aqui ser mais evidente a presença das qualidades descritas anteriormente. Nesta vertente mais reflexiva, o estudo recai também sobre a compreensão dos conceitos “lugar” e “não-lugar”.

Na vertente mais específica do trabalho, os “pátios e vilas operárias de Lisboa” são os principais objectos de estudo. Estes objectos são estudados mediante três principais abordagens: uma mais analítica, considerando o seu contexto histórico, localização, características e tipologias; uma mais sociológica, considerando as suas qualidades enquanto espaços representativos de uma identidade e de uma memória; e uma mais técnica, considerando o seu potencial enquanto estratégia de intervenção urbana e ainda enquanto fundamento de um projecto de arquitectura.

Para efeitos de um projecto de arquitectura, o território em estudo é, num contexto geral, o “vale da Almirante Reis”, num contexto particular, a colina a nascente da Avenida Almirante Reis e a actual freguesia da Penha de França e num contexto específico o interior de um quarteirão, perto da Alameda D. Afonso Henriques.

0.2. OBJECTIVOS

O objectivo geral desta dissertação é compreender a importância que a memória e a identidade têm na relação com a arquitectura e com o espaço público, no contexto urbano actual da cidade. Aborda-se uma problemática actual e frequentemente debatida: a da crise de relações sociais e de identidade nos espaços públicos da cidade, para, em primeiro lugar, entender, através da evolução urbana que factores justificam esta crise. Ao abordar esta problemática, procura-se também realçar a importância do reforço de relações sociais, a nível local (bairro) e do fomento de determinada memória e identidade urbana, a nível global (cidade). O estudo do espaço público na cidade tem como objectivo perceber o seu papel enquanto elemento ordenador do espaço urbano, enquanto palco de processos duma sociabilização e enquanto oportunidade de identidade urbana.

Pretendemos criar uma articulação entre a temática principal (identidade e memória) e os objectos de análise (pátios e vilas operárias) e aplicar os conhecimentos obtidos na execução de um projecto de arquitectura.

Na relação temática/objectos de análise, procuramos estabelecer, à partida, a ligação identidade e memória com dois espaços da cidade – o espaço público e o património – para depois encadarmos esta ligação aos pátios e vilas de Lisboa – enquanto espaços comunitários semi-públicos e património cultural e urbano. Esta relação tem como objectivo analisar a potencialidade surgida do reforço da identidade e memória destes elementos na cidade de Lisboa e da sua adaptação a novos usos.

Na relação objectos de análise/projecto, tencionamos analisar as características gerais das vilas operárias enquanto conteúdo da cidade e compreender a sua especificidade enquanto elementos condicionantes do local de intervenção do projecto.

0.3. JUSTIFICAÇÃO

A escolha da temática – **identidade e memória nas relações com a arquitectura** – é justificada, primeiramente, pelo interesse pessoal desenvolvido ao longo do curso pela vertente mais sociológica da arquitectura, uma vez que consideramos, especialmente em contextos urbanos densificados, ser uma oportunidade para um projecto arquitectónico evoluir.

A motivação pelo estudo daquela temática é reforçada pela nossa convicção de que pode esta matéria ser o mote para a revitalização urbana, tão necessária em determinados pontos da cidade. A compreensão da crise de relações sociais e de identidade nos espaços públicos da cidade é legitimada pelo que se acredita ser uma das condições inerentes a um arquitecto: estar atento ao que se passa no contexto onde vive e naquele onde vai intervir.

Em segundo lugar, os objectos de estudo – **pátios e vilas operárias** – são seleccionados por julgarem-se ser pré-existências urbanas adaptáveis à problemática social contemporânea referida acima, no sentido de reunirem as condições necessárias para se constituírem pólos revitalizadores.

Uma terceira justificação para esta dissertação reside no facto de a escolha da temática e dos objectos de análise terem uma relação directa com o projecto de arquitectura desenvolvido em paralelo (caso prático) e por a matéria aí tratada servir de fundamento para a conceptualização do último. Isto significa que a temática interfere nas decisões do projecto, desde a escolha do programa ao modo como os espaços são pensados. Por sua vez, o estudo das vilas operárias permite uma melhor compreensão das pré-existências do contexto da intervenção do projecto.

Finalmente, a escolha do local do caso prático é legitimada pela sua actual condição: um grande terreno baldio localizado no interior de um quarteirão da cidade de Lisboa, classificado no Plano Director Municipal como espaço verde de recreio e produção a consolidar, pois, nesse sentido, necessita de uma intervenção.

O projecto visa proporcionar o usufruto das potencialidades e características físicas do terreno, nomeadamente o seu declive acentuado - que se pretende preservar por permitir vista aberta para a cidade a partir dos pontos mais altos - e a sua localização, próxima de polos aglutinadores de pessoas, tais como estruturas viárias, equipamentos escolares, equipamentos comerciais, entre outros que definem o que se entende como relações sócio-urbanísticas.

0.4. METODOLOGIA

Para a realização da presente dissertação teórica e respectivo projecto prático a metodologia utilizada foi organizada em, sensivelmente, quatro fases.

A partir da escolha do tema de Mestrado “Outras Lisboas: projectar e integrar o vale da Almirante Reis” e das questões e objectivos levantados pelo enunciado do mesmo, iniciámos a investigação através de diversas análises deste contexto urbano, de visitas à avenida Almirante Reis e bairros adjacentes e à recolha de informação relevante. Procurámos informar-nos junto de entidades de acção local, participando, por exemplo, no 1º Encontro de Urbanismo do CIUL¹ - com o mote “Regenerar, Reabilitar, Requalificar” – no dia destinado ao “Eixo da Av. Almirante Reis”.

Aquela primeira etapa permitiu-nos que, numa segunda fase, fosse feita a escolha do terreno de intervenção e a delimitação do universo teórico a desenvolver, de forma mais ciente e contextualizada. Para a dissertação fundamentámo-nos na pesquisa, leitura e análise de bibliografia relevante, como também na reflexão e síntese sobre a informação recolhida, recorrendo, em alguns casos, a fichas de leitura. Daqui resultou a definição do objecto de estudo, dos objectivos, da estrutura e conteúdos da dissertação. Relativamente ao projecto foi então possível a definição de um programa e de um conceito para a proposta urbana e arquitectónica. A par de visitas ao lugar e de documentação fotográfica, procurámos estabelecer diálogo com os residentes do bairro.

A terceira fase, destinada ao desenvolvimento da dissertação, foi também dedicada a investigar, em paralelo e de forma mais afincada, a História do lugar de intervenção e a existência, ou não, de algum projecto pensado para o local. Para tal procurámos informar-nos na junta freguesia da Penha de França, Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa e também através do diálogo com um habitante local.

Por fim, a quarta fase, após consolidada a dissertação, foi dedicada ao desenvolvimento da proposta arquitectónica.

¹ Centro de Informação Urbana de Lisboa

Tendo em conta o objecto de estudo e os objectivos propostos, a estrutura do presente trabalho é constituída por quatro principais pontos, coincidentes com a divisão dos capítulos:

1) Identidade e memória nas relações com a arquitectura

Conceitos-chave: identidade; memória; espaço público; património; lugar; não-lugar.

No primeiro capítulo deste trabalho procuramos compreender os conceitos de identidade e memória enquanto qualidades significativas de um determinado espaço, considerando o contexto urbano da cidade. Ao relacionarmos aquela identidade e memória urbanas com dois espaços específicos da cidade – o espaço público e o património –, caminhamos no sentido de demonstrar, não só, a importância de existir uma forte ligação entre o espaço e o social, como também a problemática advinda da inexistência desta mesma ligação. Por fim, procuramos destacar, através de uma breve abordagem histórica, os acontecimentos que, a partir da Revolução Industrial, desencadearam aquela mesma problemática e desvalorizaram os conceitos de identidade e memória na arquitectura. Este período histórico serve de ponte para o seguinte capítulo, por nesta altura surgirem, em Lisboa, os pátios e as vilas operárias.

2) Pátios e vilas operárias em Lisboa

Conceitos-chave: pátio operário; vila operária; semi-público; segregação social; comunidade.

Dedicamos este ponto do trabalho a uma análise aos pátios e vilas operárias em Lisboa, tendo em conta o contexto histórico-social em que surgiram, as características formais, a localização e a variação tipológica. Apesar dos aspectos negativos associados a estas estruturas – a questão da insalubridade e da segregação social –, pretendemos ressaltar que consideramos serem, não só, um bom exemplo entre a forma construída e a forma vivida, tendo em conta as soluções formais adoptadas – como a existência de um espaço comunitário, semi-público –, como também objectos testemunhos de uma identidade e de uma memória referentes a outra época e, por isso, objectos com uma dimensão social e culturalmente significativa para a cidade actual.

3) Para uma construção de significado no lugar

Conceitos-chave: acupuntura urbana; auto-estima; reabilitação; legibilidade; relevância; usos; gestão.

Os dois primeiros momentos do trabalho, de vertentes genérica e depois analítica, baseados em acontecimentos passados, constituem as ferramentas para a formulação do presente ponto, assente numa convicção pessoal – *pátios e vilas: oportunidade de identidade e memória na cidade de Lisboa* –, motivada pela observação de uma problemática – *o panorama actual das vilas* –, pelo reconhecimento da existência de um valor inerente e de uma pertinência futura que são desaproveitados – *o valor dos pátios e vilas na cidade do século XXI* – e pela formulação de uma estratégia que resolva aquela problemática e legitime a concretização deste potencial futuro – *as possíveis estratégias para uma construção de significado na vila e as vilas enquanto estratégia para o bairro e para a cidade*.

4) Relatório de projecto

Conceitos-chave: vale da Almirante Reis; linha de talvegue; linha de cumeada; miradouro; centro interpretativo.

Dedicamos este capítulo, em primeiro lugar, à contextualização do terreno de projecto no espaço urbano da cidade de Lisboa, tendo em conta as características topográficas do território onde se insere – o vale da Almirante Reis. De seguida, prende-se este ponto com a caracterização do lugar, quanto à sua localização específica, às características físicas do terreno e do edificado e à evolução histórica, tanto do traçado urbano da envolvente próxima, como da formação do quarteirão que delimita o terreno de intervenção. Por fim, procuramos demonstrar a relação entre a temática do trabalho e o projecto de arquitectura, evidente desde as preexistências – vilas operárias – do local de intervenção, ao conceito e programa propostos.

5) Conclusão

As considerações finais da dissertação são aqui apresentadas, estando directamente relacionadas com os objectivos inicialmente propostos. Procuramos destacar aquilo que de novo aprendemos e que poderá ser pertinente para futuros trabalhos.

0.6. ESTADO DA ARTE

Aos quatro principais pontos estruturantes deste trabalho, podemos corresponder também quatro principais grupos de autores cujas obras, enquanto bibliografia, contribuíram para o aprofundamento do nosso conhecimento sobre o assunto, e enquanto referências bibliográficas, sustentaram o nosso raciocínio.

Dado o carácter mais genérico do primeiro ponto, foi necessário estreitar a nossa atenção a apenas uma parcela de um conjunto já vasto de obras que tocam no assunto. Isto porque o tema da *memória* e da *identidade*, considerando o contexto da cidade e da arquitectura, tem vindo a ser tratado desde os anos 60 por diversos autores. A razão da crescente importância dada ao assunto deve-se essencialmente a uma maior sensibilização de arquitectos e urbanistas, relativamente às consequências negativas para as cidades, advindas do pensamento e prática modernista, ao negligenciar as características históricas, geográficas e culturais de um determinado *lugar*, destruindo a sua identidade e a possibilidade de aí se construir uma memória.

Apesar de termos mantido o nosso foco num conjunto de obras mais recentes, não será demais evidenciar os autores considerados “clássicos”, cujas obras destacaram em primeira mão este assunto e aprofundaram o nosso conhecimento acerca do mesmo.

Walter Benjamin, filósofo alemão, no seu ensaio “O Narrador” (1936), foi dos primeiros autores a lançar um olhar crítico sobre a sociedade moderna, utilizando o conceito de *narrativa* – carregado de um significado histórico-sociológico – para o efeito. Segundo o autor, a narrativa, presente numa sociedade tradicional, transmite-nos uma determinada *história*, um conjunto de *experiências* ou uma *tradição*, apreendidas e partilhadas em colectivo. A *memória* tem aqui especial importância, sendo a impressão e experiência que retemos e que nos dá a nossa dimensão de sentido no mundo. No lado oposto, Benjamin posiciona os tempos modernos e a consequente incapacidade de se contar uma história, de se trocar experiências e, portanto, de se constituir uma memória.

A narrativa é um conceito equiparável ao de *legibilidade*, utilizado neste trabalho. Paisagens construídas fazem alusão a significados simbólicos, evocam narrativas relacionadas com as nossas vidas. Ao longo do tempo, esse conjunto de signos solidifica uma *memória colectiva* – uma tradição? –, constituindo uma *cidade análoga* (café centenário, praça de manifestações políticas, etc, exemplo dessa cidade análoga). A *memória urbana* está naturalmente ligada a essa cidade e ao conjunto de recordações que dela emergem; é a realidade que marca a nossa própria fugacidade na história, ao mesmo tempo que anuncia a possibilidade de transcendermos a nossa temporalidade individual. Assim, há determinados espaços físicos na cidade que têm a capacidade de falar pelo todos, de transmitir essas recordações, os chamados *espaços-síntese*. Ao transmitirem o passado, transmitem também a possibilidade do presente se perpetuar no futuro. A memória é isso mesmo: proteger a memória, significa proteger o passado, o presente e o futuro.

Gaston Bachelard, filósofo e poeta francês, em “A Poética do Espaço” (1957), retoma o tema da *memória*, desta vez associando-a à *lembrança*, tendo como pano de fundo o espaço doméstico da casa. A lembrança, faculdade pertencente à nossa intimidade, dá-nos o sentido de valorização do espaço, solidificando imagens, identidades e signos, relacionados com determinada sociedade ou com histórias íntimas e individuais. Também Bachelard está aqui a fazer uma crítica aos tempos modernos, tendo como principal foco o modelo de habitação das grandes cidades modernas.

Apesar de ao longo dos anos 50 se assistir a uma série de propostas² baseadas numa visão crítica contra a paisagem funcionalista e aos espaços físicos sem relação com o social e sem capacidade de promover uma identidade e uma memória, a partir da década de 60, como já foi referido, a produção literária crítica dá maior relevo ao assunto. É o caso da obra “Morte e Vida das Grandes Cidades” (1961), da escritora e activista política **Jane Jacobs** e afincada crítica contra o urbanismo modernista. Já a obra do urbanista e escritor americano **Kevin Lynch**, “A Imagem da Cidade” (1960), tem grande importância no estudo dos atributos físicos que pertencem à identidade dos lugares e que contribuem para a formação de uma imagem mental da cidade.

Nos anos 70, ao se assistir nas cidades, consecutivamente, aos efeitos já previstos do urbanismo e arquitectura modernistas, surge um cada vez maior interesse pelos valores que os mesmos renegam: o da especificidade do regional, do contexto, da experiência, da cultura, do sentido e da identidade do lugar. Paralelamente, o conceito de revitalização urbana, em oposição ao de renovação urbana, ganha maior força. É o caso do arquitecto e teórico italiano **Aldo Rossi**, que na obra “A Arquitectura da Cidade” (1971), utiliza a cidade histórica como fundamento para ressaltar e fortalecer o conceito teórico de *lugar*, ou *genius loci*, numa clara atitude contra a renovação urbana e o urbanismo “arrasa-quarteirão”.

A partir dos anos 80, a força ganha pela política de revitalização urbana e de preservação dos centros históricos, em oposição a intervenções modernistas, acaba por ter consequências negativas. Locais com determinados significados simbólicos, características históricas e culturais evocadoras de uma determinada identidade e memória, que até então tanto foram valorizados, são palcos de um novo processo: ao serem alvo de intervenções de reabilitação urbanísticas, o valor dos imóveis aumenta radicalmente, sendo quase exclusivamente ocupados por classes médias e altas, impossibilitando os antigos moradores, de classes mais pobres, de permanecerem nas suas habitações, sendo “empurrados” para as periferias, onde as habitações são mais baratas. Este processo, identificado em primeiro lugar por alguns sociólogos norte-americanos, denominando-o de *gentrification* (ou *gentrificação*), resulta, portanto, na segregação social do espaço urbano, criando tanto guetos como núcleos de elites.

A crítica contra os espaços descaracterizados resultantes do urbanismo modernista continua a ser desenvolvida em diversas obras mais contemporaneamente, renovando o interesse pelos conceitos já desenvolvidos e acrescentando novos conceitos para a compreensão de uma problemática complexa.

Destas obras, as que de seguida expomos foram as mais influentes para a estruturação do primeiro capítulo do trabalho, acerca da identidade, memória, espaço público, património, lugar e a clivagem funcional e social da cidade:

- **Marc Augé**, etnólogo e antropólogo francês, na sua obra “Pour une anthropologie des mondes contemporains” (1994), retoma o tema do *lugar* e acrescenta os conceitos de *não-lugar* e de

² Discutidas, nomeadamente, no Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM) de 1951, em Inglaterra (CIAM VIII); de 1953, em França (CIAM IX); e de 1955, na Croácia (CIAM X).

sobremodernidade, para classificar tanto os espaços sem dimensões identitárias e históricas, como a época – a contemporânea – que as contextualiza.

- A obra do político, arquitecto e urbanista brasileiro **Jaime Lerner**, “*Acupuntura Urbana*” (2003), introduz um novo conceito associado a uma forma de intervir na cidade, apoiada na revitalização, não deixando de relembrar que determinadas características sensoriais, culturais e fenomenológicas, de certos ambientes urbanos, têm importância para a formação da memória e da identidade numa cidade. A alusão à medicina, presente no conceito de *acupuntura urbana*, não é por acaso. O autor pretende demonstrar como a intervenção pontual, em pontos específicos e problemáticos da cidade, tem como objectivo a revitalização que é sentida localmente, mas que contribui, em conjunto com as restantes intervenções, para a revitalização global da cidade. O princípio proposto pelo autor tem grande pertinência quando adaptado à realidade dos pátios e vilas operárias e da cidade de Lisboa e, por isso, fundamenta as estratégias desenvolvidas no terceiro capítulo deste trabalho.

- A obra de **Fernando Brandão Alves**, “*Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*” (2003), foi também contributo significativo para a compreensão da evolução do conceito de espaço público. O estudo do capítulo 3.14.2. “Sentido de lugar e ligação do homem ao meio” foi fundamental para a realização do capítulo 3.3. “As possíveis estratégias” deste trabalho. Naquele capítulo, o autor sintetiza as condições necessárias para se criar significado no lugar. Este valor é proveniente de uma relação forte entre o espaço e o social, da qual é possível, não só, que os utilizadores realizem experiências significantes e construam memórias e identidades específicas do nosso tempo, mas também, que essa mesma fruição seja sentida pelas culturas emergentes.

- A reunião de textos presente no livro de **Pedro Brandão e Antoni Remesar**, “*Design Urbano Inclusivo*” (2004), clarifica-nos em diversos assuntos que os próprios títulos anunciam: “Um revivalismo modernista, para quê?”, de **Nuno Portas**; “Espaços públicos urbanos e espaços públicos da cidade”, de **Vítor Matias Ferreira**; e “Arte pública, cidade e memória”, de **Ignasi de Lecea**.

Acerca dos pátios e vilas operárias de Lisboa, as três principais obras de referência foram:

- **Maria João Madeira Rodrigues**, “*Tradição, Transição e Mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*” (1979), obra pioneira na descrição das características do pátio, e das condições precárias destas estruturas, mas também, e principalmente, do entendimento da vila operária enquanto primeiro modelo inovador de habitação, tanto pela sua estrutura, forma e função como pela sua autonomia e variabilidade que permitem a constituição de tipos.

- **Teresa Barata Salgueiro**, com o artigo “*Habitação operária em Lisboa*” (1981), apresenta uma análise mais sistematizada dos pátios e vilas operárias, tendo em conta o contexto histórico em que surgiram, as suas principais concentrações na cidade, as principais formas adquiridas e as características formais e decorativas.

- Do arquitecto português **Nuno Teotónio Pereira**, o artigo “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” (1994), da revista “Análise Social”, volume XXIX, n.º 127, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, apresenta-nos uma análise mais completa dos dois modelos de habitação operária e das condições em que surgiram, contendo também uma relevante classificação das diversas variações tipológicas da vila, de acordo com a evolução cronológica do modelo, que por fim atinge a escala urbana.

No terceiro capítulo, para a descrição do panorama actual das vilas, foram essenciais as reportagens realizadas pelo Corvo, intituladas de “Pátios & Vilas de Lisboa” (2014), nas quais se depreende o retrato social, económico e cultural de alguns pátios e vilas de Lisboa a partir das entrevistas realizadas directamente aos seus habitantes.

Sobre o vale e avenida Almirante Reis, serviram de referência:

- A obra do jornalista e escritor português **Norberto de Araújo**, “Peregrinações em Lisboa” IV e VIII (1993), que se tratará sempre de um grande contributo para o estudo dos bairros e sítios de Lisboa, tendo em conta o conhecimento exposto pelo autor de factos e curiosidades históricas. Neste caso, a obra foi importante para o alargamento do nosso conhecimento acerca de alguns bairros, ruas e monumentos que compõem o vale da Almirante Reis.

- A tese de mestrado de **Humberto Gonçalves Rodrigues**, “Fragmentação e Continuidades Urbanas” (2012), uma vez que o autor procede a uma análise do vale da Almirante Reis e do vale da Avenida da Liberdade, ressaltando as principais diferenças topográficas, morfológicas e urbanísticas entre ambos. O vale da Almirante Reis constitui ainda o caso de estudo deste trabalho, onde o autor faz uma interessante análise espacial, morfológica e social deste vale, que denuncia a forte presença de fragmentação em todas aquelas dimensões. De seguida, o autor faz o levantamento de determinados pontos do vale – espaço público, património e edifícios devolutos – e de características topográficas – a linha de cumeeada e de talvegue –, que, no seu conjunto, constituem ligações unificadoras do espaço e revelam a continuidade do vale, apenas visível segundo este olhar mais atento.

A tese de mestrado de **Inês Maria Ferreira Fernandes**, “Quarteirões Abertos” (2012), foi também referência, tanto pela relevância que o conceito desenvolvido – a possibilidade do miolo dos quarteirões serem abertos ao público, fazendo a transição entre o espaço privado das habitações e o espaço público das ruas – tem para o projecto de arquitectura, influenciando inclusivamente algumas considerações do projecto, como o facto, evidenciado pela autora, destes espaços deverem servir, em primeiro lugar, as necessidades dos habitantes ou utilizadores diários dos edifícios que compõem o quarteirão, ainda que não seja questionável a sua abertura ao público exterior, como também deverem ser maioritariamente pedonais, oferecendo às pessoas percursos alternativos aos que usualmente partilham com os automóveis, podendo constituir até um

tecido urbano complementar que se interliga com a rede de espaços públicos existentes na cidade. Serviu ainda de referência para a estruturação do presente trabalho, nomeadamente do capítulo introdutório.

1. IDENTIDADE E MEMÓRIA NAS RELAÇÕES COM A ARQUITECTURA

*“Desde os anos 60, o tema da **memória** vem merecendo destaque cada vez maior nos estudos sobre as cidades, numa perspectiva de abordagem que se contrapõe ao pensamento e prática do Movimento Moderno Internacional, especialmente no que se refere ao descaso em relação às características históricas, geográficas e culturais que dão **identidade** ao **lugar**.”³*

³ ORTEGOSA, S. “Cidade e memória: do urbanismo “arrasa-quarteirão” à questão do lugar” in *Arquitextos*, ano 10, n.º 112.07. [Em linha] São Paulo: Vitruvius, Setembro 2009. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/30>>

1.1. OS ESPAÇOS DA IDENTIDADE E DA MEMÓRIA

Com o presente texto pretende-se explorar os conceitos-chave identidade e memória, no contexto urbano da cidade e enquanto qualidades fenomenológicas do espaço urbano público e da arquitectura.

Para dar início ao argumento procura-se uma definição destes conceitos, feita por alguns autores que se debruçaram sobre o tema, a fim de tornar relevante uma delimitação do universo teórico a que os mesmos pertencem.

Posteriormente, o problema é colocado através de uma breve abordagem aos acontecimentos que no decorrer do tempo puseram em causa a existência de identidade e memória nos atuais espaços urbanos contemporâneos.

À parte de um significado mais comum de identidade e memória que habitualmente reside no discurso do dia-a-dia, a definição destes conceitos que mais importa para esta reflexão é aquela que transmite a qualidade da relação entre as pessoas e o espaço.

Em relação à identidade, Jaime Lerner refere que *“identidade, auto-estima, sentimento de pertencer, tudo tem a ver com os pontos de referência que uma pessoa possui em relação à sua cidade”*⁴. Esta relação manifesta-se em espaços específicos, *“locais que pertencem à memória da cidade e que são pontos fundamentais da identidade, do sentimento de pertencer a uma cidade”*⁵. Desta forma, poder-se-á especificar os conceitos de *identidade urbana* e *memória urbana* tendo já em conta aquela manifestação no contexto urbano da cidade.

As abordagens de diversos autores feitas a estas noções raramente contêm definições literais e acabam sempre por estar relacionadas com outros domínios, situação que demonstra os seus limites abstractos.

Um local identitário será aquele em que *“a população se relaciona com o ecossistema e se apropria do espaço”*⁶, pois encontra no mesmo *“oportunidades para desenvolver acções que tendem a alimentar a sua identidade pessoal, social e espacial”*⁷. Será a existência de práticas duma apropriação do espaço por parte dos indivíduos, determinante para a construção de identidade num local? O conceito de apropriação do espaço está associado a *“competências e capacidades dadas aos indivíduos no sentido de organizarem o espaço e para*

⁴ LERNER, J. *Acupuntura Urbana*. 5ªEd. [Em linha] Rio de Janeiro: Record, 2011. p.77.

⁵ *ibidem*, p.41.

⁶ BRANDÃO, P. *et al* (2002) apud FRANCISCO, M. “Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada” in *A Geografia Ibérica no Contexto Europeu*: actas do X Colóquio Ibérico de Geografia. [Em linha] Évora, Setembro 2005. p.1. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf>

⁷ FERREIRA, V. *et al*. “Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na Metrópole de Lisboa: Uma Aproximação Instrumental e Metodológica no Quadro de uma Investigação” in *Cidades - Comunidades e Territórios*, n.º5. [Em linha] Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. p.93. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/186>>

aí poderem inscrever a sua marca pessoal ou colectiva”, conferindo ao mesmo espaço “as qualidades de lugar pessoal ou colectivo”⁸. Por seu lado, um local memorável será aquele que traduz uma “interacção equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma identidade singular que as pessoas reconhecem facilmente”⁹.

Estas definições demonstram o cruzamento de universos que decorre a um determinado nível de uma tentativa de distinção entre o domínio da identidade urbana e o domínio da memória urbana, sendo estes conceitos quase indissociáveis.

Adiantamos que as *“construções que são classificadas como marcas importantes do património histórico da nação”¹⁰* – os monumentos – constituem, grosso modo, uma das materializações da identidade e memória das cidades contemporâneas. Apesar de personificarem acontecimentos e feitos passados, ocorre a transferência de significado entre uma e outra época, através de um processo em que *“as coisas que se identificavam com o passado se transformam em objectos de significação, reassumindo uma outra função: a simbólica; e adquirem um novo estatuto: ser património”¹¹.*

Mas não só o monumento canaliza a memória e a identidade das cidades contemporâneas. Segundo os urbanistas Jordi Borja e Zaida Muxí, no seu livro *“O espaço público: cidade e cidadania”,* também outros espaços o fazem, como todo aquele *“património de conjuntos e edifícios, de vazios e percursos, de monumentos e de símbolos, que são referências da sua identidade que devem, em parte, ser conservados e reconvertidos, para contribuir tanto para se guardar a memória como se dar um impulso para a evolução da cidade”¹².*

1.1.1. PATRIMÓNIO

Acerca do património pode-se considerar, numa perspectiva mais restrita ou *“museográfica”, “as suas dimensões históricas e culturais”¹³* e, complementarmente, numa perspectiva mais alargada, a sua dimensão *“social e culturalmente significativa”¹⁴* enquanto *“dimensão identitária e cultural da cidade”¹⁵*. Memória e identidade residem, assim, nesta última dimensão do património, sendo quase indissociável a sua relação, como evidencia a seguinte citação: *“os patrimónios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em património. Transformar objectos, estruturas arquitectónicas e*

⁸ idem.

⁹ BRANDÃO, P. et al (2002) apud FRANCISCO, Marlene Duarte, op. cit., p.2.

¹⁰ LERNER, J. *Acupuntura Urbana*. 5ªEd. [Em linha] Rio de Janeiro: Record, 2011. p.41.

¹¹ MENEZES, M. “Património urbano: por onde passa a salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º11. [Em linha] Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2005. p.68. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/116>

¹² BRANDÃO, P.; REMESSAR, A. (2000) apud FRANCISCO, M., op. cit., loc. cit.

¹³ FERREIRA V. et al, op. cit., p.85.

¹⁴ idem.

¹⁵ ibidem, p.86.

estruturas urbanísticas em património cultural significa atribuir-lhe uma função de representação, que funda a memória e identidade”¹⁶.

O património urbano, especificamente, está *“sujeito a um permanente processo de invenção social e cultural”, decorrente “da própria dinâmica civilizacional”*¹⁷ da cidade. Este processo dá *“continuidade ao que, a cada momento, identificamos como contemporâneo”* e faz emergir uma memória característica, a *“memória pública do espaço”*¹⁸.

Neste momento, será oportuno referir a importância da tradição, ao manter e prolongar, no tempo, os valores identitários e a consciência colectiva consagrados no passado, os mesmos que as gerações futuras continuam a considerar como seus. De acordo com os historiadores Eric Hobsbawm (1917-2012) e Terence Ranger, o passado é *“quotidianamente inventado”* e assegurado pela tradição, mas *“como operam essas construções sociais que ligam as tradições às identidades sociais e espaciais”*¹⁹?

Outra interrogação que se torna pertinente para esta reflexão é a de que *“se o espaço é memória do público, de que modo se inscreve esta memória, ou melhor, de que modo o público pode inscrever esta memória e, do mesmo passo, formar e reformar o espaço que o contém?”*²⁰.

Ainda outros autores referem a importância dos monumentos. É o caso do sociólogo espanhol Manuel Castells, que numa conferência na 5ª Bienal das Cidades e Urbanismo da Europa, realizada em Barcelona, falou *“da forma como os monumentos eram essenciais na apropriação simbólica do espaço público por parte dos cidadãos”* e definiu o papel dos monumentos como *“tudo aquilo que dá significado permanente a uma unidade urbana”*; como *“aglutinadores e representantes de certos aspectos da identidade colectiva”*²¹. Também o arquitecto e urbanista espanhol Oriol Bohigas acredita *“no valor dos monumentos como garantias da identidade e da memória”*, incluindo naquela classificação *“não apenas a escultura pública ou a arte pública, mas também aquelas obras de arquitectura às quais as pessoas vão outorgando este carácter”*²².

Todas as dimensões do património aqui referidas evidenciam a sua importância na actualidade e refutam qualquer *“visão pejorativa muito difundida que entende o monumento como uma herança oitocentista alheia à contemporaneidade”*²³.

¹⁶ GONÇALVES, J. “Monumentalidade e cotidiano: os patrimónios culturais como género de discurso” in *Cidade: História e Desafios*. [Em linha] Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.121, 122. [Consult. Abr 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6816/1264.pdf?sequence=1>

¹⁷ FERREIRA, V. “Espaços públicos urbanos e espaço público da cidade” in BRANDÃO, P.; REMESAR, A. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004. p.116.

¹⁸ idem.

¹⁹ HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (1996) apud MENEZES, M., op. cit., loc. cit.

²⁰ TOUSSAINT, J.; ZIMMERMANN, M. (2001) apud FERREIRA, V., op. cit., p.115.

²¹ LECEA, I. “Arte pública, cidade e memória” in BRANDÃO, P.; REMESAR, A., op. cit., p.124.

²² idem.

²³ idem.

Também o espaço público enfrenta uma dupla valência semelhante à considerada para o património.

O professor catedrático Vítor Matias Ferreira faz a sua distinção entre “os espaços públicos urbanos – na pluralidade diferenciadora dos respectivos espaços urbanos” e o “espaço público da cidade – na singularidade identificadora e identitária da cidade”²⁴.

Já Marc Augé faz a distinção entre “lugares” e “não-lugares”, conceitos referentes a dois tipos de espaço público. Relativamente aos primeiros, são estes “lugares antropológicos”, “portadores de três dimensões: são identitários, históricos e relacionais”²⁵. Por outro lado, os segundos não contemplam as qualidades anteriormente referidas e “correspondem a um espaço físico, mas também à forma como os atores sociais aí se relacionam, correspondem a uma lógica funcional cuja preocupação é tornar cada vez mais rápida a movimentação na sociedade e a satisfação das necessidades”²⁶. Segundo o autor, são exemplo de não-lugares as “auto-estradas, grandes supermercados, centros comerciais, aeroportos, etc.”.

Vários autores contrapõem esta visão, como é o caso do professor e sociólogo italiano Guido Martinotti (1938-2012), que se demarca do posicionamento de Marc Augé. Onde Augé via não-lugares, Martinotti identifica uma “nova morfologia social”, habitualmente manifestada na periferia das cidades, ou no “periurbano”, que é impulsionada pelas “exigências de mobilidade”, mas que não deixa de estar estreitamente ligada à “cidade central”, “produzindo, assim, um sistema urbano complexo, bastante diferente da cidade tradicional”²⁷. Depreende-se, então, da opinião deste autor que, apesar de estes espaços não possuírem uma condição patrimonial (ou histórica), não deixam de ser lugares onde se comporta uma dimensão identitária e relacional.

Na mesma linha de pensamento, a também professora e socióloga italiana Maria Carmen Belloni considera pouco plausível a classificação de Marc Augé, “uma vez que esses não-lugares não deixam de reter, de algum modo, ‘parte importante da experiência social, de modo a conferir-lhe alguma identidade’”²⁸.

Também Francesco Indovina²⁹ entende esta dimensão identitária como parte integrante do espaço público, afirmando que o mesmo “representa a condição para que se possa realizar a vida urbana” e que “constitui um factor importante de identificação (e também de identidade)”³⁰.

²⁴ FERREIRA, V. “Espaços Públicos Urbanos e Espaço Público da Cidade” in BRANDÃO, P.; REMESAR, A., op. cit., p.109.

²⁵ AUGÉ, M. (1992) apud SÁ, T. “Lugares e Não-lugares em Marc Augé” in *Artitextos 03 – Urbanismo, Arquitectura, Design e Moda*. [Em linha] Lisboa: Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, Dezembro 2006. p.180. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1831/1/FAUTL_13_B_TeresaSa.pdf>

²⁶ idem.

²⁷ MARTINOTTI, G. (1999) apud FERREIRA, V., op. cit., p.114-115.

²⁸ BELLONI, M. (2000) apud FERREIRA, V., op. cit., p.112.

²⁹ Urbanista, político e jornalista italiano.

³⁰ INDOVINA, F. “O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º5. [Em linha] Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, Dezembro 2002. p.119. [Consult. 30 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/189>

Independentemente da posição tomada pode-se concluir em relação aos espaços públicos, que neles reside, sem dúvida, o conceito de identidade, cujo grau de manifestação dependerá, talvez, da tipologia e função destes espaços e do seu maior ou menor grau de articulação com o restante território urbano.

A propósito da tipologia dos espaços públicos e aproveitando a distinção feita por Vítor Ferreira há, num extremo, um espaço público num *“patamar de mera funcionalidade urbana (...) o que, sendo urbanisticamente significativo, está longe das efectivas potencialidades sociais e culturais da própria projecção pública dos referidos espaços urbanos”*³¹. Depois, há um espaço *“de maior exigência urbanística e sociológica, no sentido de reconhecer a capacidade de articulação dos espaços públicos com o restante território urbano”*³². Por fim, no outro extremo, há um espaço público mais “urbano”, *“cuja condição fundamental é a de actuar em termos de integração do conjunto da cidade em causa”*³³. Perante uma primeira distinção dicotómica dos espaços públicos, o autor reconhece a possibilidade de articulação e sobreposição de ambas as vertentes, num processo em que os espaços públicos urbanos e os espaços públicos da cidade *“se ligam, se articulam e, no limite, se integram num mesmo projecto de identificação urbana e de identidade da própria cidade”*³⁴.

Com efeito, os espaços públicos com qualidades sociais e culturais, *“enquanto símbolo duma urbanidade de memórias e identidades e, ainda hoje, instrumento territorial para a construção da personalidade urbana podem constituir-se importantes instrumentos de marketing territorial”* ao *“permitir consolidar uma estratégia urbana de destaque territorial (a várias escalas)”*³⁵.

Património urbano e espaço público funcionam, assim *“como que o verso e o reverso de uma mesma problemática analítica (...) de expressão de determinado protagonismo urbano”*, não segundo *“uma perspectiva de ‘competitividade’ urbana, mas como projecto de afirmação qualitativa das cidades”*³⁶.

A abordagem tomada ao longo deste texto, que se insere, predominantemente, no ramo da sociologia urbana, permite-nos identificar, com maior precisão, a importância das relações sociais e dos fenómenos de significação, identidade e memória, enquanto variantes da qualidade fenomenológica de um espaço.

Ao observar as referências utilizadas, pode-se afirmar que toda esta temática tem vindo a ser tratada, por diversos autores e com especial enfoque, a partir do fim do século XX e ao longo do século XXI. Este facto não significa que os conceitos de identidade, memória, espaço público ou património sejam novos, mas demonstra, no entanto, a prática de uma recente abordagem aos mesmos, uma actual visão que os relaciona e os torna quase inseparáveis, uma diferente consciência que reconhece a sua importância nos dias que correm e no contexto da cidade contemporânea.

Importa agora compreender as razões que tornam esta temática tão actual. Se a sua importância é frequentemente apontada, será que tal prestígio esteve, ou está, em risco? Como foi referido no início deste

³¹ FERREIRA, V., op. cit., p.116-117.

³² ibidem, p.117.

³³ idem.

³⁴ idem.

³⁵ FRANCISCO, M., op. cit., p.2.

³⁶ FERREIRA, V., op. cit., p.114.

capítulo, que acontecimentos puseram em causa a existência de identidade e memória nos atuais espaços urbanos contemporâneos? São estas as pistas para a formulação dos próximos dois pontos.

1.1.3. LUGAR E NÃO-LUGAR

Para melhor se entender a importância da memória e da identidade nas relações com a arquitectura torna-se útil, em primeiro lugar, perceber a problemática emergente em espaços que carecem de tais conceitos. Esta carência deve-se a um determinado número de factores implícitos na evolução das cidades, como o avanço tecnológico e a alteração dos padrões de consumo, que influenciam directamente a forma como o espaço e a arquitectura são produzidos. A sociedade contemporânea, por sua vez, é o reflexo de todas estas mudanças, sofrendo, também ela, uma transformação nas suas dinâmicas.

“Sobre a “mudança”, problemática sociológica por excelência, Augé procura perceber como muda a cidade/sociedade, tendo como objectivo central a transformação do espaço, a sua percepção e a memória que guardamos desse espaço”³⁷.

A obra de Marc Augé pode esclarecer-nos a relação problemática entre a evolução da sociedade contemporânea e a produção de espaço urbano. Em 1994, Augé apresenta no seu livro *Não-lugares* os conceitos dicotómicos de lugar e não-lugar. A estes conceitos associa-se não só um espaço físico como também uma forma de as pessoas aí se relacionarem. Para este autor, importa não tanto a dicotomia destas definições mas antes a existência de uma relação *“entre a materialização do próprio espaço (o espaço construído) e as práticas sociais que aí se estabelecem (o espaço vivido)”³⁸.*

Os lugares *“correspondem a uma relação forte entre o espaço e o social, que caracteriza as sociedades arcaicas, e são portadores de três dimensões: são identitários, históricos e relacionais”³⁹.* Em *Pour une anthropologie des mondes contemporains*, Marc Augé relaciona a simbolização do espaço com o lugar antropológico. São aquelas três dimensões, simbolizadoras do espaço, que dotam o lugar de um carácter antropológico e isto significa *“tornar legível a todos aqueles que frequentam um mesmo espaço um certo número de esquemas organizadores, de marcas ideológicas e intelectuais que ordenam o social”⁴⁰.* Assim, o

³⁷ SÁ, T., op. cit., p.187.

³⁸ ibidem, p.186.

³⁹ ibidem, p. 181.

⁴⁰ AUGÉ, M. (1994) apud SÁ, T., op. cit., p. 182.

*lugar antropológico é triplamente simbólico, porque simboliza a relação de cada um dos seus ocupantes consigo próprio (identidade), com os outros ocupantes (relacional) e com a história comum*⁴¹.

O não-lugar representa o oposto do lugar, a falta daqueles símbolos denuncia a ausência de uma relação forte entre o espaço e o social. É através do não-lugar que se podem identificar os efeitos da transformação da sociedade contemporânea ocidental sobre a cidade.

À época actual, o autor atribui o conceito de “sobremodernidade” que, em oposição à “modernidade”, se caracteriza por *“excesso de tempo, de espaço e da figura do indivíduo”*⁴². Marcada pela velocidade e pelo consumo, a sobremodernidade conhece novos espaços físicos, como *“auto-estradas, grandes supermercados, centros comerciais ou aeroportos”*⁴³, onde se assiste a uma nova forma das pessoas se relacionarem. Estes *“não-lugares empíricos”* são *“espaços onde coexistimos ou coabitamos sem vivermos juntos, onde o estatuto de consumidor ou de passageiro solitário passa por uma relação contratual com a sociedade”*⁴⁴. Enquanto espaços físicos, os não-lugares são semelhantes entre si, uniformes e despersonalizados, gerando práticas sociais também elas marcadas pela uniformidade e pela indiferença, onde se assume a presença do outro enquanto anónimo.

*“O não-lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espectáculo, o próprio espectáculo tomado nas palavras e nos estereótipos que o comentam em avanço na linguagem própria do folclore, do pitoresco ou da erudição”*⁴⁵.

O “espectáculo” aqui referido constitui uma das duas imagens que Augé associa aos não-lugares. Esta imagem é abordada por diversos outros autores, como é o caso do sociólogo e historiador norte-americano Richard Sennet, que a identifica como o fenómeno da teatralização, ou do escritor francês Guy Debord (1931-1994) que explora a ideia de vivermos numa sociedade do espectáculo⁴⁶.

A segunda imagem que Augé associa aos não-lugares relaciona-se com o conceito de “espaços residuais”. Por “residual” facilmente se depreende a identificação destes espaços como restos ou sobras. São portanto *“espaços públicos sobrantes e/ou esquecidos no processo de planeamento urbanístico”*⁴⁷, espaços descaracterizados resultantes de um uso fragmentado do solo patente em modelos de crescimento urbano.

⁴¹ SÁ, T., op. cit., loc. cit.

⁴² SÁ, T., op. cit., p. 180.

⁴³ idem.

⁴⁴ AUGÉ, M. (1994) apud SÁ, T., op. cit., p. 182.

⁴⁵ AUGÉ, M. (1994a) apud SÁ, T., op. cit., p. 183.

⁴⁶ Para mais informações consultar: SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; e DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espectáculo*. São Paulo: Coletivo Periferia, 2003.

⁴⁷ PEREIRA, J. *Espaços residuais urbanos: os baixos de viadutos*. [Em linha] Coimbra: FCTUC, 2011. p.4. Tese de mestrado. [Consult. 2 Abr 2014]. Disponível em: WWW:<URL:https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/16556>

Realçamos aqui o facto de ser este o caso do espaço escolhido para a intervenção de projecto: um terreno que permaneceu baldio e alheio ao planeamento da envolvente – um espaço residual.

1.2. A CLIVAGEM FUNCIONAL E SOCIAL NA CIDADE

1.2.1. A ORIGEM DA PROBLEMÁTICA

Para se compreender a origem da problemática a que o espaço público e o património estão hoje associados, torna-se essencial uma abordagem histórica a vários acontecimentos desenrolados no passado.

É a partir da Revolução Industrial, em meados do século XIX, que a morfologia da cidade e as dinâmicas sociais conhecem um novo paradigma. As inovações tecnológicas associadas a este acontecimento provocam uma profunda alteração na organização da cidade industrial, tendo em conta que *“para pôr em movimento o aparelho produtivo nela concentrado”*, se assiste a *“um intenso êxodo rural”*⁴⁸. A existência de espaço que dê vazão ao repentino aumento populacional começa a ser uma necessidade dentro dos limites das muralhas, pelo que *“território adjacente”* à cidade, ou periferia, começa a constituir-se o suporte de fixação de uma *“nova classe urbana”*: *“a classe laboriosa”*, que *“aí vive e trabalha sem o mínimo de condições de higiene”*⁴⁹. Consequentemente, os espaços urbanos centrais e principalmente os centros antigos, por não acompanharem a evolução do traçado que acontece no resto do território, tornam-se cada vez mais desvalorizados e degradados.

Preocupada com o *“estado de ruína física e moral” em que vivia o operariado urbano*, instala-se uma nova mentalidade urbana – comumente chama de *“corrente higienista”* – que, apesar de pretender melhorar a qualidade de habitação em que vive este estrato da população, encara os bairros antigos *“como um tecido urbano caduco, insalubre e impeditivo da sua modernização”*, que pretende adaptar *“o traço medieval aos imperativos do aumento do tráfego, próprios de uma grande cidade”*⁵⁰ e que propõe *“a sua demolição e renovação”* sem lhe reconhecer *“qualquer valor histórico”*⁵¹.

Esta política de demolição do antigo em prol de uma modernização da cidade encontra fundamento na Carta de Atenas de 1933⁵² que proclama ser *“necessário modernizar a cidade antiga (e no limite destruí-la?)”*

⁴⁸ FARIA, 1990, p.435.

⁴⁹ idem.

⁵⁰ Plano Geral de Urbanização de Setúbal de 1945, apud FARIA, op. cit., p.436.

⁵¹ FARIA, op. cit., p.435-436.

⁵² A Carta de Atenas de 1933 foi o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), realizado em Atenas e motivado pelo tema “A Cidade Funcional”. Neste evento as discussões foram orientadas pelos ideais de Le Corbusier que se constituíram os princípios da boa prática urbanística e fundamentaram o conceito de urbanismo moderno. Este manifesto defendia uma cidade nas quais as funções de habitação, trabalho, circulação e lazer deveriam estar espacialmente separadas em zonas especializadas (ORTEGOSA, S., ob. cit.).

*em nome de um zonamento funcional (que seria também um zonamento social), da higiene, da circulação mecânica, etc.”*⁵³.

Tais normas traduzem a vontade de ruptura modernista do século XX e o contexto no qual surge a noção de urbanismo, aliado a um desenho urbano que “esquece” uma importante dimensão social dos espaços e que, de resto, tem “efeitos devastadores na prática urbanística, europeia e não só, até ao presente”⁵⁴.

1.2.2.

A CLIVAGEM

Segundo o arquitecto português Nuno Portas, “em relação à tradição urbanística pré-moderna conseguiu-se que a ruptura e a diferença se tornassem mais importantes do que a continuidade (do espaço colectivo) e o reconhecimento de identidade (dos lugares). Se o traçado do espaço colectivo fora desde sempre a chave-mestra da ordenação urbanística, a partir desta altura divide-se em partes conceptual e formalmente independentes como espaço viário, o edificado e o verde”⁵⁵.

Este zonamento e esta “perspectiva de implantação funcionalista do solo”⁵⁶ relativamente ao passado, retira aos espaços públicos a sua qualidade enquanto lugar de representações sociais e de identidade colectiva – como se verificava nas “praças, largos, adros, campos ou rossios”⁵⁷ do antigamente –, especializa-o em zonas espacialmente distintas e confere-lhes, como refere Jorge Gaspar⁵⁸, ou uma “função de desafogo (quando não ocupados pelo automóvel)” ou “uma função higiénica (o verde)”⁵⁹.

Também Jaime Lerner se refere à problemática da perda de identidade, traduzindo-a nas “avenidas muito grandes”, em que há “um exagero de superdimensionamento”⁶⁰. Este aspecto transmite a importância da escala nos espaços urbanos, qualidade que potencia a construção de um lugar semiológico, ou seja, um lugar com uma profunda significação ligada à memória e à identidade.

Enquanto, actualmente se reconhece que o “espaço público é a cidade”⁶¹, nos anos 60 “a forma urbana não era gerada a partir da produção de uma estrutura de espaço público” e “as intervenções urbanísticas limitavam-se a prever o esgotamento do fluxo de peões no espaço deixado vago pelo automóvel”⁶². O “abandono do espaço público” toma lugar – pelo menos o daquele que anteriormente se conhecia – e em sua vez surgem outros espaços caracterizados, essencialmente, pela “sua monofuncionalidade (circulação,

⁵³ SOUCY, C. (1996) apud FERREIRA, V., ob. cit., p.113.

⁵⁴ PORTAS, N. “Um revivalismo modernista para quê?” in BRANDÃO, P.; REMESAR, A., op. cit., p.87.

⁵⁵ ibidem, p.88.

⁵⁶ FRANCISCO, M., op. cit., p.3.

⁵⁷ ALVES, F. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.117.

⁵⁸ Jorge Gaspar é um geógrafo e professor catedrático português.

⁵⁹ GASPAR, J. (1987) apud ALVES, F., op. cit., loc. cit.

⁶⁰ LERNER, J., op. cit., p.21.

⁶¹ INDOVINA, F., op. cit., p.119.

⁶² CASTRO, Alexandra. “Espaços Públicos, Coexistência Social e Cividade” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5. [Em linha] Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. p.56. [Consult. 27 Mai 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>>

estacionamento...); o seu uso fragmentado (zona de habitação, lazer, trabalho...) e a sua forma rígida (tradição do “modernismo clássico”)”⁶³, como constata Marcus Zepf⁶⁴.

1.3. CONCLUSÃO E PISTAS PARA OS PRÓXIMOS CAPÍTULOS

O problema da desumanização do espaço público associado à prática urbanística é ainda um assunto vasto e que dá azo a diversas abordagens de autores críticos⁶⁵. Limitar-nos-emos, por isso, ao espaço temporal da Revolução Industrial, a partir da qual, como vimos, a clivagem funcional e social na cidade se iniciou.

É também nesta altura que surgem em Lisboa os pátios e as vilas operárias. Estas estruturas, inicialmente associadas a diversos problemas, não seguiram a mesma lógica de modernização que se alastrava pela restante cidade. Na realidade, do nosso ponto de vista, tornaram-se mesmo um exemplo relevante de habitação, no que toca à relação que sempre impuseram entre um espaço privado e um espaço comunitário, assim como à própria escala – pequena, à semelhança de uma aldeia – destes conjuntos. Consideramos, portanto, que os pátios e as vilas operárias foram alheios aos referidos problemas associados à prática do urbanismo modernista, por aqui existir, como iremos concluir mais adiante⁶⁶, uma forte ligação entre uma forma construída e uma forma vivida. Por estas razões, dedicamos o capítulo 2 a analisar estes espaços que, ao fim de contas, são lugares identitários e relacionais.

A essência deste capítulo foi demonstrar a importância dos conceitos de identidade e memória na arquitectura, a partir do momento em que foram postos em causa, com a nova prática do urbanismo modernista e a mentalidade associada. De qualquer forma, foi após a clivagem funcional e social das cidades que, a partir dos anos 60, se chamou a atenção para este assunto. Hoje será oportuno reflectir sobre como provocar identidade e memória – que estratégia? –, numa sociedade que as esqueceu, numa arquitectura/urbanismo que as descartou? Estas são as pistas para a formulação do capítulo 3: utilizaremos as vilas operárias, nas quais reconhecemos um potencial revitalizador da cidade de Lisboa, como modelo para a aplicação dessa “estratégia”.

⁶³ ZEPF, M. (2001) apud CASTRO, A., ob. cit., loc. cit.

⁶⁴ Professor e director do Instituto de Urbanismo de Grenoble, em França.

⁶⁵ Autores como Camillo Sitte (*A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos*, 1889), Jane Jacobs (*Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-americanas*, 1961) ou Kenneth Frampton (*História crítica da arquitectura moderna*, 1980).

⁶⁶ No capítulo 2.4. “O pátio, o corredor ou a rua particular”.

- ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.117.
- AUGÉ, M. (1992) apud SÁ, Teresa. “Lugares e Não-lugares em Marc Augé” in *Artitextos 03 – Urbanismo, Arquitectura, Design e Moda* [Em linha]. Lisboa: Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, Dezembro 2006. p.180, 187. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1831/1/FAUTL_13_B_TeresaSa.pdf>
- AUGÉ, M. (1994) apud SÁ, Teresa. “Lugares e Não-lugares em Marc Augé” in *Artitextos 03 – Urbanismo, Arquitectura, Design e Moda* [Em linha]. Lisboa: Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, Dezembro 2006. p.182. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1831/1/FAUTL_13_B_TeresaSa.pdf>
- AUGÉ, M. (1994a) apud SÁ, Teresa. “Lugares e Não-lugares em Marc Augé” in *Artitextos 03 – Urbanismo, Arquitectura, Design e Moda* [Em linha]. Lisboa: Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, Dezembro 2006. p.183. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1831/1/FAUTL_13_B_TeresaSa.pdf>
- BELLONI, Maria Carmen (2000) apud FERREIRA, Vítor Matias. “Espaços Públicos Urbanos e Espaço Público da Cidade” in BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004. p.112.
- BRANDÃO, P.; REMESSAR, A. (2000) apud FRANCISCO, Marlene Duarte. “Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada” in *A Geografia Ibérica no Contexto Europeu: actas do X Colóquio Ibérico de Geografia* [Em linha]. Évora, Setembro 2005. p.2. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf>
- BRANDÃO, P. et al (2002) apud FRANCISCO, Marlene Duarte. “Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada” in *A Geografia Ibérica no Contexto Europeu: actas do X Colóquio Ibérico de Geografia* [Em linha]. Évora, Setembro 2005. p.1. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf>
- CASTRO, Alexandra. “Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívica” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. p.56. [Consult. 27 Mai 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>
- FERREIRA, Vítor Matias et al. “Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na Metrópole de Lisboa: Uma Aproximação Instrumental e Metodológica no Quadro de uma Investigação” in *Cidades - Comunidades e Territórios*, n.º5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. p.85, 86, 93. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/186>
- FERREIRA, Vítor Matias. “Espaços públicos urbanos e espaço público da cidade” in BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004. p.109, 114, 116, 117.
- FRANCISCO, Marlene Duarte. “Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada” in *A Geografia Ibérica no Contexto Europeu: actas do X Colóquio Ibérico de Geografia* [Em linha]. Évora, Setembro 2005. p.1-3. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf>
- GASPAR, Jorge (1987) apud ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.117.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como género de discurso” in *Cidade: História e Desafios* [Em linha]. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas,

2002. p.121-122. [Consult. Abr 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6816/1264.pdf?sequence=1>>

- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (1996) apud MENEZES, Marluci. "Património urbano: por onde passa a salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria" in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º11 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, Dezembro 2005. p.68. [Consult. 5 Mar 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/116>>
- INDOVINA, Francesco. "O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança" in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, Dezembro 2002. p.119. [Consult. 30 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/189>>
- LECEA, Ignasi de. "Arte pública, cidade e memória" in BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004. p.124.
- LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. 5ªEd. Rio de Janeiro: Record, 2011. p.41, 77.
- MARTINOTTI, G. (1999) apud FERREIRA, Vítor Matias. "Espaços Públicos Urbanos e Espaço Público da Cidade" in BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004. p.114-115.
- MENEZES, Marluci. "Património urbano: por onde passa a salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria" in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º11 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, Dezembro 2005. p.68. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/116>>
- ORTEGOSA, Sandra Mara. "Cidade e memória: do urbanismo "arrasa-quarteirão" à questão do lugar" in *Arquitextos*, ano 10, n.º 112.07 [Em linha]. São Paulo: Vitruvius, Setembro 2009. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/30>>
- PEREIRA, Joana Isabel da Cruz. *Espaços residuais urbanos: os baixos de viadutos* [Em linha]. Coimbra: FCTUC, 2011. p.4. Tese de mestrado. [Consult. 2 Abr 2014]. Disponível em WWW:<URL:<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/16556>>
- PORTAS, NUNO. "Um revivalismo modernista para quê?" in BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004. p.87-88.
- SÁ, Teresa. "Lugares e Não-lugares em Marc Augé" in *Artitextos 03 – Urbanismo, Arquitectura, Design e Moda* [Em linha]. Lisboa: Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, Dezembro 2006. p. 180-182, 186-187. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1831/1/FAUTL_13_B_TeresaSa.pdf>
- SOUICY, Claude (1996) apud FERREIRA, Vítor Matias. "Espaços públicos urbanos e espaço público da cidade" in BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004. p.113.
- TOUSSAINT, J.; ZIMMERMANN, M. (2001) apud FERREIRA, Vítor Matias. "Espaços públicos urbanos e espaço público da cidade" in BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004. p.115.
- ZEPF, Marcus (2001) apud CASTRO, Alexandra. "Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívildade" in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, Dezembro 2002. p.56. [Consult. 27 Mai 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>>

2. Os PÁTIOS E AS VILAS OPERÁRIAS DE LISBOA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Como já referimos, em meados do século XIX, no decurso da Revolução Industrial⁶⁷, assiste-se a um elevado crescimento demográfico na cidade de Lisboa⁶⁸. O êxodo rural torna-se um fenómeno constante: a população do campo desloca-se para as principais cidades do país, em busca das novas oportunidades de trabalho proporcionadas pela industrialização.

Além da atracção pelo trabalho industrial, este fenómeno é também provocado por uma outra realidade. Reformas administrativas e económico-sociais, aplicadas pelo então governo da Regeneração⁶⁹ – nomeadamente a abolição do sistema de morgadio e o incremento das estruturas de transportes e comunicações –, aceleraram “o desmantelamento da estrutura agrária do Antigo Regime e a penetração do capitalismo nos campos”⁷⁰ que vinha a desenrolar-se já desde a primeira metade do século. Entre 1822 e 1868, o quadro social dos campos muda profundamente. O acesso à terra faz quase duplicar o número de proprietários rurais, mas a grande maioria era detentora de pequenas e muito pequenas propriedades e, por isso, extremamente vulnerável às crises agrícolas e ao endividamento. Por outro lado, regista-se uma diminuição em cerca de 24% do número de jornaleiros, num período de forte crescimento demográfico também no mundo rural⁷¹.

De acordo com José Mendes, “Em meados de Oitocentos, começa a utilizar-se com mais frequência o termo <<operário>>, aplicado tanto ao artífice como ao operário industrial propriamente dito”⁷². Assim, por operários eram genericamente designados os “<<polidores>>, <<marceneiros>>, <<carpinteiros>>, os que trabalhavam com metais, etc.”⁷³. No decorrer do tempo, esta designação vai sendo progressivamente utilizada

⁶⁷ Em Portugal, a Revolução Industrial surgiu tardiamente, comparativamente a outros países, e o processo foi lento. Segundo José Mendes, entre 1820 e 1851 surgem as primeiras “tentativas de industrialização”, apoiadas, entre outros factores, pela utilização da “máquina a vapor (1820-1821), não só nos transportes fluviais e marítimos como na própria indústria”. Entre 1851 e 1870, observam-se “progressos moderados na indústria”, principalmente dinamizados pelo governo da Regeneração e pelo “investimento nas infra-estruturas dos transportes e comunicações”. Mas só entre 1870 e 1890 se verifica um progresso mais acentuado. Ainda segundo o mesmo autor, “só nas últimas três décadas de Oitocentos Portugal se aproximou do take-off (descolagem) industrial, ainda que com um considerável desfasamento, pois, ao tempo, já alguns outros países (líderes) – Alemanha, França e Estados Unidos – se encontravam em plena segunda revolução industrial” (MENDES, J. “Etapas e limites da industrialização” in MATTOSO, J. *História de Portugal*, vol.5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p.356-363).

⁶⁸ Segundo Teresa Barata Salgueiro, “entre 1864 e 1911 a população da cidade regista um aumento de 120% enquanto a do País cresceu 45%” (SALGUEIRO, T. “Habitação Operária em Lisboa” in *Arquitectura: planeamento, design, construção, equipamento*. Ano III, 4ª série, n.º143. Lisboa: Setembro 1981. p.74).

Segundo Joel Serrão, entre 1864 e 1878, verifica-se um aumento demográfico da população portuguesa, no qual se mantém quase imóvel a proporção entre a população urbana e a rural, significando “que o aumento demográfico verificado se opera simultaneamente nos campos e nas cidades a um ritmo quase idêntico”. Já entre 1878 e 1890, “aumenta para 16,6% (...) a percentagem da população urbana, cabendo a Lisboa e Porto cerca de 1/8 da população do País; e, quanto a Lisboa, os seus habitantes mais que duplicam” (SERRÃO, J. “Regeneração” in *Dicionário de História de Portugal*. Vol.5. Porto: Iniciativas Editoriais, 1979. p.255).

⁶⁹ Segundo Joel Serrão, a palavra Regeneração “remoça e matiza-se com o tom da esperança a partir (na transição do século XIII para o XIX) da metamorfose ideológica das luzes para o liberalismo” e caracteriza-se “pelo apogeu da experiência liberal, intimamente correlacionada com a instauração do processus capitalista em Portugal” (ibidem, p.251). Consoante Ribeiro, a Regeneração surge a partir de um acontecimento fulcral: “o golpe militar liderado pelo duque de Saldanha no Norte do País, em Abril-Maio de 1851, que depôs o governo de Costa Cabral”, motivando a constituição na capital do “novo governo constitucional regenerador, em 22 de Maio” do mesmo ano. Este governo teve como “preocupação primordial a viabilização de um Portugal moderno” e adopta a designação de “Regeneração”, “vocabulo que no decurso de Oitocentos assume no discurso liberal o renascer, o mudar de rumo, a vários níveis, da vida nacional” (RIBEIRO, M. “A Regeneração e o seu significado” in MATTOSO, J., op. cit., p.121).

⁷⁰ SALGUEIRO, T., op. cit., loc. cit.

⁷¹ VAQUINHAS, I. “O campesinato” in MATTOSO, J., op. cit., p.485.

⁷² MENDES, J. “As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial” in MATTOSO, J., op. cit., p.494.

⁷³ idem.

por diversos autores, alterando-se, de uma forma ou de outra, o seu conteúdo⁷⁴ e aproximando-se, cada vez mais, ao significado de “*trabalhador de indústria*”⁷⁵.

Este grupo de trabalhadores, cuja força de trabalho constitui a única fonte de sobrevivência, vai engrossando, sobretudo em Lisboa, durante a segunda metade do século. Os inquéritos industriais de oitocentos⁷⁶ dão-nos conta disso. Vai-se constituindo numa nova classe social e, assim, “*mais do que ao operário, individualmente considerado, passa a aludir-se, preferentemente, à <<classe operária>>*”⁷⁷. A classe operária ou a então chamada classe laboriosa⁷⁸ “*inclui todos aqueles que ao tempo eram designados por pobres*”⁷⁹. São, pois, as más condições de trabalho e de vida desta classe que fazem surgir, já no final do século XIX, os conceitos de “proletário” e “proletariado”.

Característica de uma sociedade subordinada ao capitalismo industrial, a classe operária vai-se tornando antagónica à classe capitalista ou burguesia, à medida que se vai definindo a sua composição de “operariado” e também em consequência da difusão do marxismo e dos movimentos socialistas. É a burguesia que não só compra a força de trabalho daquela, como se apropria dos seus produtos e os vende no mercado, gerando facilmente riqueza.

Paralelamente observam-se na cidade de Lisboa uma sobrelotação da zona histórica e crescentes dificuldades de acessibilidade nas vias antigas. Num esforço de desenvolvimento e de modernização da cidade, o Estado põe em prática um plano⁸⁰ de expansão urbana da cidade para Norte que irá alterar “*a sua feição tradicional de cidade alongada na margem do rio*”⁸¹. Caracteriza-se o plano pela abertura de largas avenidas, pela criação de novos bairros e pela construção, nestas áreas, de prédios de rendimento⁸². São também aplicadas medidas para o desenvolvimento de infra-estruturas, como a rede de transportes, em prol de um crescimento económico. Todo este processo lento de industrialização e de urbanização da cidade de Lisboa vai

⁷⁴ Em 1878, no *Dicionário de língua portuguesa* de António Morais da Silva, o termo operário é definido como “*obreiro, trabalhador; que trabalha e vive do seu trabalho e indústria*” (SILVA, A., apud MENDES, J., ibidem, p.495). Em 1950, no mesmo *Dicionário*, o operário é considerado o “*indivíduo que presta os seus serviços mediante salário, em oficina, numa construção, em estabelecimento industrial ou agrícola, etc.*” (idem).

⁷⁵ MENDES, J., ibidem, p.495.

⁷⁶ Os inquéritos industriais de oitocentos foram inquéritos realizados, nomeadamente, nos anos de 1814, 1839, 1852, 1860 e 1881, na tentativa de “*contabilização e análise da situação das fábricas do país*” (SILVA, Luísa Vieira da; GARCIA, João Carlos. “O inquérito industrial de 1881” in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XVI, n.º32. [Em linha] Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1982. p.319, 320. [Consult. 26 Dez 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1981-32/32_07.pdf>).

⁷⁷ MENDES, J., op. cit., loc. cit.

⁷⁸ PEREIRA, Nuno Teotónio. “Pátios e vilas de Lisboa. 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” in *Análise Social*, vol. XXIX (3.º), n.º 127. [Em linha] Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994. p.511. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>

⁷⁹ RODRIGUES, Maria João Madeira. *Tradição, Transição e Mudança – A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1979. p.40.

⁸⁰ Plano da responsabilidade de Frederico Ressano Garcia, engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa. Tendo como principal eixo a actual Avenida da Liberdade (concluída em 1889), este plano contemplou a construção do Parque da Liberdade (actual Parque Eduardo VII), da Praça Marquês de Pombal, da Avenida 24 de Julho, do Mercado da Ribeira Nova e de todos os bairros, parques, avenidas e ruas situados entre a Praça Marquês de Pombal e o Campo Grande. Entre os bairros, destacam-se o de Campo de Ourique e o da Estefânia e, entre as avenidas, as Avenidas Novas (CORREIA, R., “Frederico Ressano Garcia”. [Em linha] Lisboa: Câmara Municipal, Hemeroteca Digital, 2011. p.1-3. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Biografias/Textos/RessanoGarcia.pdf>

⁸¹ SALGUEIRO, T., op. cit., loc. cit.

⁸² idem.

implicar um aumento das obras públicas e da construção civil e uma também maior necessidade de mão-de-obra⁸³.

A classe burguesa, em constante crescimento, encontra neste contexto uma situação favorável, dada a sua capacidade económica para habitar os novos bairros. Já a camada mais pobre da população tem grandes dificuldades em encontrar alojamento adequado aos seus baixos rendimentos. O Estado, do qual se esperaria algum tipo de apoio perante esta situação, encontra-se numa “*endémica situação deficitária*”⁸⁴. As classes mais pobres vêem-se, então, obrigadas a procurar, elas próprias, soluções.

Improvisam alojamento onde conseguem: em casarões ou palácios abandonados, em conventos desafectados ou em espaços vagos, sem nunca serem dispensadas do “*pagamento de uma renda ao proprietário*”⁸⁵. Para além destes espaços, alguns senhorios tomam a iniciativa de providenciar alojamento especificamente destinado para esta camada mais desfavorecida e “*fazem construir, eles próprios, nas traseiras dos seus prédios casas abarracadas para alugar a operários*”⁸⁶. Há ainda “*quem, com espírito empreendedor, adquira terrenos*”⁸⁷ para o mesmo fim.

2.2. O PÁTIO

O conceito de pátio, à parte do seu significado mais comum que usualmente associamos a um recinto descoberto no interior de um edifício, está, nesta época, relacionado com “*uma forma semi-espontânea de alojamento, a primeira resposta ao crescimento demográfico*”⁸⁸.

2.2.1. CARACTERÍSTICAS

O pátio, regra-geral, adapta-se a estruturas pré-existentes, adequando-as à função de habitação. A grande maioria destes espaços adaptados por não terem sido naturalmente pensados para aquela finalidade, não oferece condições mínimas para tal.

“Desprovidos quase sempre de qualquer tipo de instalações sanitárias e de abastecimento de águas, os pátios não dispunham de condições de salubridade mínimas, ao que acrescia a sua localização térrea,

⁸³ PEREIRA, N., op. cit., loc. cit.

⁸⁴ ibidem, p.510.

⁸⁵ ibidem, p.511.

⁸⁶ idem.

⁸⁷ idem.

⁸⁸ SALGUEIRO, T., op. cit., loc. cit.

*exposta assim às humidades, e a ausência de radiação solar, por se encontrarem ensombrados, muitas vezes em caves atrás de prédios.”*⁸⁹

Dado o cariz improvisado desta construção, torna-se difícil identificar uma tipologia, pois esta varia de acordo com o espaço onde se insere. Esta é uma particularidade inerente à formação dos pátios, que os distingue das vilas, como iremos ver adiante, por estas terem sido pensadas de raiz para habitação. Daí que, nos casos, menos frequentes, em que os pátios são construídos em terrenos vagos, *“essa tipologia não se distingue muitas vezes das vilas que mais tarde surgiram”*⁹⁰.

Apesar disso, podemos, citando Rodrigues, identificar um conjunto de características constantes à organização do pátio:

*“O pátio é constituído por um espaço murado ou envolvido por casas de habitação e agrupa, geralmente, em volta de um terraço, um conjunto de casas pobres. É um modo primário de articulação entendida como abrigo e por vezes sem as mínimas condições de habitabilidade.”*⁹¹

2.2.2. LOCALIZAÇÃO

Os pátios vão-se localizar tanto em terrenos vagos como ocupados, o que leva quer a soluções de construção improvisadas, quer à conversão de estruturas já existentes. É por isso que a sua formação se dá um pouco por toda a cidade de Lisboa, mas *“com maior concentração nos bairros antigos e nos da periferia”*⁹². É, particularmente, na proximidade de indústrias, onde a população mais pobre encontra trabalho, que se aglomera um maior número de pátios, formando-se então núcleos *“perto da zona ribeirinha onde as fábricas se multiplicam”*⁹³. Incluídos neste trecho, a zona industrial da Boa Vista (Santos) e o porto de Lisboa exercem especial influência no aparecimento de inúmeros pátios e *“é talvez por isso que se nota um eixo especialmente denso que sobe pelo vale de São Bento e daí se prolonga pelas Amoreiras até Campolide”*⁹⁴.

O contexto de extrema emergência em criar alojamento que está na origem do aparecimento dos pátios influencia, portanto, tanto a sua localização, a sua organização como as más condições de salubridade daí resultantes.

⁸⁹ PEREIRA, N., op. cit., p.511.

⁹⁰ idem.

⁹¹ RODRIGUES, M., op. cit., p.38.

⁹² PEREIRA, N., op. cit., loc. cit.

⁹³ SALGUEIRO, T., op. cit., loc. cit.

⁹⁴ PEREIRA, N., op. cit., loc. cit.

*“Problema de humanidade e solidariedade social deve ser resolvido pela colaboração de todas as entidades interessadas, representantes duma sociedade civilizada que não deve permitir a degradação duma parte dos seus semelhantes.”*⁹⁵

A falta de planeamento e de assistência por parte do Estado, aquando de uma necessidade de criação de alojamento a baixos custos, leva, como já vimos, à emergência dum modo primário de habitação, subordinado a soluções de construção improvisadas, adaptáveis à estrutura urbana existente. Segundo Rodrigues, esta *“proliferação de uma estrutura já existente”*⁹⁶ constitui um problema. Também Salgueiro refere que *“a densificação do tecido pré-existente não é suficiente para responder à procura de alojamentos operários”*⁹⁷.

De acordo com o engenheiro Álvaro da Fontoura (1891-1975), *“muitas famílias vivem em promiscuidade, sem ar e sem luz, na zona central, principalmente para ficarem mais perto dos empregos ou para aproveitarem as casas de rendas antigas”*⁹⁸. Até mesmo fora do centro da cidade, nos bairros da recente urbanização situada a Norte⁹⁹, os prédios de rendimento acabam por ser ocupados por estas populações, *“em cujos andares se abriga em cada quarto uma família, cozinhando em fogões de petróleo com perigo para a saúde e segurança e também em más condições de higiene física e moral”*¹⁰⁰.

Dadas estas condições miseráveis, em que as classes mais pobres se sujeitam a viver, devido à *“inoperância ou impossibilidade da administração central em atender com equidade às necessidades dos habitantes”*¹⁰¹, cedo a insalubridade se torna num problema de saúde pública. A descrição feita por Pereira relativamente às condições das *“ilhas do Porto”*¹⁰² oferece-nos um panorama geral de uma situação também ocorrente em Lisboa: *“não era apenas a saúde das famílias que aí se albergavam que oferecia situações de risco, mas o perigo alargava-se a toda a população, que se via ameaçada de contaminação, devido à propagação das bactérias infecciosas”*¹⁰³, como a cólera e a tuberculose.

⁹⁵ FONTOURA, A. “A habitação das classes trabalhadoras” in *Boletim Cultural e Estatístico*, vol. I, n.º 1. [Em linha] Lisboa: Câmara Municipal, Hemeroteca Digital, 1937. p.66. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BoletimCE/N1/N1_master/N1.pdf>

⁹⁶ RODRIGUES, M., op. cit., loc. cit.

⁹⁷ SALGUEIRO, T., op. cit., loc. cit.

⁹⁸ FONTOURA, A., op. cit., p.58.

⁹⁹ Ver nota de rodapé n.º 80.

¹⁰⁰ FONTOURA, A., op. cit., loc. cit.

¹⁰¹ RODRIGUES, M., op. cit., p.39.

¹⁰² O alojamento operário surgido, também nesta altura, na cidade do Porto tem a designação de “ilha” e assemelha-se ao pátio e à vila de Lisboa. Como refere Salgueiro, *“São as vilas de Lisboa e as ilhas do Porto.”* (SALGUEIRO, T., op. cit., p.75). Para uma abordagem mais aprofundada acerca da habitação operária no Porto, sugerimos a consulta da obra de TEIXEIRA, Manuel António Correia, “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ‘ilhas’ da cidade do Porto” in *Sociedade e Território*, 2, ano 1. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 1985. p.74-89.

¹⁰³ PEREIRA, N., op. cit., p.509.

Segundo o *Dicionário da história de Lisboa*, *“à medida que se intensifica o crescimento urbano, as epidemias atingem sobretudo as áreas periféricas, onde se fixa a população recém-chegada à cidade, com os piores rendimentos per capita e fraca robustez física”*. Consoante o mesmo dicionário, *“a nova doença epidémica oitocentista é a cólera”* que *“surge pela primeira vez em Lisboa em Junho de 1833”*,

*“Higiene, moral, ordem, disciplina, organização da família, restrição dos direitos de propriedade pela lei do inquilinato, emprego de capitais, combate ao desemprego na construção civil, etc., todos estes importantes problemas estão intimamente ligados ao da habitação das classes trabalhadoras.”*¹⁰⁴

De resto, este problema é comum às principais cidades da Europa, pois *“também nessas cidades há população que vive em condições muito precárias no que respeita à higiene da habitação”*¹⁰⁵.

O *Inquérito Industrial de 1881*, ainda que contendo dados incompletos, revelou a existência deste problema *“nos principais centros industriais do país, com relevo para Lisboa, Porto, Covilhã e Setúbal”*¹⁰⁶. Na sequência deste inquérito, “higienistas”¹⁰⁷ começam a interessar-se pelo assunto. Por forma a combater as más condições de vida dos operários, fazem-se mais estudos, procuram-se soluções e propõem-se medidas¹⁰⁸, mas a maioria tem fraco sucesso, por surgirem tardiamente, quando o problema já estava instalado. De acordo com Pereira, *“a questão da casa barata e salubre torna-se, assim, em poucas décadas, um tema da actualidade nacional”*¹⁰⁹.

Com a intensificação do processo de industrialização, é crescente uma procura de mão-de-obra, a necessidade de habitação e a degradação das condições de vida nos pátios. No entanto, citando Rodrigues, é *“a partir desta densificação de população e do seu agrupamento em condições precárias que irão estruturar-se as acções pontuais de solução e até o preconizar de soluções pioneiras”*¹¹⁰. A referida solução, à falta de acção do poder central, vai cair nas mãos da iniciativa privada.

Empresários dinâmicos – donos de fábricas ou armazéns – iniciam-se, assim, na construção de “vilas”, que constituem *“uma nova forma de alojamento e um novo processo de exploração”*¹¹¹. Estas duas facetas definem a resposta ao problema da insalubridade da habitação operária. Por um lado, a vila surge do imperativo de

regressa em 1856, 1885, 1892 e 1894 e *“só terminará no Inverno de 1918”* (SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.). *“Epidemias” in Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p.340).

¹⁰⁴ FONTOURA, A., op. cit., p.59.

¹⁰⁵ idem.

¹⁰⁶ idem.

¹⁰⁷ A corrente higienista foi impulsionada pela pesquisa médica, que produzia estudos reveladores dos inúmeros problemas sanitários decorrentes das cidades. Médicos alertavam para *“a importância da penetração de fluidos como a água, o ar e a luz nas unidades habitacionais dos trabalhadores urbanos”* e rapidamente estas preocupações eram incorporadas nos saberes técnicos de outros especialistas, como engenheiros, arquitectos e sociólogos (CACHIONI, Marcelo. *Londres, Lisboa e São Paulo: Vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária*. [Em linha] São Paulo: Universidade de São Paulo – Universidade de Arquitetura e Urbanismo, 2013. p.433. Tese de doutoramento. [Consult. 2 Abr 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-12072013-103757/publico/TESE_MARCELO_CACHIONI.pdf>

Em Portugal, a corrente higienista teve como principais representantes Ricardo Jorge, *“encarregado de uma missão em Lisboa para estudar a epidemia de 1894”*; Augusto Fuschini, conselheiro responsável por levantar a questão no parlamento; Oliveira Simões e Augusto Montenegro, engenheiros responsáveis pelos *“primeiros inquéritos à habitação em Lisboa”*; e ainda Fialho de Almeida e Guilherme Santa-Rita (PEREIRA, N., op. cit., loc. cit.).

¹⁰⁸ Destacam-se a proposta de lei de 1883, de Fontes Pereira de Mello e Hintze Ribeiro e o projecto-lei (não aprovado) de 1884, elaborado por uma comissão que integrou Consiglieri Pedroso e Augusto Fuschini (RODRIGUES, M., op. cit., loc. cit.). Foram também importantes o *Inquérito aos Pátios de Lisboa* de 1903, realizado por Augusto Montenegro – que indica que de 102 pátios lisboetas, *“só 32 foram então considerados habitáveis”* (VIEIRA, A. *Esta Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p.117) – e o *Inquérito à situação do operariado* de 1910, realizado por Oliveira Simões.

¹⁰⁹ PEREIRA, N., op. cit., loc. cit.

¹¹⁰ RODRIGUES, M., op. cit., loc. cit.

¹¹¹ PEREIRA, N., op. cit., p.511.

proporcionar melhores condições de vida aos seus habitantes, tornando-a mais salubre e digna. Por outro lado, a construção das vilas revela-se proveitosa para investidores e empresários que, não só obtêm bons lucros provenientes do aluguer, como também definem um novo estilo de vida e de relações sociais para a sua mão-de-obra que favorece a sua maior disponibilidade para o trabalho.

2.3. A VILA

Considerando a informalidade que caracterizou a formação dos pátios, a vila surge com a institucionalização “nas últimas décadas de Oitocentos”¹¹² desta forma de alojamento espontânea, constituindo-se numa solução formal de habitação. Esta institucionalização resultou da aplicação de uma regulamentação jurídica específica que determinou uma habitação mais salubre e digna. Revela, também, o reconhecimento da importância do valor cultural e social dos pátios e a promoção de uma modalidade de alojamento formalmente mais evoluída.

2.3.1. CARACTERÍSTICAS

A propósito das características da vila, recordamos ter já afirmado que esta se distingue do pátio por ter sido pensada de raiz para habitação¹¹³. Vimos que, a partir da insalubridade dos pátios, a vila surge para dar resposta a este problema e por isso deverá ser “*útil, isto é, deve cumprir com facilidade a função que lhe cabe*”¹¹⁴: moralizar a habitação das classes pobres e fornecer um espaço salubre e digno. Dada a escassez de habitação ao alcance dos baixos rendimentos dos trabalhadores e também à semelhança dos pátios, a vila também “*deverá ser económica e simples*”.

Podemos acrescentar que – considerando o numeroso grupo que é a classe operária e que a construção da vila parte da iniciativa privada – o espaço deverá ser rentável, ou seja, elevar ao máximo a capacidade de alojamento de famílias, por forma a dar lucro, e ainda flexível, isto é, permitir o acrescento de novas habitações e a ampliação do conjunto.

Uma estrutura baseada numa unidade de habitação – um módulo – irá pois facilitar o cumprimento destas duas últimas condições. Um módulo simples e uniforme, composto por um pequeno número de fogos,

¹¹² PEREIRA, 1994: 511.

¹¹³ A propósito, Rodrigues afirma que a vila “*trata-se (...) de uma adaptação lógica do modelo de pátio e distingue-se deste pela especialização*” (RODRIGUES, M., op. cit., p.40). Também Pereira afirma que “*é essa finalidade expressa [habitação para famílias operárias], presente desde a promoção, embora cobrindo tipologias muito variadas, que distingue em rigor uma designação da outra [o pátio da vila]*” (PEREIRA, N., op. cit., p.512).

¹¹⁴ RODRIGUES, M., op. cit., p.41.

permitirá uma fácil agregação das habitações ao nível do piso térreo e ainda a sua repetição por pisos superiores.

O regulamento camarário de 1930 caracteriza as vilas como “<<grupos de edificações destinadas a uma ou mais moradias construídas em recintos que tenham comunicação, quer directa quer indirecta com a via pública por meio de serventia>>”¹¹⁵, o mesmo regulamento que, além do mais, proibirá a construção de mais edificações deste género.

Este conjunto de características está na base da concepção das vilas. Ainda assim, a reprodução deste modelo não se esgota num só tipo e até a definição camarária não nos dá conta de todas as possibilidades existentes¹¹⁶. Há, pois, espaço para algumas variações, que vão desde as formas de agrupamento dos módulos de habitação, às formas de acesso, ao desenho do conjunto, mais ou menos cuidadoso.

A diversificação permitirá, não só, a consolidação de algumas tipologias, abordadas mais adiante, como também o apuramento e evolução desta modalidade, que chegará mesmo a atingir a escala urbana.

*“Poder-se-á dizer que as vilas constituem o primeiro modelo inovador de um espaço cujo conteúdo, estrutura, forma e função, se enquadram na definição de espaço das áreas proto-industriais de Lisboa. Representam com originalidade a mediação entre uma habitação rústica e uma habitação urbana e a autonomia de que dispõem, permite o seu emprego com alterações pontuais, constituindo, deste modo, um tipo.”*¹¹⁷

No seu juízo, Maria João Madeira Rodrigues apresenta-nos um conceito singular acerca da vila operária, ao referir que representa “a mediação entre uma habitação rústica e uma habitação urbana”. Também outros autores tomam esta abordagem, como é o caso de Alice Vieira, que considera a vila “um misto de casa rústica e casa de cidade”¹¹⁸, ou como Maria Calado e Vítor Matias Ferreira, que a interpretam como um “modelo de compromisso entre um habitat rural e as edificações urbanas”¹¹⁹. O entendimento da vila segundo esta perspectiva é bastante significativo e, do nosso ponto de vista, contribui positivamente para a apreciação desta forma de habitação na cidade de Lisboa.

A utilização de materiais económicos e a organização simples destas habitações atestam uma forma de viver modesta que parece reproduzir, de certa forma, a habitação rural. Uma vez que a maioria dos seus habitantes vem do campo, estes replicam aqui as suas formas próprias de convivência e de relacionamento social de proximidade, típicas de um meio rural – de uma vila ou de uma aldeia - onde todos se conhecem.

¹¹⁵ Regulamento Municipal de 1930 apud SALGUEIRO, T., op. cit., p.75.

¹¹⁶ Ver “Vila que acompanha a via pública” no Anexo I: “Tipologias das vilas operárias de Lisboa”.

¹¹⁷ RODRIGUES, M., op. cit., loc. cit.

¹¹⁸ VIEIRA, A. (1993) apud PINTO, S. *Vilas Operárias em Lisboa. Emergência de novos modos de habitar. O Caso da Vila Berta*. [Em linha] Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Novembro 2008. p.13. Tese de mestrado. [Consult. 4 Dez 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137892450/Dissertacao.pdf>

¹¹⁹ CALADO, M.; FERREIRA, V. (1993) apud PINTO, S., op. cit., loc. cit.

O espaço em torno do qual as habitações se organizam tem, pois, um papel fundamental, já que é o palco de relações comunitárias de vizinhança.

Evidenciaremos, mais à frente¹²⁰ e de forma mais dedicada, o valor deste espaço. Por enquanto ser-nos-á útil entender em que locais específicos da cidade surgiram estes conjuntos e em que consistem as alterações pontuais acima citadas, que permitirão a formulação de uma série de tipologias.

2.3.2. LOCALIZAÇÃO

A vila, à semelhança do pátio, procura estabelecer a relação habitação-local de trabalho, surgindo próxima de zonas industriais. Esta localização é justificada pela conveniência que os trabalhadores têm em viver perto do local de trabalho, valorizando, assim, o tempo de deslocação e evitando custos de transporte. A Estrada da Circunvalação¹²¹, definida em 1852, motiva também o aparecimento de grandes concentrações de habitação operária. A sua localização periférica e a inclusão de “*muitos terrenos agrícolas no seu interior*”¹²² são factores que mantêm o preço do solo baixo.

As classes mais altas, por sua vez, dão maior valorização ao factor espaço¹²³, instalando-se nos recentes bairros situados a Norte¹²⁴.

A **figura 1** demonstra-nos precisamente a localização das indústrias e da Estrada da Circunvalação e a estreita relação entre estas e as zonas de aparecimento das vilas e das habitações das classes trabalhadoras.

São três as principais concentrações de vilas, que de seguida iremos esclarecer, organizando-as cronologicamente pela ordem em que surgiram, ou seja:

A primeira relaciona-se com o vale de Alcântara e com as fábricas que aí se estabeleceram¹²⁵. Inclui as zonas de Alcântara e de Santo Amaro e, mais tarde, por influência da Estrada da Circunvalação, as vilas proliferam também nos Prazeres, Campo de Ourique e Campolide¹²⁶.

A segunda concentração, também relacionada com o surgimento de novas fábricas, localiza-se na zona oriental da cidade, ao longo da margem do Tejo, em Xabregas, Beato e Poço do Bispo.

¹²⁰ No capítulo 2.4. “O pátio, o corredor ou a rua particular”.

¹²¹ “Iniciada a construção em 1846, ano de crise financeira, [a Estrada da Circunvalação] só viria a concluir-se em 1857. Um decreto de 1852 já definia, no entanto, os limites da cidade como aqueles que seguissem o muro da Circunvalação, então por acabar. (...) Desde a muralha da cidade moura, esta era a primeira linha contínua e bem definida dos limites de Lisboa. (...) A nova estrada começava na ponte de Alcântara (ao fim da actual Rua do Prior do Crato), subindo pela Rua D. Maria Pia, construída então até à Rua de Campo de Ourique; seguia pela Rua do Arco do Carvalhão, Alto do Carvalhão (actuais Ruas D. Carlos de Mascarenhas e Marquês da Fronteira) até ao começo da Estrada de Benfica (para norte), continuando pela Av. Duque de Ávila e por onde fica a Rua Visconde de Santarém; do Lado do Leão ia passar à Rua António Pereira Carrilho e à Rua Morais Soares, até ao Alto de S. João. Daqui descia pela Av. D. Afonso III até ao extremo da Rua da Cruz de Pedra” (SANTANA, F.; SUCENA, E. (dir.). “Limites da cidade” in *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p.498.).

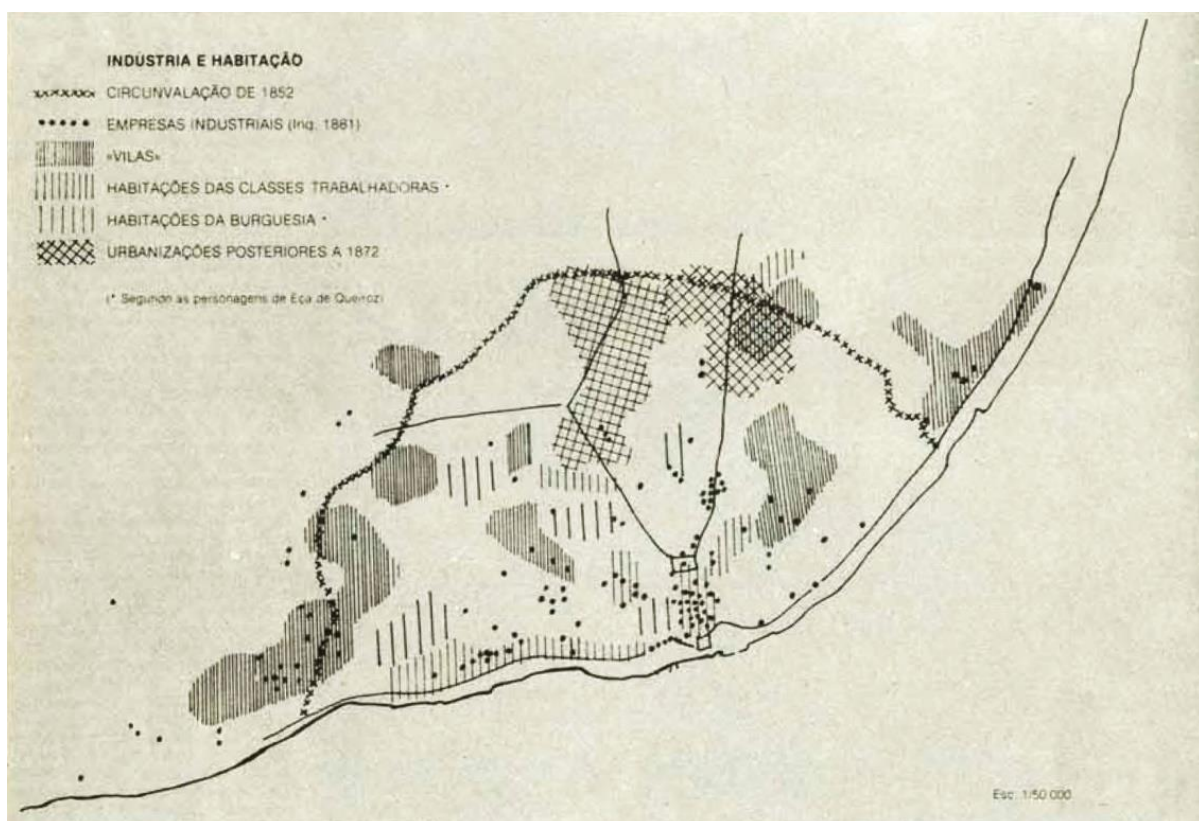
¹²² SALGUEIRO, T., op. cit., loc. cit.

¹²³ idem.

¹²⁴ Ver nota de rodapé n.º 80.

¹²⁵ Que, a propósito da localização dos pátios, já tivemos oportunidade de dar algumas luzes.

¹²⁶ Note-se (figura 1) nestas zonas, como também as “empresas industriais” acompanham a Estrada da Circunvalação.



1 - "Indústria e Habitação", Teresa Barata Salgueiro, 1981

Finalmente, devido ao crescimento demográfico, a terceira aglomeração relaciona-se não tanto com a existência de fábricas mas está sujeita à influência das zonas industriais mais próximas. Compreende a zona da Graça, onde se alojava a população que trabalharia nos estabelecimentos do centro, e a zona da Penha de França-Alto do Pina, de onde os trabalhadores se deslocariam para as fábricas de Xabregas e Beato. Rodrigues dedica particular atenção ao estudo deste último aglomerado, por considerar apresentar *“densidade, originalidade e sobretudo testemunhos do valor instrumental da casa como um espaço urbano qualificado”*¹²⁷. É também sobre este aglomerado que dedicaremos maior atenção no capítulo 4, por se situar dentro do contexto urbano em causa – o vale da Almirante Reis e a vertente nascente do mesmo – e por a este pertencerem as vilas operárias do terreno de intervenção de projecto.

Segundo Rodrigues, a vila *“é definida como habitação colectiva”*¹²⁸ e portanto, à partida, esta tipologia não se restringiria ao alojamento de uma única classe social. Mas, de facto, a localização das vilas parece predeterminar as classes que a habitam e é certo que a classe operária as ocupa em maioria.

Patente nesta localização está uma realidade de fortes desigualdades entre classes, que caracteriza o então contexto social e económico da cidade. Na vertente social, a cidade oitocentista é *“segregacionista do ponto de vista rácico (...) e deliberadamente, como estrutura de classe”* e, do ponto de vista económico, Salgueiro refere que *“esta localização [das vilas] é o reflexo da formação de fortes rendas diferenciais na cidade capitalista e tem como consequência a segregação social do espaço urbano”*¹²⁹. De um lado as Avenidas Novas, palco de projecção da classe burguesa no espaço e urbanização planeada que cumpre *“as necessidades de circulação, de espaços verdes, de luz e salubridade”*¹³⁰. Do outro, as vilas, pólos de atracção das classes mais pobres e conjuntos habitacionais sem qualquer plano de conjunto, entregues, por isso, à sua própria dinâmica e dependente a sua organização da boa vontade da iniciativa privada.

Mais adiante iremos ver como, na sua tipologia mais comum, a vila se encontra espacialmente afastada da via pública, “escondendo” no seu interior uma realidade que não é directamente visível aos olhos de quem passa. Esta característica¹³¹ contribui também para nos darmos conta da segregação social do espaço urbano da cidade no final do século XIX.

2.3.3. TIPOLOGIAS

No tecido urbano da cidade de Lisboa, podemos encontrar duas tipologias de vila fundamentalmente distintas uma da outra. Uma apoia-se nos esquemas organizacionais do pátio, utilizando espaços recuados e à

¹²⁷ RODRIGUES, M., op. cit., p.43.

¹²⁸ ibidem, p.40.

¹²⁹ SALGUEIRO, T., op. cit., loc. cit.

¹³⁰ ibidem, p.74.

¹³¹ Que, de resto, esteve também presente nos pátios.

margem dos arruamentos para se instalar e organizando as habitações em torno de um espaço descoberto, podendo ser este mais alongado – tipo corredor – ou mais alargado – tipo pátio. A outra tipologia distingue-se essencialmente por acompanhar a via pública e formar filas ou bandas de casas – tipo “correnteza” –, ou blocos independentes – tipo “chalet”. A partir da primeira, surge uma outra tipologia que difere, essencialmente, no modo como é feito o acesso à vila. A partir da segunda podemos, também, considerar uma outra tipologia que revela distintivamente um maior volume de construção e uma rua que adquire um carácter particular.

Perante tal diversificação e graças a investimentos cada vez maiores, a vila afasta-se, gradualmente, do primitivo pátio, e culmina em tipologias de escala urbana.

Podemos adiantar que esta diversificação ocorre, não só, ao nível da variação tipológica como também ao nível do tratamento formal e decorativo, destacando-se neste aspecto algumas vilas de aparência excepcionalmente aprimorada, constituindo-se, por isso mesmo, casos extraordinários.

Uma análise mais detalhada acerca desta matéria pode o leitor encontrar no Anexo I: Tipologias das vilas operárias de Lisboa.

2.4. O PÁTIO, O CORREDOR OU A RUA PARTICULAR

Comum à maioria das tipologias de vila é a existência de um espaço exterior que, não só tem a importante função de operar o acesso às habitações como também se constitui um elemento ordenador da arquitectura. Podemos encontrá-lo *“sob a forma de uma rua particular, corredor ou pátio”*¹³². Em qualquer um dos casos, este espaço permite que as habitações sejam construídas com certa independência do esquema viário público e que a vila possa, desta forma, surgir até mesmo por detrás de prédios ou no interior de quarteirões. Esta independência é, muitas vezes, reforçada pela utilização de um portão que torna o acesso restrito entre a via pública e o pátio¹³³.

*“Uma definição alargada de espaço público coloca (...) como princípio a sua acessibilidade a todos, o lugar onde qualquer indivíduo pode circular livremente, em contraponto ao espaço privado, cujo acesso é controlado e reservado a um público específico”*¹³⁴.

Com base nesta descrição e considerando os casos em que as vilas são resguardadas por portões, não podemos classificar o pátio como espaço público e, de facto, as suas características aproximam-se mais da definição de espaço privado. Mas poderemos mesmo identificar um espaço desta ordem como privado? Efectivamente não, pois o carácter do pátio manifesta-se precisamente entre uma definição e a outra.

O pátio tem uma dinâmica muito própria, virada para o interior, que não chega a ser totalmente público nem totalmente privado. Por um lado, este é um espaço *mais privado*, quando visto do exterior, pelos visitantes e passantes da via pública. Por outro lado, esta é a área *mais pública* dos habitantes da vila, relativamente às suas próprias habitações. Tendo em conta as habitações exíguas em que as famílias eram colocadas, muitas das actividades mais públicas da casa eram extensíveis ao pátio, onde os residentes cultivavam relações comunitárias e de vizinhança. Os pátios eram espaços de *“usos, costumes e tradições”*¹³⁵, onde era costume celebrarem-se arraiais e bailes.

Esta dimensão doméstica mas também relacional do pátio revela que a vila operária, apesar de ser um modelo funcional de habitação, promove também a humanização de espaços que, à partida, não têm qualquer valor. Segundo Rodrigues, *“esta acomodação a uma via pré-estabelecida, criando um sistema de ocupação*

¹³² RODRIGUES, M., op. cit., p.47.

¹³³ Utilizamos o termo “pátio” de forma a englobar todas as possíveis formas anteriormente referidas (pátio, corredor ou rua particular).

¹³⁴ CASTRO, A. “Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívica” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5. [Em linha] Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. p.54, 55. [Consult. 27 Mai 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>>

¹³⁵ RODRIGUES, M., op. cit., loc. cit.

*relativamente fechado, mas de qualquer modo influente, constitui um modo de conceber a cidade não como uma organização funcional, mas antes como lugar habitável*¹³⁶.

Ora, aquela categorização dicotómica de espaço público/espaço privado baseada na acessibilidade não é suficientemente legítima para classificar um espaço com esta carga social. Como refere Castro:

*“Miles lança (...) um alerta para o facto desta categorização binária tender a ignorar os espaços transicionais ou semipúblicos (as varandas e os pátios populares são alguns dos exemplos possíveis), colocando problemas ao planeamento urbano, nomeadamente quando se marginaliza o domínio do doméstico, pois em tais locais as pessoas intervêm directamente nos seus próprios espaços, condicionando a formação de padrões de socialização”*¹³⁷.

O pátio da vila trata-se, então, de um espaço semi-público, de transição entre o espaço público da rua e o espaço privado das habitações.

Não deixa, no entanto, de ser evidente que a sociabilização confinada a este espaço ocorre apenas entre os residentes da vila, ou seja, entre pessoas de um mesmo grupo populacional de fracos recursos¹³⁸. A vila não motiva a interacção social entre os residentes – populações, na sua origem, desenraizadas – e os restantes habitantes da cidade, colocando os primeiros numa situação de isolamento, segregada da vida social urbana. Acerca desta realidade, Alice Vieira esclarece-nos que as vilas se assumem como *“pequenos guetos dentro da cidade, onde se pretendia que as pessoas vivessem isoladas, deslocando-se apenas da casa para a fábrica e desta para o clube ou sociedade de recreio (geralmente pertencente à empresa), estabelecendo relações de vizinhança quase sempre na base do trabalho comum a que a todos unia no mesmo esforço”*¹³⁹.

Resumidamente, o pátio, o corredor ou a rua particular, do ponto de vista formal, são elementos fundamentais na organização da vila, espaços alternativos à via pública que facilitam o acesso às habitações e concedem tanto autonomia como privacidade ao conjunto. Por serem espaços de transição entre as habitações e a rua, o seu carácter é definido entre o privado e o público e, portanto, são semi-privados ou semi-públicos. Do ponto de vista social, são espaços que promovem laços de amizade entre os habitantes da vila, pois a sua convivência passa muito pelas relações de vizinhança que se estabelecem no pátio. Desta forma, a natureza destes espaços é comparável à de uma pequena comunidade ou de uma vila campestre, onde há um ambiente familiar em que todos se conhecem, onde há apoio e confiança mútuos.

Em todo o caso, o pátio e a vila operária do final do século XIX não deixam de actuar a favor da segregação social do espaço urbano, transmitindo uma situação de classe na cidade. Este último facto culminará num conjunto de problemas a que os pátios e as vilas operárias estão hoje associados e que teremos oportunidade de abordar no próximo capítulo.

¹³⁶ idem.

¹³⁷ MILES, M. (2000) apud CASTRO, A., op. cit., p.54.

¹³⁸ Com excepção para alguns casos: consultar “Casos excepcionais” no Anexo I: Tipologias das vilas operárias.

¹³⁹ VIEIRA, A. (1993) apud PINTO, S., op. cit., loc. cit.

2.5. CONCLUSÃO E PISTAS PARA O PRÓXIMO CAPÍTULO

Toda a informação tratada ao longo deste capítulo permitiu-nos compreender:

- Os aspectos históricos, que motivaram o aparecimento dos pátios e das vilas operárias e os tornaram vestígios do processo de industrialização da cidade de Lisboa, iniciado em meados do século XIX;
- Os aspectos sociais, presentes desde a formação de um estrato populacional até à forma como os pátios e vilas promovem processos de sociabilização nos seus espaços;
- Os aspectos formais, que caracterizam uma forma de habitação oitocentista sem precedentes;
- Os aspectos culturais, presentes no entendimento do espaço comunitário dos pátios e vilas operárias como palco do desenrolar de um conjunto de comportamentos, costumes ou hábitos típicos dos seus habitantes.

Apesar dos aspectos negativos associados aos pátios e vilas operárias, numa fase inicial – a questão da insalubridade e a questão da segregação social –, são ainda muitos os aspectos positivos, como os acima enunciados, que podemos identificar nestes conjuntos. Esses aspectos traduzem-se, portanto, num valor histórico, social, formal e cultural para a cidade¹⁴⁰.

Somos também induzidos a reconhecer as dimensões identitárias, históricas e relacionais nestes espaços e a admitir a sua condição de lugares antropológicos. Pensamos serem estes objectos testemunhos de uma identidade, de uma memória e de uma dimensão social e culturalmente significativa para a cidade.

Perante estas considerações e de acordo com a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro¹⁴¹, pensamos ser fundamental a classificação – sem excepção – dos pátios e vilas operárias como património cultural¹⁴² e, na mesma medida, a sua preservação, ou – no limite – adaptação às exigências da contemporaneidade. É nesse sentido que reconhecemos não só o seu valor na actualidade, como também uma potencialidade sua para a cidade, que evidenciaremos no próximo capítulo.

¹⁴⁰ Podemos ainda admitir, como no “Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina”, os aspectos urbanos associados aos pátios e vilas que lhes revestem “do maior interesse para a compreensão da estrutura urbana da cidade, bem como para a definição da sua história e evolução arquitectónica” (C.M.L., Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas (1994) apud PINTO, S., op. cit., p. 23).

¹⁴¹ Nos termos do Artigo 2.º da mesma lei, “*integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização*”, ou ainda “*aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas*”. Segundo o mesmo artigo, “*o interesse cultural relevante (...) dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade*” e segundo o Artigo 3.º, constitui uma responsabilidade do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais “*o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural*” (Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. Diário da República n.º 209 – I Série A. Assembleia da República. Lisboa. p.5808. [Consult. 28 Dez 2014]. Disponível em WWW:<URL:https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2001/09/209A00.PDF>)

- CACHIONI, Marcelo. *Londres, Lisboa e São Paulo: Vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária* [Em linha]. São Paulo: Universidade de São Paulo – Universidade de Arquitetura e Urbanismo, 2013. p.433. Tese de doutoramento. [Consult. 2 Abr 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-12072013-103757/publico/TESE_MARCELO_CACHIONI.pdf>
- CALADO, Maria; FERREIRA, Vítor Matias (1993) apud PINTO, Sónia Cristina Ildefonso. *Vilas Operárias em Lisboa. Emergência de novos modos de habitar. O Caso da Vila Berta* [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Novembro 2008. p.13. Tese de mestrado. [Consult. 4 Dez 2013]. Disponível em WWW:<URL:<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137892450/Dissertacao.pdf>>
- Câmara Municipal de Lisboa, Direcção de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas. *Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina* (1994) apud PINTO, Sónia Cristina Ildefonso. *Vilas Operárias em Lisboa. Emergência de novos modos de habitar. O Caso da Vila Berta* [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Novembro 2008. p.23. Tese de mestrado. [Consult. 4 Dez 2013]. Disponível em WWW:<URL:<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137892450/Dissertacao.pdf>>
- CASTRO, Alexandra. “Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívildade” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. p.54, 55. [Consult. 27 Mai 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>>
- CORREIA, Rita, “Frederico Ressano Garcia” [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, Hemeroteca Digital, 2011. p.1-3. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Biografias/Textos/RessanoGarcia.pdf>>
- FONTOURA, Álvaro de. “A habitação das classes trabalhadoras” in *Boletim Cultural e Estatístico*, vol. I, n.º 1 [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, Hemeroteca Digital, 1937. p.58, 66. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BoletimCE/N1/N1_master/N1.pdf>
- Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro [Em linha]. Diário da República n.º 209 – I Série A. Assembleia da República. Lisboa. p.5808. [Consult. 28 Dez 2014]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2001/09/209A00.PDF>>
- MENDES, José Maria Amado. “Etapas e limites da industrialização” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p.356-363.
- MENDES, José Maria Amado. “As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol.5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p.494.
- MILES, Malcom (2000) apud CASTRO, Alexandra. “Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívildade” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. p.54. [Consult. 27 Mai 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>>
- PEREIRA, Nuno Teotónio. “Pátios e vilas de Lisboa. 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” in *Análise Social*, vol. XXIX (3.º), n.º 127 [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994. p.511. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>>
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “A Regeneração e o seu significado” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p.121.
- RODRIGUES, Maria João Madeira. *Tradição, Transição e Mudança – A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1979. p.40.

- SALGUEIRO, Teresa Barata. "Habitação Operária em Lisboa" in *Arquitectura: planeamento, design, construção, equipamento*, ano III, 4ª série, n.º143. Lisboa: Setembro 1981. p.74-77.
- SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.). "Epidemias" in *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p.340.
- SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.). "Limites da cidade" in *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p.498.
- SERRÃO, Joel (dir.). "Regeneração" in *Dicionário de História de Portugal*. Vol.5. Porto: Iniciativas Editoriais, 1979. p.251, 255.
- SILVA, Luísa Vieira da; GARCIA, João Carlos. "O inquérito industrial de 1881" in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XVI, n.º32 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1982. p.319, 320. [Consult. 26 Dez 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1981-32/32_07.pdf>
- VAQUINHAS, Irene Maria. "O campesinato" in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol.5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p.485.
- VIEIRA, Alice (1993) apud PINTO, Sónia Cristina Ildfonso. *Vilas Operárias em Lisboa. Emergência de novos modos de habitar. O Caso da Vila Berta* [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Novembro 2008. p.13. Tese de mestrado. [Consult. 4 Dez 2013]. Disponível em WWW:<URL:<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137892450/Dissertacao.pdf>>

3. OS PÁTIOS E AS VILAS OPERÁRIAS DE LISBOA NO SÉCULO XXI

*“Cada cidade tem a sua história, seus pontos de referência. Não me refiro somente àquelas construções que são classificadas como marcas importantes do património histórico e da nação. Refiro-me, principalmente, aos locais que pertencem à **memória** da **cidade** e que são pontos fundamentais de **identidade**, do sentimento de pertencer a uma cidade”¹⁴³.*

¹⁴³ LERNER, J. *Acupuntura Urbana*. 5ªEd. Rio de Janeiro: Record, 2011. p.41.

3.1. PANORAMA ACTUAL DAS VILAS

Os pátios e as vilas de Lisboa de finais do século XIX, inícios do século XX, sobreviveram, em grande parte, à evolução da cidade. Mas se no século XIX estes conjuntos eram segregados do espaço urbano, hoje em dia são praticamente desconhecidos ao cidadão comum. Os que ainda existem, limitaram-se a uma permanência anónima na cidade e poucas oportunidades tiveram para serem revelados ao conhecimento público.

O esquecimento não propicia a reabilitação e, por isso, os sinais do tempo não deram tréguas. Alguns destes conjuntos desapareceram para sempre do tecido da cidade: o seu estado avançado de deterioração foi motivo suficiente para se proceder à sua demolição; já os que ainda resistem vão caminhando no mesmo sentido¹⁴⁴. Muitos inquilinos procuraram melhorar as condições mínimas das suas habitações e foi a partir da sua iniciativa que algumas obras e arranjos foram feitos. Exemplos disso são a instalação de água e esgotos, a colocação de telhado e chão ou a construção de uma casa de banho, dependências que não eram asseguradas a muitas vilas, na altura da sua construção.

O retrato económico da maioria dos pátios e vilas de Lisboa manteve-se inalterado. A população residente tem claras dificuldades económicas. Os habitantes mais antigos podem por vezes desfrutar da boa vontade dos senhorios e pagar um valor de renda igual ou pouco superior ao que pagavam há décadas atrás. Noutros casos, e com a nova lei do arrendamento, os valores ficam além das suas possibilidades. É ainda de referir a persistência de fenómenos de exploração às classes mais pobres. O caso da Vila Almeida, na Mouraria, poderá não ter sido o único: conta uma inquilina que entre 1940 e 1955 – altura em que ali viveu em criança –, aquando do falecimento do senhorio, a família deste vendeu a vila a um usurário que subdividiu as habitações em várias fracções e as alugava a quem vinha da província para trabalhar em Lisboa. Hoje em dia, estes cubículos são, na sua maioria, alugados a imigrantes indianos e romenos, que ali vivem temporariamente¹⁴⁵.

Já o retrato social sofreu algumas modificações. A população residente é agora maioritariamente envelhecida. Muitos dos antigos habitantes partiram em busca de melhores oportunidades e outros faleceram, deixando vazias muitas casas. Os que permanecem desejariam também uma maior qualidade de vida e só não saem por não terem outra opção. Mas há ainda quem se sinta emocionalmente ligado à sua casa e à vila e da qual não pretenda sair. Para isso contribui a memória de outros tempos, da tradição de familiares, de amizades criadas e de uma vida ali passada.

No pátio comum a realidade é hoje bastante diferente. Com o envelhecimento populacional e a falta de crianças, a vida aqui já não tem tanta vitalidade. Consequentemente, a ausência de movimento e animação nos pátios leva ao isolamento dos residentes no interior das suas habitações. Exemplo disso é a Vila Musgueira,

¹⁴⁴ Em vias de demolição estão, por exemplo, os Pátios do Alto do Varejão e a Vila Alegre (FERNANDA, R. Pátios & Vilas de Lisboa, “Vidas a prazo nos Pátios do Alto do Varejão” e “Vila Alegre em vias de demolição” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 7 de Outubro de 2013 e 19 de Agosto de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://ocorvo.pt/2013/10/07/vidas-a-prazo-nos-patios-do-alto-do-varejao/>> e em WWW:<URL:<http://ocorvo.pt/2013/08/19/vila-alegre-em-vias-de-demolicao/>>).

¹⁴⁵ FERNANDA, R. Pátios & Vilas de Lisboa, “Vila Almeida, a habitação temporária dos estrangeiros pobres” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, Agosto de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://ocorvo.pt/2013/08/27/vila-almeida-a-habitacao-temporaria-dos-estrangeiros-pobres/#!prettyPhoto>>

onde os habitantes recordam nostálgicos o convívio que dantes existia e as festas populares que no pátio eram celebradas¹⁴⁶.

Parece também ser cada vez mais comum a falta de solidariedade, de vida comunitária e de relações próximas de vizinhança nas vilas. Na maioria dos casos, os idosos convivem na mesma vila há muitos anos, mas essa convivência pode não se traduzir numa tendência positiva na qualidade das relações. Na já referida Vila Almeida até há novos habitantes, de origem estrangeira, mas segundo uma residente antiga, a sua relação com estes é baseada na indiferença, ainda que o espírito solidário não tenha sido o forte desta vila desde as suas origens. Na Vila Luz Pereira verificou-se até uma vaga de jovens casais que recentemente aqui se instalaram, mas segundo uma moradora, parece existir *“alguma desconfiança dos mais velhos relativamente aos novos moradores”*¹⁴⁷.

Paralelamente, o pátio abriga uma nova função: a do estacionamento automóvel. Esta situação não só retira ao espaço a possibilidade de gerar convívio, como, inclusivamente, se torna um motivo para conflitos.

Um outro fenómeno apontado por Nuno Teotónio Pereira se fez sentir. O sentimento de discriminação dos habitantes face ao resto da população foi crescendo, tendo em conta a situação de classe que a vila expressa. A designação da vila, através de um letreiro, contribuía para acentuar as diferenças e *“é por essa razão que muitas das placas foram destruídas, ou então apagadas, quando se tratava de simples letreiros pintados. E os habitantes fazem por ignorar ou esquecer a antiga designação, preferindo usar, para efeitos de localização, o número da porta que dá acesso ao pátio”*¹⁴⁸.

Verificámos que na cidade actual a presença dos pátios e das vilas não é valorizada, chegando mesmo a ser excluída. As acções de demolição e o estado degradado em que se encontram revelam uma atitude que em nada reconhece o valor destes modelos de habitação que nos são herdados.

A situação económica das vilas continua a retratar uma situação de classe na cidade, tendo efeito na auto-estima dos habitantes. O fenómeno da destruição dos letreiros das vilas por parte dos habitantes é efeito disso mesmo. Está aqui em causa a rejeição de uma identidade que, apesar de associada a uma realidade socioeconómica, não deixa de representar uma identidade singular e autêntica destes espaços, com o seu devido valor na cidade. Está também presente neste fenómeno uma tentativa de homogeneidade no espaço urbano, incompatível com a formação da identidade de um lugar, na medida em que esta é sustentada pela especificidade e individualidade de um espaço.

Perante o retrato social, caracterizado pelo envelhecimento populacional, corremos o risco de determinados valores culturais não se perpetuarem no tempo. A memória das vivências de outros tempos e de determinados valores vai sobrevivendo entre histórias contadas e recordações dos habitantes mais idosos que,

¹⁴⁶ FERNANDA, Ribeiro. *Pátios & Vilas de Lisboa*, “A solidariedade fugiu da Vila Musgueira” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 13 de Agosto de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://ocorvo.pt/2013/08/13/a-solidariedade-fugiu-da-vila-musgueira/>>

¹⁴⁷ FERNANDA, Ribeiro. *Pátios & Vilas de Lisboa*, “Vila Luz Pereira sob o signo da renovação” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 21 de Outubro de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://ocorvo.pt/2013/10/21/villa-luz-pereira-sob-o-signo-da-renovacao/>>

¹⁴⁸ PEREIRA, N. “Pátios e vilas de Lisboa. 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” in *Análise Social*, vol. XXIX (3.º), n.º 127. [Em linha] Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994. p.516. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>>

ao longo do tempo, viram gerações da sua família por ali passar. No entanto, esta memória não é quotidianamente reinventada pois não é comunicada aos mais novos que teriam um papel importante em manter a tradição. A falta de animação nos pátios é o reflexo disso mesmo.

A propósito das relações comunitárias, ou a falta delas, parece-nos ser este o reflexo da Modernidade e do declínio daqui resultante na qualidade das representações sociais.

O retrato actual dos pátios e das vilas parece, pois, estar associado a um conjunto de situações menos favoráveis, as quais tentamos resolver no capítulo 3.1.3.

Devemos referir, no entanto, um conjunto restrito de outras vilas cuja situação actual difere do panorama atrás descrito. Estas vilas são casos excepcionais¹⁴⁹ tanto relativamente ao tratamento formal e decorativo que obtiveram, como também, na sua maioria, relativamente ao seu cenário actual. De facto, não existe acaso algum nesta coincidência: foi precisamente aquele cuidado formal que motivou a construção de uma imagem positiva da vila, sendo motivo de orgulho dos habitantes e de atracção para os visitantes. Nestes casos, a vitalidade não se perdeu e a auto-estima dos habitantes até pode ter sido fortalecida. Ainda assim, neste extremo oposto, podemos encontrar um outro tipo de fenómeno problemático, relativamente recente, denominado de gentrificação¹⁵⁰, que teve como expoente máximo o Pátio do Bagatella.

3.2. O PAPEL DOS PÁTIOS E VILAS NA CIDADE DO SÉCULO XXI

Resta-nos reflectir acerca do que pensamos poder ser o papel dos pátios e vilas operárias na cidade de Lisboa. Face ao panorama anteriormente contemplado, pretendemos agora debruçar-nos sobre as potencialidades destes conjuntos, tendo o futuro como horizonte.

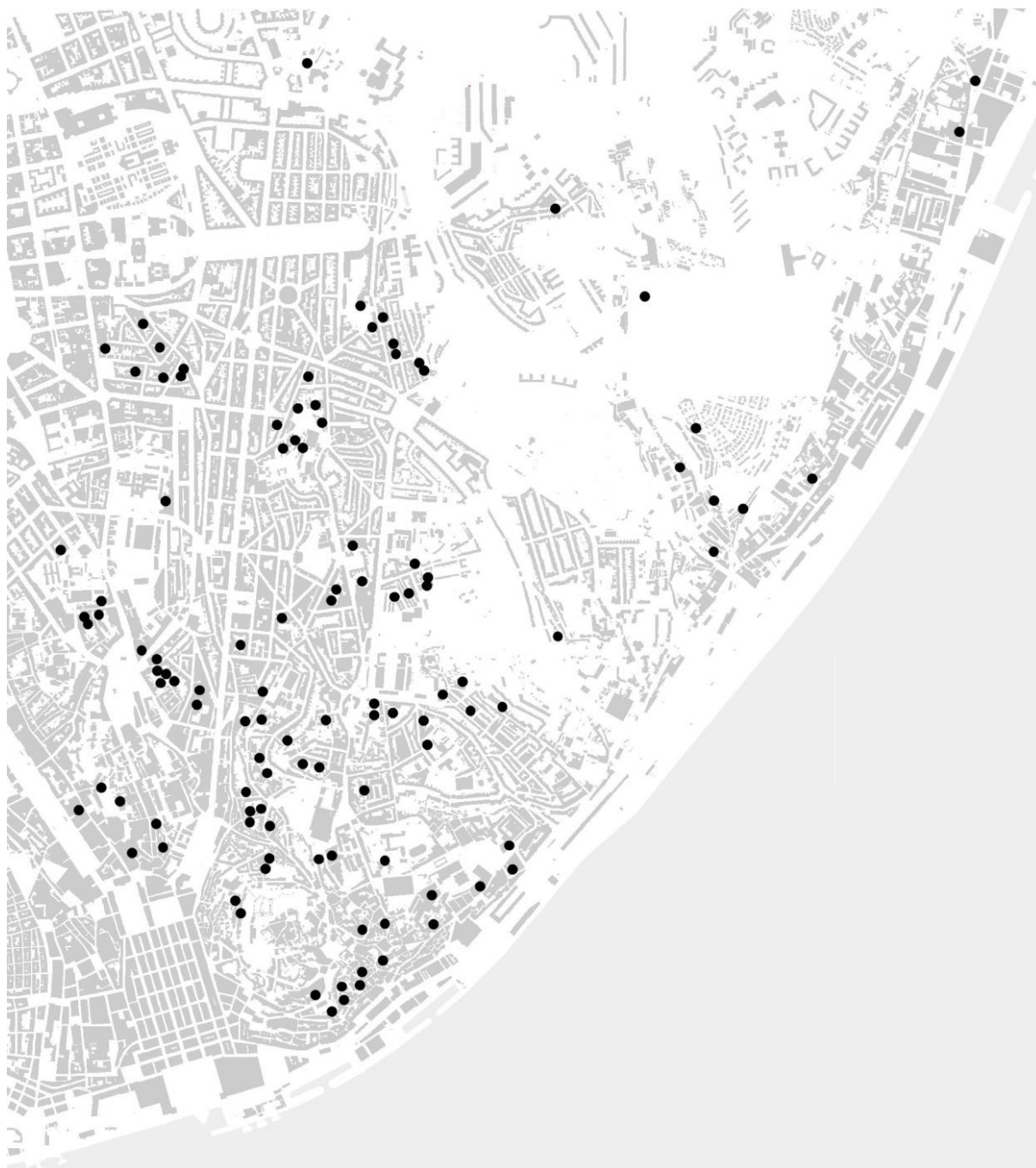
“A vila pode ser considerada a partir dos últimos anos da década de 70 como uma forma de colonização interna, ocupando novos espaços, operando a transformação de áreas rústicas e levando mais tarde a sua influência a áreas cuja carga histórica anterior é exemplar”¹⁵¹.

Se nos últimos anos da década de 70 do século XIX, numa cidade cujos limites hoje conhecidos eram zonas maioritariamente campestres, as vilas eram já consideradas uma forma de colonização e de transformação local, hoje, a vila do século XXI, mais do que uma unidade habitacional, pode ser vista como uma unidade estratégica de reforço de memória, de identidade e de coesão social na cidade.

¹⁴⁹ Ver o capítulo “Casos excepcionais” no Anexo I: Tipologias das vilas operárias.

¹⁵⁰ Para a explicação deste fenómeno consultar o capítulo 0.6. “Estado da Arte”, página 8.

¹⁵¹ RODRIGUES, Maria João Madeira. *Tradição, Transição e Mudança – A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1979. p.41.



2 - Pátios e vilas operárias na zona oriental de Lisboa, Sara Fontainhas

Quando pensamos em Lisboa e em vila operária, facilmente nos surgem na memória aquelas vilas mais célebres, cuja imagem foi cultivada enquanto ponto turístico¹⁵², mas tão pouco temos consciência da existência de um sem número de outras vilas na cidade. A sua efectiva presença não é totalmente conhecida, nem ao turista nem ao cidadão. Mas é precisamente o seu amplo alcance ao nível do espaço urbano (**figura 2**) que concede à vila, enquanto elemento de um vasto conjunto, o poder de se constituir uma ferramenta eficaz de criação de identidade e memória abrangível a toda a cidade. Assim o potencial da vila reside na possibilidade de exercer influência a dois níveis fundamentais da cidade: um local, à escala da própria vila e com possíveis efeitos à escala do bairro; e um global, à escala da cidade, resultante da força adquirida colectivamente pelo somatório de todos os impulsos individuais.

Num tempo em que a fugacidade e o isolamento marcam a vida social cidadina, é necessário restabelecer na cidade formas de vida social comunitárias e promover os espaços nos quais se possam fixar este tipo de dinâmicas. À semelhança das praças e espaços públicos da cidade, o pátio, o corredor ou a rua particular são também elementos chave na estruturação de relações sociais. Mesmo que neste espaço de carácter semi-público o convívio, em larga escala, se tenha perdido, a sua dinâmica é passível de ser recuperada assim como a memória de um modo de viver popular.

Consideramos ainda ser um potencial das vilas a sua capacidade de adaptação a novos usos que respondam às necessidades actuais. A partir de intervenções já realizadas, nomeadamente em espaços fabris desactivados¹⁵³, podemos constatar como a atribuição de um conceito, de um novo uso e da abertura do espaço ao exterior, à cidade e aos seus habitantes, contribuíram por si só para a humanização de espaços esquecidos.

Em suma, o papel do pátio e da vila na cidade do século XXI é reforçado pelo potencial decorrente do seu amplo alcance ao nível do espaço urbano. Desta forma, os pátios e as vilas de Lisboa, do nosso ponto de vista, podem:

- Contribuir positivamente para o espólio artístico, histórico e cultural de Lisboa, enquanto testemunhos:
 - de uma arquitectura habito-industrial, com uma organização formal original na cidade;
 - da evolução do primeiro modelo habitacional, tanto em tipologias como em escala, da cidade de Lisboa;
 - de uma forma de vida comunitária, típica de um meio rural.
- Desempenhar um papel pedagógico, enriquecendo culturalmente as pessoas, ao:
 - alertá-las para as características atrás enunciadas;
 - inculcar o dever de preservar o que é nosso;

¹⁵² Como a Vila Berta, a Vila Sousa ou o Bairro Estrela d'Ouro.

¹⁵³ Como é o caso da "LX Factory", em Lisboa, surgida no espaço da Antiga Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, do século XIX.

- cultivar um significado mais positivo.
- Contribuir para a promoção imagética da cidade de Lisboa, enquanto:
 - novos locais atractivos, do ponto de vista do turismo;
 - novos pontos de referência, de significado, de identidade e de memória para os cidadãos.
- Constituir os pontos de um mapa alternativo da cidade de Lisboa¹⁵⁴ – e, consequentemente, transformarem-se em pólos aglutinadores de pessoas –, ligando-se entre si através de percursos que podem trazer novos fluxos pedonais à cidade, revitalizando determinadas zonas e fortalecendo o ambiente característico de determinados locais;
- Ser objectos de reabilitação e/ou adaptação a novos usos assim como o impulso para o debate público acerca destas mesmas políticas urbanas e da sua ideal aplicação a outros casos/edifícios da cidade.

3.3. AS POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS

Pretendemos agora reflectir acerca das possíveis estratégias¹⁵⁵ que possibilitem a devida valorização dos pátios e das vilas no espaço urbano da cidade.

Para que o potencial destes modelos habitacionais se faça sentir tanto ao nível do **bairro** como da **cidade**, pensamos ser necessário que a estratégia, em primeiro lugar, se foque no nível interno da **vila**, na resolução de um conjunto de problemas que assolam a sua identidade e a impedem de recuperar.

3.3.1. PARA UMA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO NA VILA

*“Atribuir significado ao espaço (ou ao lugar) só pode ser concretizável no tempo e a sua intensidade depende da sucessiva utilização e transformação que o espaço vai sofrendo, das características pré-existent, dos hábitos, da história do seu contexto imediato, da evolução do homem e do desenvolvimento das culturas, ou seja, dos mágicos componentes do seu *genius loci*”¹⁵⁶.*

¹⁵⁴ Esta ideia será explorada mais adiante, no ponto 4.1.2.

¹⁵⁵ Aproveitamos para fazer referência a uma parte do texto do livro de Fialho d’Almeida *“Lisboa Monumental”* – transcrita no Anexo II – dedicada a descrever os problemas que encontra nos pátios e vilas operárias e a propor as devidas alterações que, na sua perspectiva, deveriam ser feitas.

¹⁵⁶ ALVES, F. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.267.

Consideramos ser um dos principais problemas a falta de **auto-estima** por parte dos próprios habitantes relativamente ao local onde vivem, pelo que o primeiro passo será inverter esta situação. Como afirma Lerner:

“(...) a autoestima da população faz a cidade avançar. Provocar a autoestima é uma acupuntura fundamental”¹⁵⁷.

“Identidade, autoestima, sentimento de pertencer, tudo tem a ver com os pontos de referência que uma pessoa possui em relação à sua cidade.

E quando não existe? Fabrica-se? Não, vai-se buscar. Alguma coisa que vai resgatar um momento e alavancar outros. Acupuntura da memória?”¹⁵⁸.

Para que a auto-estima, o sentimento de pertencer, o orgulho, etc., se manifestem nos habitantes, é necessário em primeiro lugar criar as condições para que os mesmos se verifiquem.

Segundo Alves, a **“pele”**¹⁵⁹ do espaço tem um importante papel a este domínio, uma vez que, ao ser *“facilmente memorizável pela imagem que pode transmitir, é também responsável pelas emoções que provoca nos indivíduos e que acabam por definir, para esses, parte do significado que o lugar pode ter, bem como o seu relacionamento com o meio mais alargado”¹⁶⁰*. A propósito, relembremos como o tratamento formal – ou a “pele” – das vilas, que constituem os casos excepcionais, contribuiu para a formação de uma imagem positiva do espaço.

Assim, a personalidade do espaço deve ser reforçada para que a identificação dos indivíduos relativamente a esse espaço se faça sentir e, consecutivamente, a memória seja cultivada.

Desta forma, consideramos ser o restauro e/ou reabilitação do edificado uma das estratégias mais urgentes para o fomento de auto-estima nas pessoas e nos habitantes em particular. Para o reforço da identidade e personalidade destes conjuntos – aquilo que lhes é especial e os distingue do restante edificado –, devemos considerar também a recolocação – nos casos em que foi retirado – do letreiro com a designação do pátio ou vila. Este elemento atesta aquela peculiaridade e deve ser visto como motivo de orgulho e não de constrangimento.

Segundo Alves, a **legibilidade**¹⁶¹, a par da **relevância**, têm também a sua devida importância na construção de significado no lugar. Um espaço pode ganhar um significado positivo e enaltecer *“as memórias, os sentimentos e as experiências do individual, do colectivo ou de uma cultura”¹⁶²*, se possuir determinadas características capazes de transmitir ao utilizador – de forma legível – a sua natureza, as possibilidades de aí

¹⁵⁷ LERNER, J., op. cit., p.63-64.

¹⁵⁸ ibidem, p.77-78.

¹⁵⁹ A “pele” é aqui entendida como as formas e materiais específicos de um determinado espaço, a sua “imagem”.

¹⁶⁰ ALVES, F., op. cit., p.113-114.

¹⁶¹ Segundo Alves, a “legibilidade” é “entendida como a propriedade ou a capacidade de comunicação de um lugar face à sua abertura ao utilizador e aos seus potenciais de utilização” (ALVES, F., op. cit., p.112).

¹⁶² idem.

interagir e se estas se aproximarem “do tipo de vida das pessoas e dos padrões de uso com os quais se familiarizam”¹⁶³.

No sentido de tornar o lugar legível, pensamos ser necessário dotar estes espaços de determinados elementos – mobiliário urbano, espaços verdes, iluminação pública, entre outros –, não descurando a cultura predominante e a relevância que o ambiente deve ter para os seus utilizadores. Estes elementos potenciam as **ligações** espaço-utilizadores e utilizadores-utilizadores e promovem a sensação de **conforto e segurança** nas pessoas, outras qualidades apontadas por Alves como necessárias para a criação de significado no lugar¹⁶⁴.

Mas, como afirma Lerner,

*“Nem sempre a acupuntura urbana se traduz em obras. Em alguns casos, é a introdução de um novo costume, um novo hábito, que cria condições positivas para a transformação”*¹⁶⁵.

Nesse sentido, pensamos ser necessária a adaptabilidade destes espaços não só para habitação mas para novos **usos e funções**, adequando-os às necessidades locais – da própria vila ou do bairro. Também Alves argumenta que “a capacidade de fruição e de mudança de um espaço pode estimular o desenvolvimento de variados níveis de comunicação”¹⁶⁶. Encontramos na seguinte citação de Lerner, a solução para o problema da extinção das actividades que se desenrolavam no pátio:

*“[...] como já não é possível recuperar essas áreas e reviver as antigas actividades, temos que encontrar novos usos, novas actividades que tragam vida. Não há nada que agrade mais a uma vizinhança, e até a uma população inteira, que o reaproveitamento de um desses espaços”*¹⁶⁷.

Com estas estratégias pensamos satisfazer aquela que Alves considera ser a primeira fase do processo de construção de significado no lugar, explícita na seguinte citação:

*“Construir o significado do lugar público [...] implica, numa primeira fase, atribuir ao espaço a capacidade de abrigar diferentes experiências, memoráveis e significantes, num ambiente em que o conforto, a segurança e prazer cruzam a satisfação das necessidades dos utilizadores”*¹⁶⁸.

A partir do momento em que se tomam estas iniciativas pensamos pois ser praticamente imediato o efeito causado ao nível das relações no pátio: talvez se iniciem as primeiras reuniões entre os habitantes por via da

¹⁶³ idem.

¹⁶⁴ ibidem, p.114.

¹⁶⁵ LERNER, J., op. cit., p.11.

¹⁶⁶ ALVES, F., op. cit., loc.cit.

¹⁶⁷ LERNER, J., op. cit., p.45.

¹⁶⁸ ALVES, F., op. cit., p.119.

curiosidade causada, talvez se propiciem diálogos e se recupere alguma dinâmica. Nos casos das vilas em que o ambiente já era propício a relacionamentos, talvez a identidade local seja imediatamente renovada.

Devemos, no entanto, considerar que *“o reforço da identificação dos indivíduos com o espaço é tanto mais eficaz quanto maior for a participação de uma comunidade ou grupo na manutenção e **gestão** desse espaço, enquanto põe em prática os seus direitos e obrigações”*¹⁶⁹. Assim, na fase seguinte, será importante que o significado do espaço não se perca e se estimule *“o interesse e a continuidade da sua utilização pelo homem – o seu ser, o seu significado e a sua revitalização”*¹⁷⁰.

Consideramos que a estratégia dos novos usos, abordada anteriormente, pode também constituir uma estratégia nesta fase. A multifuncionalidade e a flexibilidade nestes espaços podem, pois, atrair visitantes ou novos utilizadores ao local, permitindo a participação de um maior número de pessoas na gestão e manutenção do significado no lugar. Também alguns eventos temporários, como arraiais, festas dos santos populares, concertos, exposições, workshops e mercados, podem alavancar a revitalização destes pátios e vilas ao divulgarem a sua existência a um público mais vasto.

Por fim, segundo Alves, para a construção de significado no lugar, *“a conquista mais gratificante, mas simultaneamente mais difícil de alcançar, é a conjugação do desenvolvimento das qualidades, das memórias e dos significados associados, específicos de um (nosso) tempo e lugar, com a experiência intemporal das culturas emergentes [...]”*¹⁷¹.

3.3.2. PARA UMA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO NO BAIRRO E NA CIDADE: AS VILAS ENQUANTO ESTRATÉGIA

A partir do momento que se concretize a resolução dos problemas ao nível interno dos pátios e vilas – individualmente e atendendo às particularidades de cada situação – e a identidade e a memória sejam recuperadas, acreditamos no potencial revitalizador que estes conjuntos, enquanto colectivo, têm para a cidade.

Tendo como base o princípio da acupuntura urbana, as vilas podem ser o meio através do qual se procede ao desbloqueio de certos pontos da cidade que impedem o seu bom funcionamento. Trata-se este princípio essencialmente de “pensar global, agir local” aplicado a estes modelos habitacionais desaproveitados mas que assim que influenciarem positivamente os moradores, o bairro ou a comunidade próxima estão, simultaneamente, a contribuir para a saúde global da cidade.

¹⁶⁹ *ibidem*, p.120.

¹⁷⁰ *idem*.

¹⁷¹ *ibidem*, p.119-120.

As vilas podem ser pois o meio através do qual se recupera a identidade e memória de um determinado território, pelo que tal estratégia pode ser aplicada a qualquer outra cidade com vilas operárias.

Neste sentido, pensamos ser essencial a existência de uma entidade responsável pela gestão desta estratégia, reunindo informação acerca das vilas e apoiando iniciativas de intervenção local que resultem numa revitalização global¹⁷². Falamos, por exemplo de um Centro Interpretativo dos Pátios e Vilas Operárias que será uma das propostas programáticas do projecto.

¹⁷² A partir da pesquisa efectuada concluímos que não existe actualmente nenhuma entidade especificamente destinada a assuntos relacionados com os pátios e vilas operárias de Lisboa, uma vez que a “Divisão da Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas” foi extinta na década de 90.

- ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.112-114, 119-120, 267.
- FERNANDA, Ribeiro. *Pátios & Vilas de Lisboa*, “A solidariedade fugiu da Vila Musgueira” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 13 de Agosto de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://ocorvo.pt/2013/08/13/a-solidariedade-fugiu-da-vila-musgueira/>>
- FERNANDA, Ribeiro. *Pátios & Vilas de Lisboa*, “Vila Alegre em vias de demolição” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 19 de Agosto de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://ocorvo.pt/2013/08/19/vila-alegre-em-vias-de-demolicao/>>
- FERNANDA, Ribeiro. *Pátios & Vilas de Lisboa*, “Vila Almeida, a habitação temporária dos estrangeiros pobres” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 27 de Agosto de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://ocorvo.pt/2013/08/27/vila-almeida-a-habitacao-temporaria-dos-estrangeiros-pobres/#!prettyPhoto>>
- FERNANDA, Ribeiro. *Pátios & Vilas de Lisboa*, “Vidas a prazo nos Pátios do Alto do Varejão” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 7 de Outubro de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://ocorvo.pt/2013/10/07/vidas-a-prazo-nos-patios-do-alto-do-varejao/>>
- FERNANDA, Ribeiro. *Pátios & Vilas de Lisboa*, “Vila Luz Pereira sob o signo da renovação” [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 21 de Outubro de 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://ocorvo.pt/2013/10/21/villa-luz-pereira-sob-o-signo-da-renovacao/>>
- LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. 5ªEd. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 11, 41, 45, 63-64, 77-78.
- PEREIRA, Nuno Teotónio. “Pátios e vilas de Lisboa. 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” in *Análise Social*, vol. XXIX (3.º), n.º 127 [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994. p.516. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>>
- RODRIGUES, Maria João Madeira. *Tradição, Transição e Mudança – A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1979. p.41.

4. RELATÓRIO DE PROJECTO

APROXIMAÇÃO AO LUGAR: DOS VALES AO PERCURSO DE CUMEADA

4.1. OS VALES E AS COLINAS

A Avenida Almirante Reis está inserida num vale – o vale da Almirante Reis – intimamente relacionado com um outro vale – o vale da Avenida da Liberdade. Encontram-se estes vales separados por uma colina – a colina de Sant’Ana – e confluem num terceiro vale – o vale do Rossio, Praça da Figueira e Baixa –, sendo este o único ponto de convergência entre ambos.

Acerca destes três vales, Frei Nicolau de Oliveira¹⁷³ descreve:

“Cortão este monte [o monte de Sant’Ana] dous valles muy cumpridos, hum pella parte do Oriente, & outro pela do Occidente, & vem ambos a hua a dar em outro valle muy largo, que fica entre o monte do Castello, & o de São Roque [...]. O primeiro destes valles, que he o que fica da parte do Oriente, vay cingindo o monte com fresquissimas hortas, & muy grande casaria, por estar povoado da freguesia dos Anjos, onde se acaba, a qual tem novecentos & trinta & tres fogos, & mais de a metade da freguesia de São Sebastião da mouraria, que tem oitocentos, & setenta fogos”¹⁷⁴.

No seu conjunto, formam estes vales um sistema de bacias hidrográficas integrado num sistema principal que é o Tejo, sistema esse em “Y” (**figura 5**), dada a sua disposição pelo terreno¹⁷⁵. Significa, pois, que na origem desta topografia está o processo de erosão causado pela água, que ao longo de milhares de anos traçou o seu curso natural dos terrenos mais altos para os mais baixos, desaguando, por fim, no rio principal.

Para além da já referida colina de Sant’Ana, são três os restantes montes que cercam estes vales: a poente da Avenida da Liberdade, a colina de São Roque; a nascente da Avenida Almirante Reis, a colina do Castelo e a de Santo André. Podemos ainda considerar a nascente da Almirante Reis, a colina da Graça, da Senhora do Monte, do Monte Agudo e da Penha de França, ainda que não integrem o conjunto das famosas sete colinas de Lisboa¹⁷⁶.

¹⁷³ Frei Nicolau de Oliveira (1566 -1634) foi um frade português membro da Ordem da Santíssima Trindade. Deixou um grande testemunho ao publicar, em 1620, o “Livro das Grandezas de Lisboa”, dedicado a descrever pormenorizadamente as qualidades desta cidade.

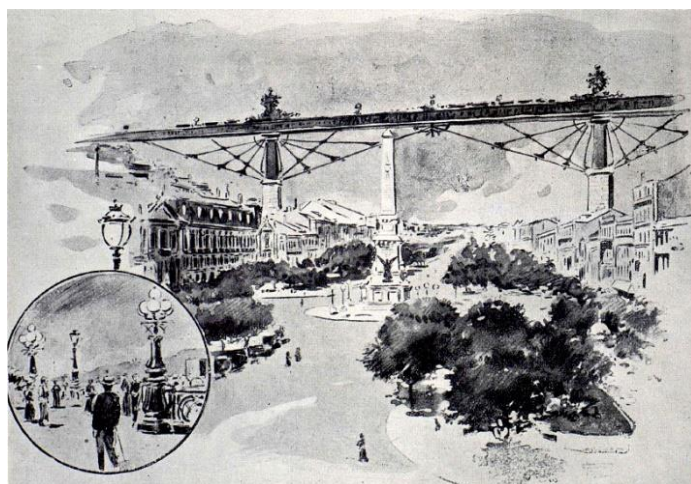
¹⁷⁴ OLIVEIRA, F. *Livro das Grandezas de Lisboa* [Em linha]. Lisboa, 1620. p.62. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://books.google.pt/books?id=at4rtCgU1P0C&printsec=frontcover&hl=pt-pt&rview=1&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true>

¹⁷⁵ RODRIGUES, H. *Fragmentação e continuidades urbanas: contribuição para a definição de estratégias de intervenção no espaço público contemporâneo* [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 2012. p.35-36. Tese de mestrado. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5289>

¹⁷⁶ A primeira referência às sete colinas, ou montes, de Lisboa foi feita por Frei Nicolau de Oliveira no “Livro das Grandezas de Lisboa” da seguinte forma: “Occupa agora pois esta Cidade em comprimento de Belem ré São Bento de Enxobregas, que são quasi duas legoas, continuandose sempre casas, & quintas, ficando o meo della, & o a que propriamente chamamos Cidade situada sobre sete montes muy altos, & de muita distancia entre huns, & outros, & os ocupa todos, naõ so nos altos delles, mas em todas suas fraldas, & raizes, & valles,



3 - "Plano com que se mostram os monumentos romanos de Olisipo o perimetro di Lissibona e a directriz do antigo braço do Tejo", Marina Tavares Dias, 1987



4 - "Uma das entradas do viaduto – Aspecto da Avenida da Liberdade atravessada pelo viaduto entre S. Pedro de Alcântara e o Campo de Sant'Ana", Fialho d'Almeida, 1957



5 – Sistema de bacias hidrográficas em "Y" e influência da topografia sobre a morfologia dos vales da Avenida da Liberdade e da Avenida Almirante Reis, Sara Fontainhas

como se deixa claramente ver de quem vem do mar, que de terra não há lugar donde se possa ver mais, que quando muito a terceira parte della" (OLIVEIRA, F., op. cit., p. 60).

Fialho d'Almeida¹⁷⁷, na sua visão idealizada de uma *Lisboa Monumental*, descreve como se procederia a comunicação entre São Pedro de Alcântara, na colina de São Roque e o Castelo (**figura 3**):

*“A ponte sobre os vales da Avenida e Rua da Palma, ligando S. Pedro de Alcântara a Sant’Ana, e esta à Graça ou monte do Castelo, era uma obra de seguro efeito cenográfico, gigantesca e pernalta, barrando o ar num salto audacioso. Sobre o facto de estabelecer entre bairros periféricos uma grande circulação, rápida e mais curta, tinha ainda o predicado raro de cortar as casarias monótonas desta cidade sem cúpulas nem torrelas, com um magnífico jogo de obras de arte”*¹⁷⁸.

Embora se relacionem, no contexto da cidade, enquanto partes integrantes de um sistema de bacias hidrográficas e “*estruturas fundamentais da paisagem urbana*”, individualmente, estes vales apresentam realidades bastante distintas, do ponto de vista social, cultural, económico, morfológico, topográfico e do planeamento urbano¹⁷⁹. Limitamo-nos a abordar de forma sucinta as características referentes ao vale da Almirante Reis, com especial enfoque para a vertente nascente do mesmo.

4.2. O VALE E A AVENIDA ALMIRANTE REIS: FRAGMENTAÇÃO URBANA E SOCIAL

O vale da Almirante Reis é particularmente interessante pela heterogeneidade de tecidos urbanos, culturas, referências patrimoniais e vivências que contempla. A sua artéria principal – a Avenida Almirante Reis – é a mais multicultural de Lisboa. Ao longo desta avenida encontramos as distintas áreas da Mouraria, Martim Moniz, Intendente, Anjos, Arroios, Alameda e Areeiro, com vivências e dinâmicas muito próprias que se expandem numa lógica de “bairro” (**figura 6**).

A Avenida Almirante Reis tem início na Rua da Palma e termina na Praça Francisco Sá Carneiro, delineando o prolongamento daquela para Norte. A sua actual denominação provém de 1911¹⁸⁰ e homenageia a figura de Carlos Cândido dos Reis (1852-1910)¹⁸¹, vice-almirante da marinha de guerra e revolucionário republicano.

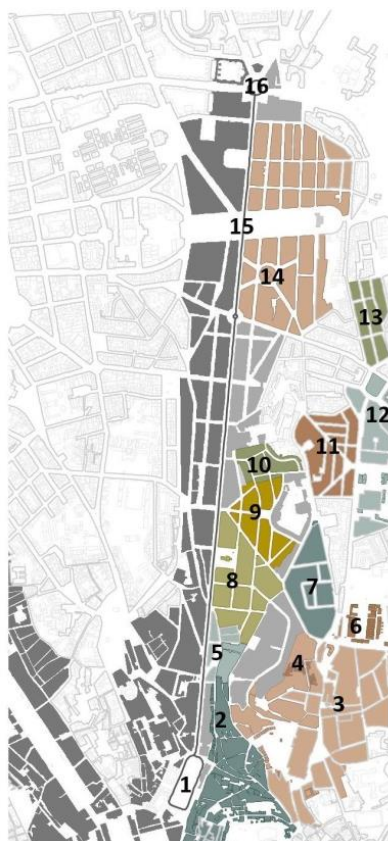
¹⁷⁷ José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911) foi um jornalista e escritor português, autor de obras notáveis como “Lisboa Monumental” (1957) e de publicações periódicas como “Os Gatos” (1889-1894).

¹⁷⁸ ALMEIDA, F. *Lisboa Monumental* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 1957. p.17. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://bdalentejo.net/BDAObra/obras/272/PDF/272.pdf>>

¹⁷⁹ RODRIGUES, H., op. cit., p.36.

¹⁸⁰ ARAÚJO, N. *Peregrinações em Lisboa*, VIII volume, 2.ª edição, Lisboa: Vega, 1993, p.15.

¹⁸¹ O almirante Cândido dos Reis pôs termo à vida na madrugada de 5 de Outubro de 1910, dia da Implantação da República Portuguesa, convicto do fracasso da revolução, tendo sido encontrado morto junto ao Hospital de Arroios, na Praça do Chile, na própria Avenida Almirante Reis.



- 1 MARTIM MONIZ
- 2 MOURARIA
- 3 GRAÇA
- 4 BAIRRO ESTRELA D'OURO
- 5 INTENDENTE
- 6 SAPADORES
- 7 BAIRRO LAMOSA
- 8 BAIRRO ANDRADE
- 9 BAIRRO DAS COLÓNIAS
- 10 BAIRRO DE INGLATERRA
- 11 OLIVAL DO MONTE ALPERCHE
- 12 VALE ESCURO
- 13 BAIRRO DO ALTO DO PINA
- 14 BAIRRO DOS ACTORES
- 15 ALAMEDA
- 16 AREIRO

6 - Zonas e bairros da vertente nascente do vale, Sara Fontainhas



7 - As três fases de planeamento de Lisboa em torno da Avenida, Sara Fontainhas

“É uma linha urbana de primeira categoria, sem história, que começou a rasgar-se timidamente no final do século passado. Obedeceu a um plano, e por esta circunstância oferece o esplendoroso aspecto citadino que se lhe nota.

Assim fosse sempre Lisboa”¹⁸².

Com um comprimento de cerca de três quilómetros e um traçado linear recto, esta avenida apresenta uma boa escala urbana no que toca à relação entre a altura do edificado e a largura da rua, permitindo desafogo. Em toda a sua extensão, o desenho da avenida obedece a uma organização funcional clara, composta por três zonas distintas, simetricamente dispostas a partir do eixo central: um passeio pedonal, relativamente largo, uma zona de estacionamento longitudinal e uma zona de trânsito automóvel, composta por duas faixas de rodagem para ambos os sentidos. O eixo central é ocupado por um passeio estreito, metricamente interceptado por vegetação, fazendo assim a separação entre os dois sentidos de trânsito. É uma avenida com um mobiliário urbano completo – postes de iluminação pública, postes de sinalização, pilaretes, aparcamento de bicicletas, painéis de publicidade, papeleiras, ecopontos, canteiros, quiosques, telefones públicos, hidrantes, caixas de electricidade e paragens de autocarro –, à excepção de bancos pois ainda que alguns canteiros sirvam igualmente para este fim são também eles escassos.

Esta é uma zona onde se verifica um envelhecimento populacional, carecendo actualmente de estratégias de recomposição social, cultural e económica, ainda que se note uma crescente preocupação pela melhoria da qualidade de vida dos habitantes¹⁸³. Muito graças às suas características bairristas, a Avenida funciona de certa forma isolada da restante cidade e virada para si própria: a descontinuidade dos circuitos dinâmicos gerados pelo grande fluxo de pessoas que ocupa as áreas da Praça do Comércio, Baixa, Praça do Rossio e Praça da Figueira para a Avenida Almirante Reis é evidente, fazendo da Praça do Martim Moniz um espaço de transição entre duas realidades distintas. Tal descontinuidade pode ser justificada pelas diversas fases de planificação da Avenida que, em oposição a outras áreas de Lisboa pensadas e planeadas como um todo¹⁸⁴, influenciaram a fragmentação urbana e social hoje conhecida.

De facto, esta planificação ao invés de ter preparado *“toda a extensão da linha com uma dinâmica fluida e contínua”¹⁸⁵*, foi segmentada em três: em primeiro lugar, em 1147, com a construção da Rua da Palma; depois, em 1891, com um plano da autoria de Frederico Ressano Garcia, em que se realiza a construção da avenida – então designada Avenida Dona Amélia – até à Praça do Chile, em Arroios; e por fim, em 1937, cabe a Duarte Pacheco o projecto de extensão da Praça do Chile à Praça Francisco Sá Carneiro, no Areeiro¹⁸⁶ (**figura 7**).

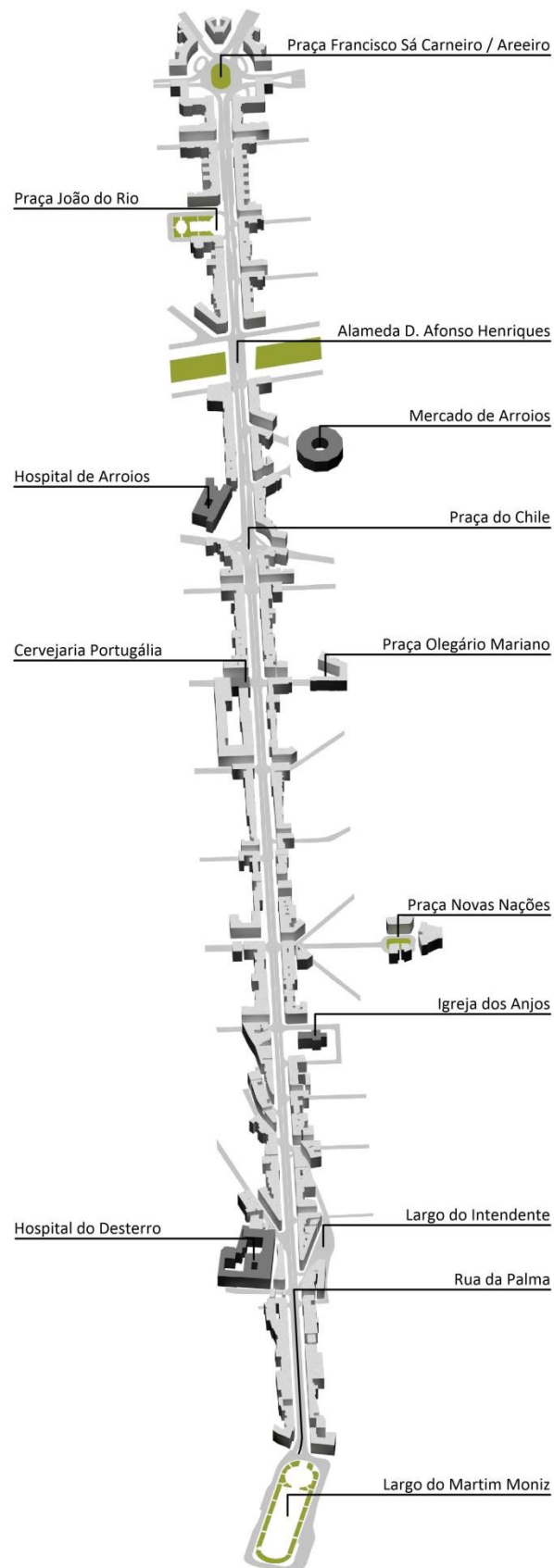
¹⁸² ARAÚJO, N. *Peregrinações em Lisboa*, IV volume, 1.ª edição, Lisboa: Vega, 1992, p.73.

¹⁸³ Com projectos e associações de intervenção local como a Associação Renovar a Mouraria, Ai Mouraria, entre outros.

¹⁸⁴ Pensamos no caso do Plano de Reconstrução da Baixa, elaborado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e no caso do Plano da Avenida da Liberdade, elaborado por Ressano Garcia.

¹⁸⁵ RODRIGUES, H., op. cit., p.37.

¹⁸⁶ idem.



Já a Praça do Martim Moniz foi durante muitos anos um “*espaço urbanisticamente desqualificado*”, ao ser “*ocupado por escombros, lixo e como lugar de estacionamento*”¹⁸⁷. Só em 1982 se elabora o Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz e em 1997 se transforma, efectivamente, na praça que hoje conhecemos¹⁸⁸.

Esta segmentação traduz-se em contrastes, não só ao nível da malha urbana, como também a nível cultural, económico e da arquitectura. Entre o Martim Moniz e o Intendente, incluindo uma pequena área da encosta do Castelo, Mouraria e Graça, deparamo-nos com o traçado medieval da Lisboa antiga; uma arquitectura simples, modesta e em muitos casos degradada, reflectindo um baixo nível económico; e a nível cultural, uma predominância afro-asiática. Entre o Intendente e a Praça do Chile, incluindo Anjos e Penha de França encontramos três bairros construídos de raiz, no final do século XIX – o Bairro Andrade, Bairro de Inglaterra e o Bairro das Colónias –, onde predomina uma malha mais ordenada, formando quarteirões, e uma arquitectura mais cuidada, revelando a residência de uma classe média, ou média-baixa. Por fim, da época Duarte Pacheco, entre Arroios e o Areeiro, passando pela Alameda Dom Afonso Henriques, destacam-se novos bairros¹⁸⁹ de ruas e passeios mais largos e de maior iluminação; uma arquitectura aprimorada, no desenho homogéneo das fachadas, ao estilo Português Suave; e a permanência de uma classe média e média-alta, cada vez menos multicultural.

Por outro lado, é este mesmo planeamento faseado, a par da própria topografia do vale – ora mais aplanada, ora mais acentuada –, que dá origem a uma diversidade morfológica no que toca à ocupação do espaço e à organização do mesmo – ora mais regular, ora mais irregular –, tornando o vale da Avenida Almirante Reis numa das mais interessantes encadeações urbanas de Lisboa.

¹⁸⁷ MENEZES, M. “A Praça do Martim Moniz: etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa” in *Horizontes Antropológicos*, ano 15, n.º 32 [Em linha]. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Julho/Dezembro 2009. p.307. [Consult. 28 Ago 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a13.pdf>>

¹⁸⁸ *idem*.

¹⁸⁹ Como é o caso do Bairro dos Actores.

4.3. LINHA DE TALVEGUE E CUMEADA: CONTINUIDADE TOPOGRÁFICA

Ainda que a unidade do vale e avenida não se tenha revelado ao nível da morfologia urbana, nem mesmo ao nível sociocultural e económico, é a partir das características topográficas que a redescobrimos, por ser esta uma qualidade inerente à formação do próprio vale e anterior à ocupação humana. Falamos da linha de talvegue e da linha de cumeada (**figura 9**), conceitos referentes a uma linha que, respectivamente, une os pontos mais fundos e mais altos de um vale. Neste caso, a linha de talvegue relaciona-se inevitavelmente com o antigo curso de água e a linha de cumeada com os pontos mais altos das vertentes Nascente e Poente do vale. Estas linhas, pertencentes à matriz da paisagem natural, coincidem, aliás, com os primeiros caminhos em torno dos quais surgiram as primeiras quintas que, a partir de meados do século XII, foram “cedendo espaço a pequenos aglomerados populacionais” – muito ligados à agricultura, “dada a qualidade dos terrenos e abundância de água”¹⁹⁰ – e a partir dos quais a malha se foi ramificando. São, por isso, capazes “de destacar antigas estruturas, antigos percursos e lugares ancestrais”¹⁹¹.

Relativamente à linha de talvegue, podemos concluir ser esta a génese da Avenida Almirante Reis, artéria principal que ligava a Mouraria a Arroios por meio da Rua do Paço do Bem Formoso, Rua Direita dos Anjos e Rua Direita de Arroios, passando pelo Largo do Intendente, Campo de Santa Bárbara e pelo Largo de Arroios. Já o Regueirão dos Anjos, informa-nos Norberto de Araújo, “é anterior até à própria Rua dos Anjos” e o seu nome provém naturalmente do “regueiro de água que foi caudal em séculos velhíssimos”¹⁹². Esta linha comporta-se de forma contínua, graças ao fluxo dinâmico da água, sendo por isso agregadora e unificadora do espaço, propriedade que a Avenida vem reforçar.

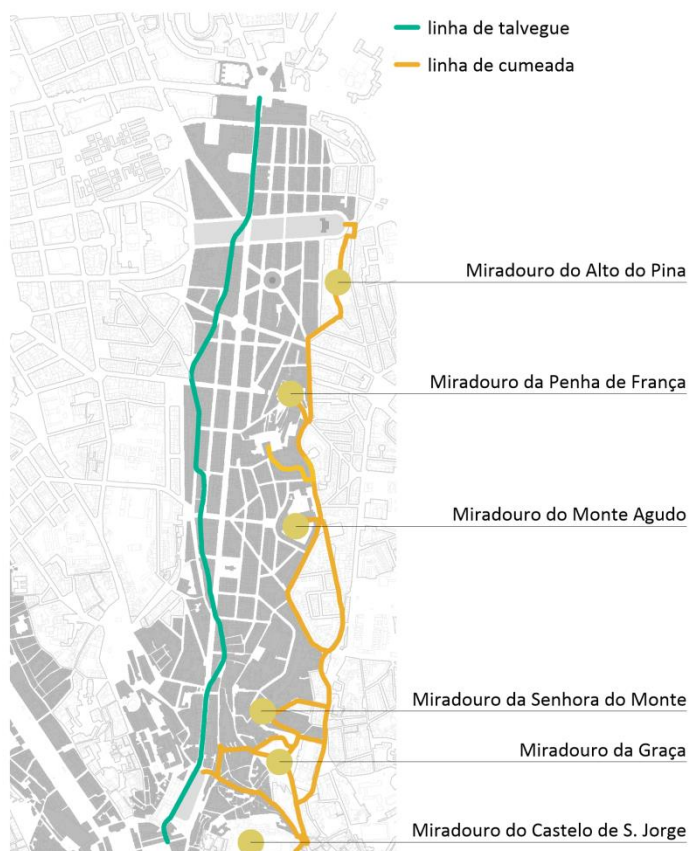
A linha de cumeada, por sua vez, pode funcionar a favor da coesão de um espaço aparentemente disperso e fragmentado. Esta linha sinuosa comporta-se de forma mais ritmada, sendo o percurso apenas motivado “por elementos fixos, estruturantes da paisagem como são os miradouros com a sua vegetação persistente”¹⁹³. Os miradouros têm, assim, um papel muito importante enquanto pontos para a percepção do espaço como um todo. Centrando-nos na vertente nascente do vale, entre a Colina do Castelo e a Alameda Dom Afonso Henriques, deparamo-nos com a sucessão desses espaços contemplativos, simbólicos e místicos, considerando os eventos e monumentos históricos a que, na sua generalidade, estão associados: miradouro da Graça, da Senhora do Monte, do Monte Agudo e da Penha de França.

¹⁹⁰ RODRIGUES, H. op. cit., p.45.

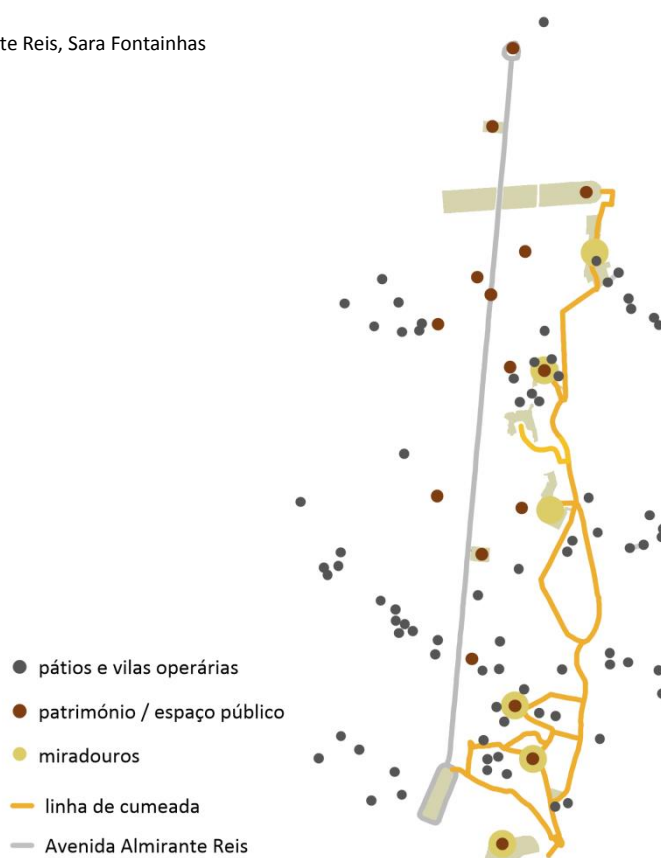
¹⁹¹ ibidem, p.50.

¹⁹² ARAÚJO, N. (1992) op. cit., p.73, 75.

¹⁹³ RODRIGUES, H., op. cit., p.52.



9 – Linha de talvegue e linha de cumeada do vale da Almirante Reis, Sara Fontainhas



10 – Principais pontos e linhas da rede de coesão do espaço, Sara Fontainhas

No contexto da temática do trabalho, a linha de cumeada, entendida também como um percurso, pode ser a “guia” para a estimulação de um mapa mental (**figura 10**) e para a uniformização de um território de contrastes, porque “*no Caminhar existe a possibilidade de construir uma história, caminhando, como forma de intervenção urbana*”¹⁹⁴. Encontramos, assim, a sua capacidade de preservar a memória de percursos e lugares ancestrais¹⁹⁵ e de reforçar a identidade dos bairros que compõem esta colina – da mesma forma que a colina é um elemento constituinte da paisagem do vale, assim como o vale é componente de um sistema de duas bacias hidrográficas e como todo este sistema integra um outro, principal, do vale do Tejo.

O restante património e espaço público deve também integrar esta rede, formando linhas ou percursos secundários.

Considerando a forte presença dos pátios e vilas operárias (**figura 11**) ao longo deste território e tendo em conta os argumentos desenvolvidos no ponto 3.2., podem também estes ser pontos fixos de uma linha ou percurso secundários, estabelecendo a comunicação das vilas entre si.

Este torna-se o panorama de intervenção do projecto uma vez que tem como pressuposto integrar esta rede, transformando o lugar – não só, mas também – num miradouro, fazendo também ele parte do conjunto de pontos estruturantes da linha de cumeada. Pela “nova” linha de cumeada, o percurso passa a atravessar o terreno longitudinalmente e ganha, assim, entre o miradouro da Penha de França e a Alameda, um novo espaço de contemplação e uma nova oportunidade para se estabelecerem relações entre grupos sociais.

¹⁹⁴ RODRIGUES, H., op. cit., p.56.

¹⁹⁵ Como é o caso da Cruz dos Quatro Caminhos, do Caminho Novo do Monte Agudo e da Estrada da Penha para a Quinta do Areeiro.



- 1 Vila Alegre
- 2 Vila Marques
- 3 Vila Musgueira
- 4 Vila Baptista
- 5 Vila Carmo Dias
- 6 Vila Verdum
- 7 Vila Cardoso
- 8 Vila Duarte
- 9 Vila Piedade
- 10 Pátio Saraiva
- 11 Vila Manuel Bernardes
- 12 Vila Saraiva
- 13 Vila Nova
- 14 Vila Silvério
- 15 Vila Gomes
- 16 Vila Janeira
- 17 Vila Amaral
- 18 Vila Celeste
- 19 Vila Esteves
- 20 Vila Branca
- 21 Vila Rosário
- 22 Vila Cândida
- 23 Vila Gadanho
- 24 Vila Guilherme Rodrigues
- 25 Pátio 36A
- 26 Vila Queiroz
- 27 Vila Tavares
- 28 Vila Lopes
- 29 Vila Macieira
- 30 Pátio do Daniel
- 31 Pátio da Ilha das Cobras
- 32 Pátio Eduardo
- 33 Vila Prazeres
- 34 Vila Rodrigues
- 35 Pátio Peixinhos
- 36 Pátio Sousa
- 37 Vila Estrela D'Ouro
- 38 Pátio 9
- 39 Pátio do Lima
- 40 Vila Rodrigues
- 41 Vila Martins
- 42 Pátio Mariana Vapor
- 43 Vila Iolanda
- 44 Vila Maria
- 45 Vila Berta
- 46 Vila Irene
- 47 Vila Júlia
- 48 Pátio do Jordão
- 49 Vila Luz Pereira
- 50 Pátio 48A
- 51 Pátio das Olarias
- 52 Vila Almeida
- 53 Pátio Barbosa
- 54 Vila Sousa
- 55 Pátio do Góis
- 56 Vila Castelo
- 57 Vila Isaura
- 58 Vila Leitão
- 59 Pátio do Carrasco
- 60 Pátio Marechal
- 61 Pátio da Cruz
- 62 Pátio das Canas
- 63 Pátio do Prior
- 64 Pátio das Lajes
- 65 Pátio dos Quintalinhos
- 66 Pátio 31
- 67 Pátio Dona Rosa
- 68 Pátio da Fábrica de Goma
- 69 Pátio do Corvo
- 70 Pátio da Cova
- 71 Pátio dos Sargentos

11 – Pátios e vilas operárias na colina a nascente da Avenida Almirante Reis, CML – Lisboa Interactiva (<http://li.cm-lisboa.pt/>)

II. O LUGAR

4.4. LOCALIZAÇÃO

O lugar escolhido para a intervenção de projecto situa-se perto do limite da cidade a Nordeste, tendo como eixo a Avenida Almirante Reis. Pertenceu até 2012 à freguesia de São João e actualmente situa-se na freguesia de Penha de França, perto das freguesias limítrofes de Arroios e Areeiro que, até 2012, foram as freguesias de São Jorge de Arroios e Alto do Pina (**figura 12**).

Trata-se de um terreno baldio numa encosta de acentuado declive, circunscrito ao núcleo de um quarteirão praticamente fechado e é um exemplo dos vários taludes, socalcos e terrenos agrícolas integrados na cintura rural em torno das Olaias. Apesar disso, encontra-se dentro do limite zoneamento das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) (**figura 13**) comum a quase toda a cidade e fora da zona de intervenção prioritária (**figura 14**) da qual as Olaias fazem parte, existindo para o efeito o Plano de Urbanização do Vale de Chelas.

Este lugar, delimitado a Norte pela Alameda Dom Afonso Henriques, a Este pela Rua Barão de Sabrosa, a Oeste pela Rua Actor Vale e a Sul pela Rua Baldaques, situa-se entre alguns importantes espaços e equipamentos públicos da cidade: a citada Alameda, a Escola Secundária Artística António Arroio, a Praça Paiva Couceiro, o miradouro da Penha de França e o mercado de Arroios.

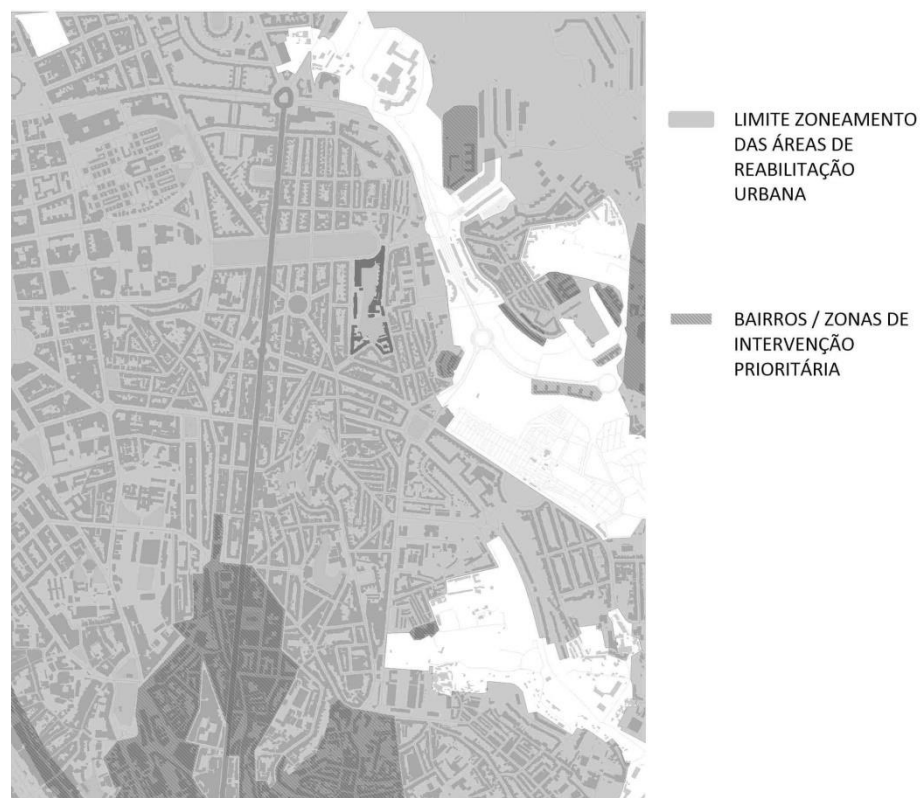
4.5. CARACTERÍSTICAS

Considerando os aspectos ambientais, o lugar é caracterizado por:

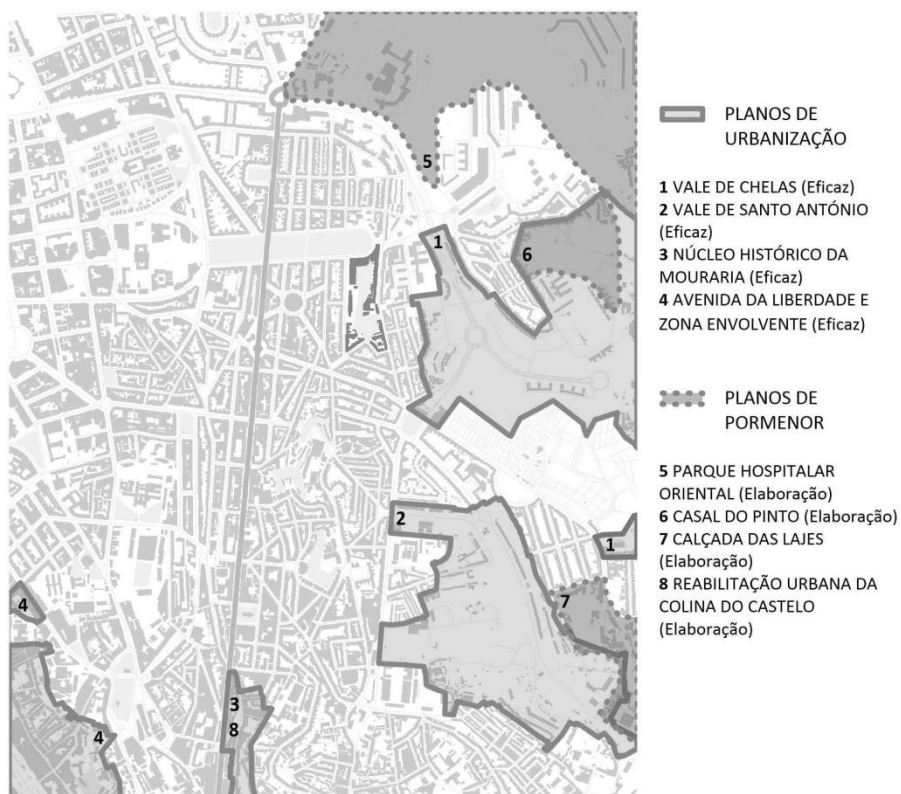
- Apresentar uma encosta de acentuado declive, sendo a diferença de cotas, entre o extremo Este e o extremo Oeste do terreno, cerca de 25 metros. Ainda assim, ao nível da Rua Barão de Sabrosa, o terreno apresenta uma área plana – ou de declive muito pouco pronunciado – relativamente extensa.
- Encontrar-se predominantemente exposto a Oeste (**figura 15**) – toda a sua encosta –, mas também – na zona mais plana – exposto a Sudoeste.
- A estrutura geológica do terreno pertencer à formação miocénica MIVb – “Areias de Quinta do Bacalhau” (da Série Miocénica de Lisboa), sendo composta por solos arenosos.
- Apresentar uma taxa de permeabilidade média.



12 – Freguesias limitrophes, Sara Fontainhas



13 – Áreas de Reabilitação Urbana, Sara Fontainhas



14 – Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, Sara Fontainhas



15 – Inclinação do terreno a Poente, Bing Maps

O lugar é ainda caracterizado por um conjunto de outros aspectos referentes, por exemplo, à legislação de uso e ocupação do solo, presentes no Anexo III – Contextualização da zona de intervenção no Plano Director Municipal 2012.

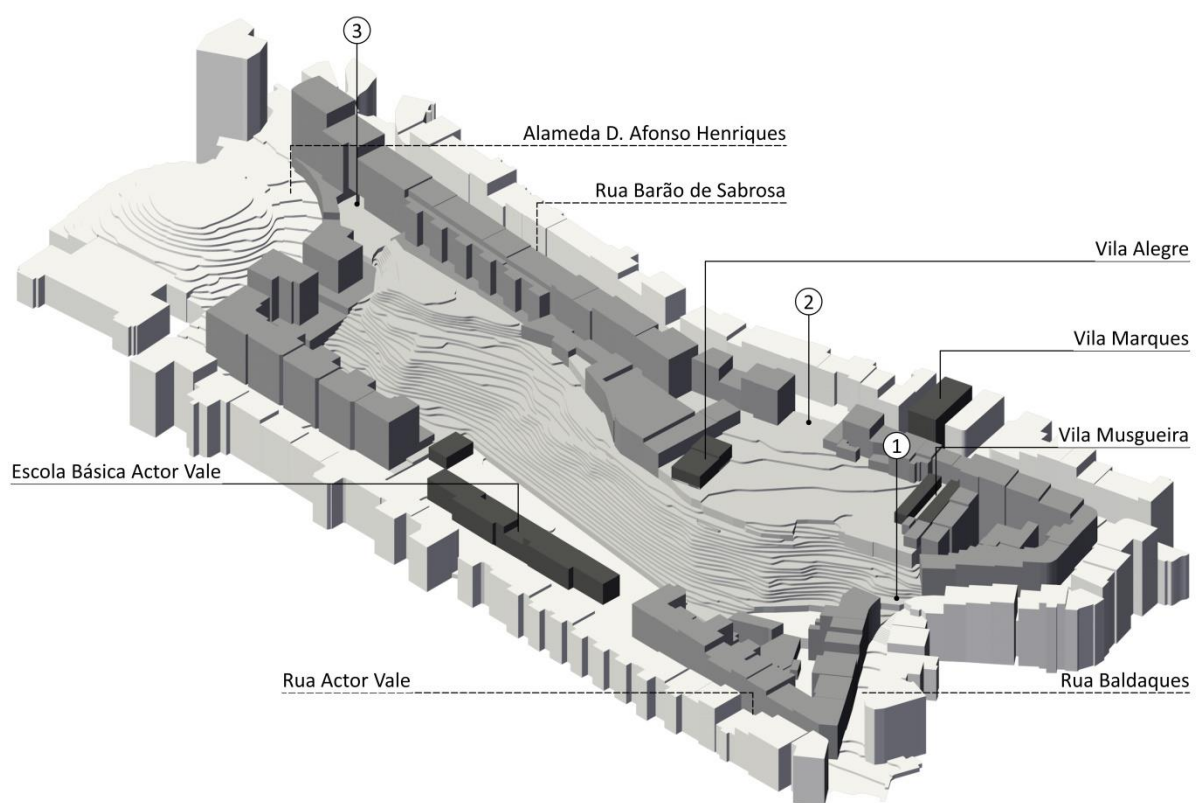
Relativamente ao edificado (**figura 16**), as principais características do lugar são:

- A existência de três vilas operárias ao nível da Rua Barão de Sabrosa: duas delas – a Vila Alegre e a Vila Musgueira – construídas atrás de prédios, na zona mais elevada e com menos declive do terreno; e a terceira – a Vila Musgueira – construída ao longo da rua, do lado oposto do terreno.
- A existência de vestígios de uma vila operária, entretanto demolida, construída atrás de um prédio, ao lado da Vila Musgueira – da qual resta o arco sob o prédio, a partir do qual se acedia ao pátio.
- A existência de um equipamento de Ensino Público – a Escola Básica Actor Vale, edifício independente do restante quarteirão.
- A existência de duas lacunas no edificado do quarteirão: uma ao nível da escadaria da Rua dos Baldaques (**1**) e outra ao nível da Rua Barão de Sabrosa (**2**), resultante da demolição de um edifício; e a existência de uma galeria aberta ao nível do rés-do-chão de um edifício habitacional (**3**).

Também algumas actividades e fenómenos de apropriação do terreno por parte da população ajudam a caracterizar este lugar. Nesse âmbito, as principais características encontradas no lugar são:

- Ao nível da Rua Barão de Sabrosa: a utilização do terreno para o estacionamento automóvel e para a realização de festas populares.
- Entre a lacuna do quarteirão, ao nível da Rua dos Baldaques, e as traseiras da Escola: o acesso ao terreno para a realização de actividades de entretenimento, por iniciativa própria de algumas crianças.
- Nas traseiras da Vila Musgueira: a utilização do terreno para cultivo de pequenas hortas.

O quarteirão que circunscreve o terreno de intervenção trata-se, na verdade, de um “falso” quarteirão, se tivermos em conta que não foi planeado de raiz, como uma unidade. A sua configuração resulta, na realidade, do processo de evolução da cidade, apresentando, em cada um dos seus lados, aspectos característicos de malhas urbanas e épocas históricas diferentes. O terreno baldio do seu interior trata-se, portanto, de um espaço residual que permaneceu vazio e foi alheio, desde sempre, ao processo de urbanização da cidade.



16 – Características físicas do lugar, Sara Fontainhas

Se considerarmos os limites da extinta freguesia de São João, à qual, até recentemente, pertencia este lugar, alguns vestígios encontrados no Vale de Chelas comprovam a presença humana neste território desde os períodos da romanização e da ocupação visigótica. Já as mais antigas referências documentais datam do século XII e XIII e mencionam Xabregas como sendo um lugar de vinhas, almoínhas¹⁹⁶ e olivais. Este foi uma das zonas preferidas pelos reis e rainhas, como também pela nobreza, para ali mandarem construir, até ao século XVII, conventos, quintas e casas de campo. No século XVIII, após o Terramoto de 1755, algumas destas quintas¹⁹⁷ foram abandonadas como consequência da fuga dos proprietários para a zona ocidental da cidade, seguindo o exemplo da Corte que ali se instalou. No final do século XVIII, em 1785 e 1786, são fundadas as primeiras fábricas – duas estamarias de chitas – no Vale de Chelas. Já no início do século XIX, outras tantas aqui se estabeleceram, tornando este vale “o foco de onde irradiou a industrialização da zona oriental de Lisboa”¹⁹⁸.

A primeira representação cartográfica na qual é possível identificar o local de intervenção encontra-se na “Carta Topográfica de Lisboa e seus subúrbios” de 1807, de Duarte José Fava (**figura 18**).

Esta carta demonstra claramente a predominância de quintas e hortas existentes nesta zona. À parte de algumas edificações de pequeno porte, que depreendemos serem casas associadas a estas quintas, outras de maior porte se destacam, como o *Convento de Arroyos* (**1**) e o *Convento de N.ª Sr.ª da Penha de França* (**2**).

No local do actual terreno conseguimos identificar três quintas, embora não consigamos decifrar os seus nomes. Três das quatro vias que delimitam esta área têm o nome de *Estrada da Penha para a Quinta do Arieiro* (**3**), a Poente, *Azinhaga p. Sete Castellos* (**4**), a Sul e *Azinhaga do Pina* (**5**), a Nascente. A *Azinhaga p. Sete Castellos*, hoje correspondente à Rua Baldaques, seria, naturalmente, uma pequena e estreita rua de acesso à *Quinta de Sete Castellos*¹⁹⁹ (**6**), localizada mais a Este. Pela *Azinhaga do Pina*, travessa que hoje corresponde, aproximadamente, à Rua Barão de Sabrosa, se chegaria ao *Arraial*²⁰⁰ *do Pina* (**7**), mais a Norte, onde observamos algumas construções.

Perto podemos também identificar a *Calçada do Poço dos Mouros* (**8**), via que hoje mantém a designação e o próprio *Poço dos Mouros* (**9**).

¹⁹⁶ Hortas.

¹⁹⁷ Do Pina, do Coxo, do Bacalhau, entre outras.

¹⁹⁸ CONSIGLIERI, C. et al. *Pelas Freguesias de Lisboa. Lisboa Oriental – São João, Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais*. Volume 2. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p.45.

¹⁹⁹ Este lugar de Sete Castelos já estaria povoado desde o século XIV, como comprova uma referência de 1372. A designação de Sete Castelos manteve-se desde então até ao início do século XX, correspondendo actualmente à zona em torno da Rua António Luís Inácio (ibidem, p.42).

²⁰⁰ Porção de território habitado; aldeia; vila; povoação.



17 – Evolução do edificado nas cartas de Duarte Fava (1807), Filipe Folque (1856-58) e Silva Pinto (1911)



18 – Duarte Fava, 1807

Na “Carta Topográfica da cidade de Lisboa de 1856/58” (**figura 23**), elaborada por Filipe Folque, encontramos no interior do terreno um maior parcelamento do solo, novas construções e um crescente número de vias de acesso secundárias. Já as vias principais apresentam, em alguns casos, novas designações, como é o caso da *Azinhaga p. Sete Castellos*, transformada em *Azinhaga das Baldacas* (**10**), prevendo a actual denominação.

Em 1852 é construída a Estrada da Circunvalação (**11**) que definia os novos limites da cidade de Lisboa, sobre a qual, nesta zona, estão implantadas as actuais Rua Morais Soares e Avenida Afonso III. Assim sendo, a zona correspondente ao *lugar* era considerada território do Termo de Lisboa²⁰¹ e, portanto, “fora de portas”. Em 1856 o caminho-de-ferro é inaugurado, motivando o estabelecimento de mais fábricas e oficinas no Vale de Chelas e em Xabregas, assim como o aparecimento de pátios e vilas operárias nos arredores.

Só em 1885 toda a área correspondente à freguesia de São João passa a fazer parte da cidade, com o alargamento da Circunvalação.

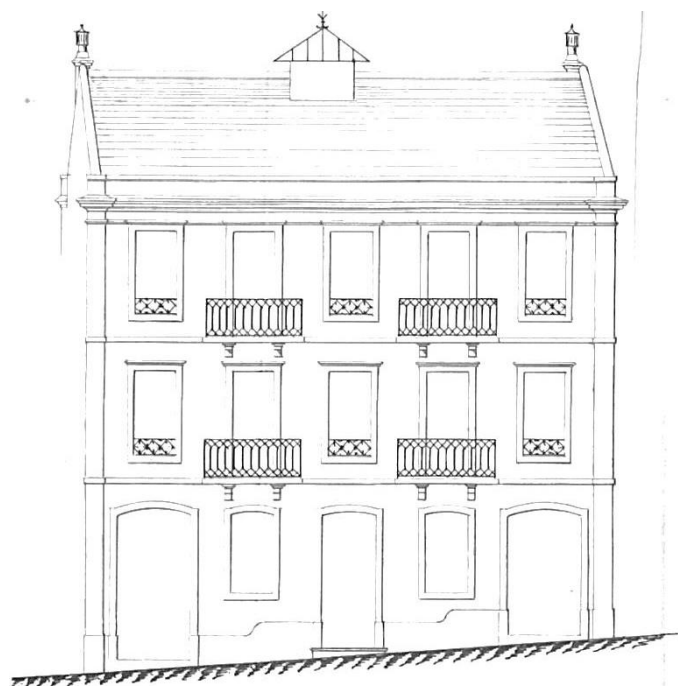
Com a industrialização, nos finais do século XIX, inícios do século XX, as formas de habitação operária continuam a proliferar, “*não só em Chelas e Xabregas, mas também no Alto do Pina e Alto do Varejão, subsistindo ainda actualmente cerca de três dezenas dessas habitações*”²⁰².

De 1890 data o projecto de construção do edifício do Ginásio do Alto do Pina – ainda que este só tenha sido inaugurado em 1911 (**figura 19**) – e de 1891, o projecto de construção do edifício vizinho, ambos da autoria de Alípio Coelho d’Almeida (**figura 20**). Deste último edifício, de desenho cuidado e simétrico, resta apenas uma parte, não tendo sido, até hoje, preenchido o espaço vazio consequente da demolição.

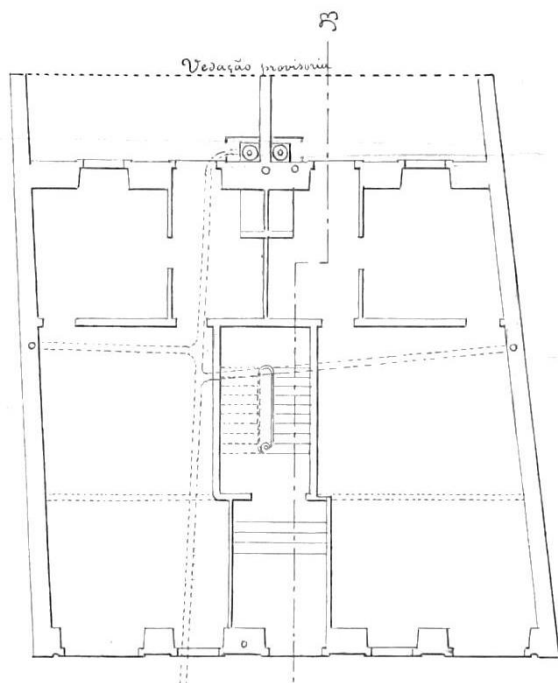
De 1895 data o projecto de reconstrução da Vila Musgueira (**figura 21**), da autoria de Francisco da Silva Musgueira e de 1904, o projecto de construção da Vila Alegre (**figura 22**).

²⁰¹ O Termo de Lisboa era um vasto território a Norte e a Ocidente da cidade.

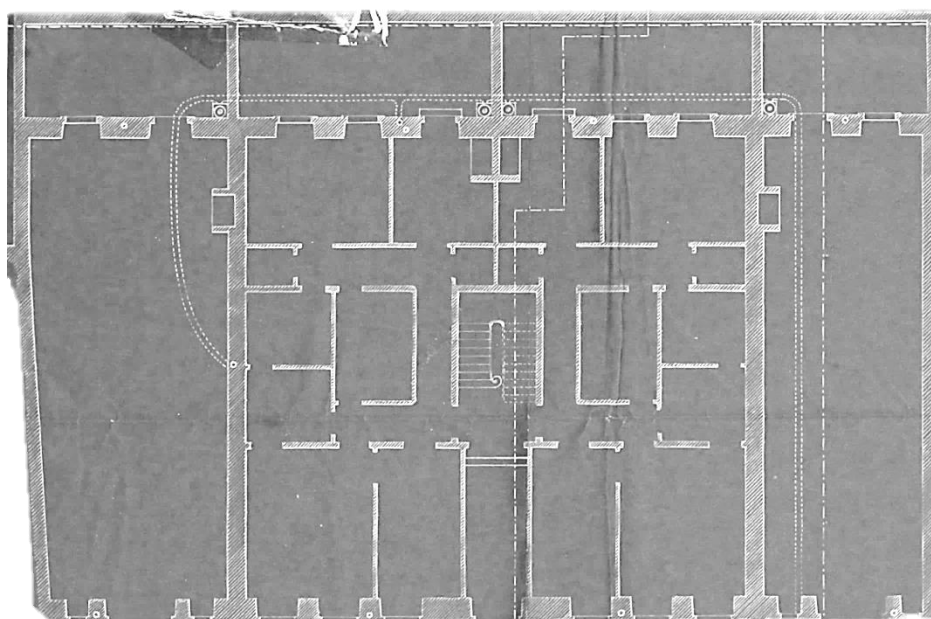
²⁰² CONSIGLIERI, C. *et al*, op. cit., p.48.



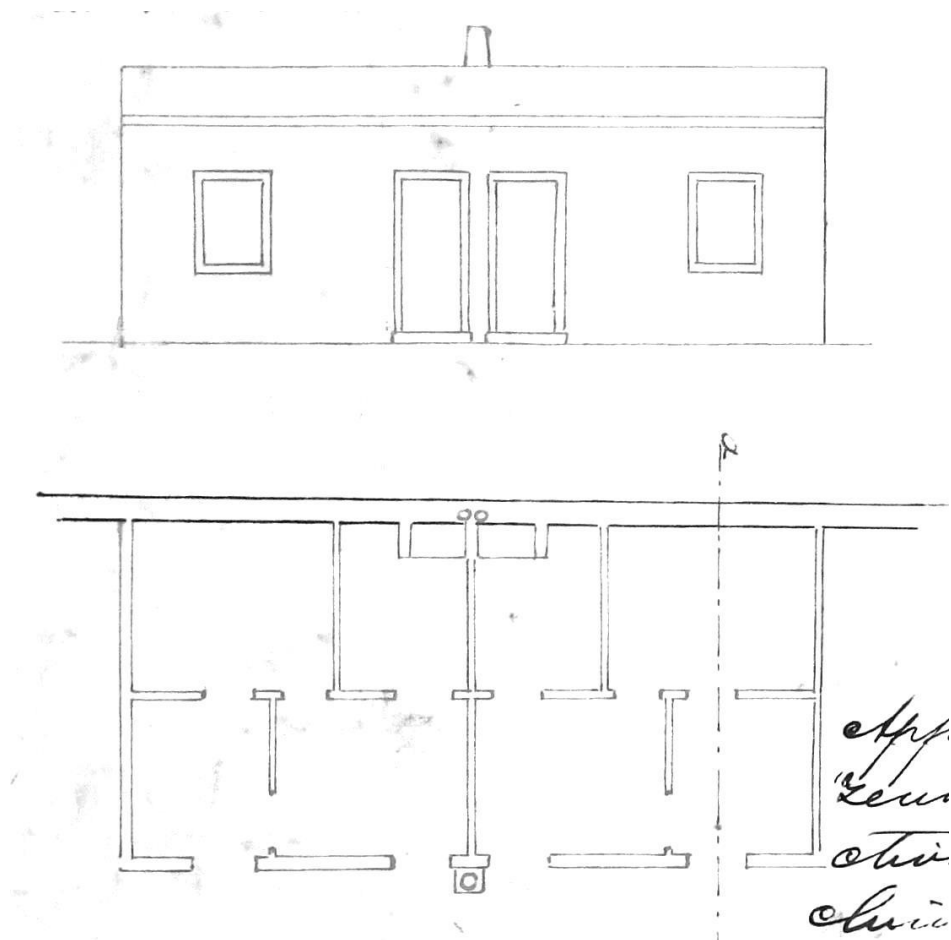
— Planta da Loja —



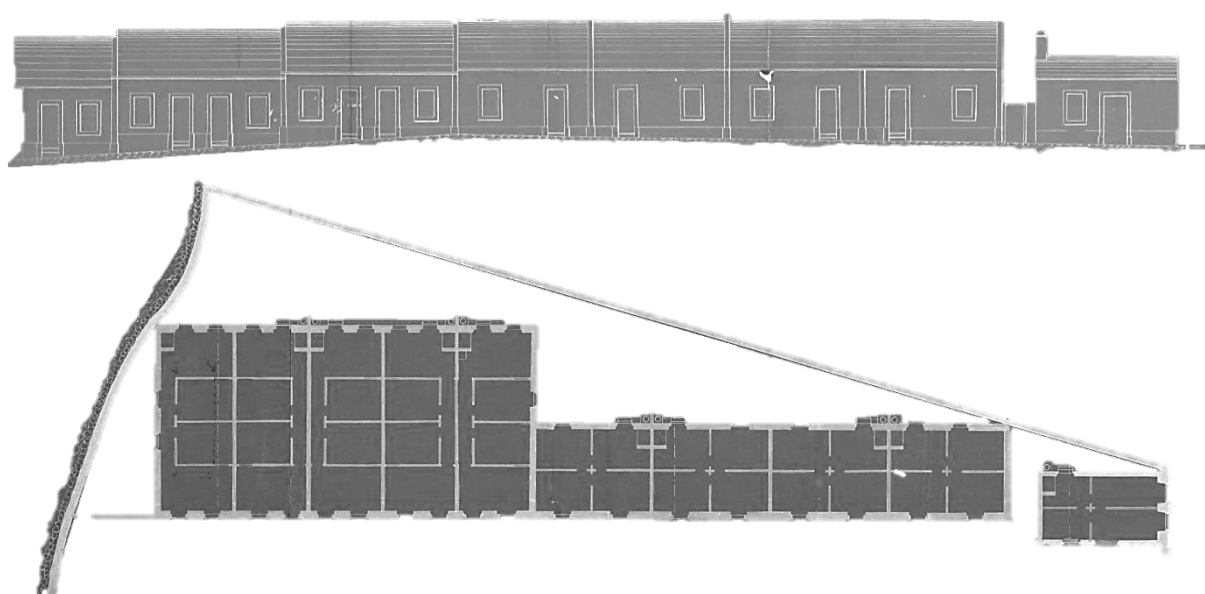
19 – Alçado principal e planta do rés-do-chão do Ginásio do Alto do Pina, 1890, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico



20 – Alçado principal e planta do rés-do-chão do edifício que preenchia a actual lacuna no edificado do quarteirão ao nível da Rua Barão de Sabrosa, 1891, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico



21 – Alçado e planta da Vila Musgueira, 1895, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico



22 – Alçado principal e planta da Vila Alegre, 1904, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico

No “Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911” (**figura 24**), elaborado por Silva Pinto, observamos já a presença da Avenida até à Praça do Chile (**12**). Ao longo da Rua Barão de Sabrosa multiplicam-se as edificações, tanto a Nascente, começando a formar o Bairro do Alto do Pina (**13**), como a Poente, compondo a frente do actual quarteirão que acompanha esta rua. A restante área permanece constituída por quintas. Para além dos edifícios anteriormente citados, podemos também encontrar já representada a Vila Alegre (**14**), a Vila Marques (**15**), a Vila Musgueira (**16**) e a Vila Estefânia (**17**), entretanto demolida.

A partir dos anos 20, algumas quintas deram lugar a bairros de habitação clandestina, como a Quinta da Curraleira, a Quinta da Letrada e a Quinta da Raposeira e a partir dos anos 30 surgem as primeiras formas de habitação social, como o Bairro Lopes.

Em 1937, com o processo de urbanização a cargo de Duarte Pacheco, formam-se mais duas frentes do quarteirão: a da Rua dos Baldaques, a Sul e a da Rua Actor Vale, a Poente. Enquanto os edifícios da frente Sul se limitaram a acompanhar a configuração sinuosa de uma via antiga, o arranjo linear da frente da Actor Vale deu-se, sobretudo, à projecção do Bairro dos Actores e ao seu traçado regular. Já o projecto da Alameda Dom Afonso Henriques²⁰³ foi determinante para o desenho curvilíneo do extremo Norte do quarteirão.

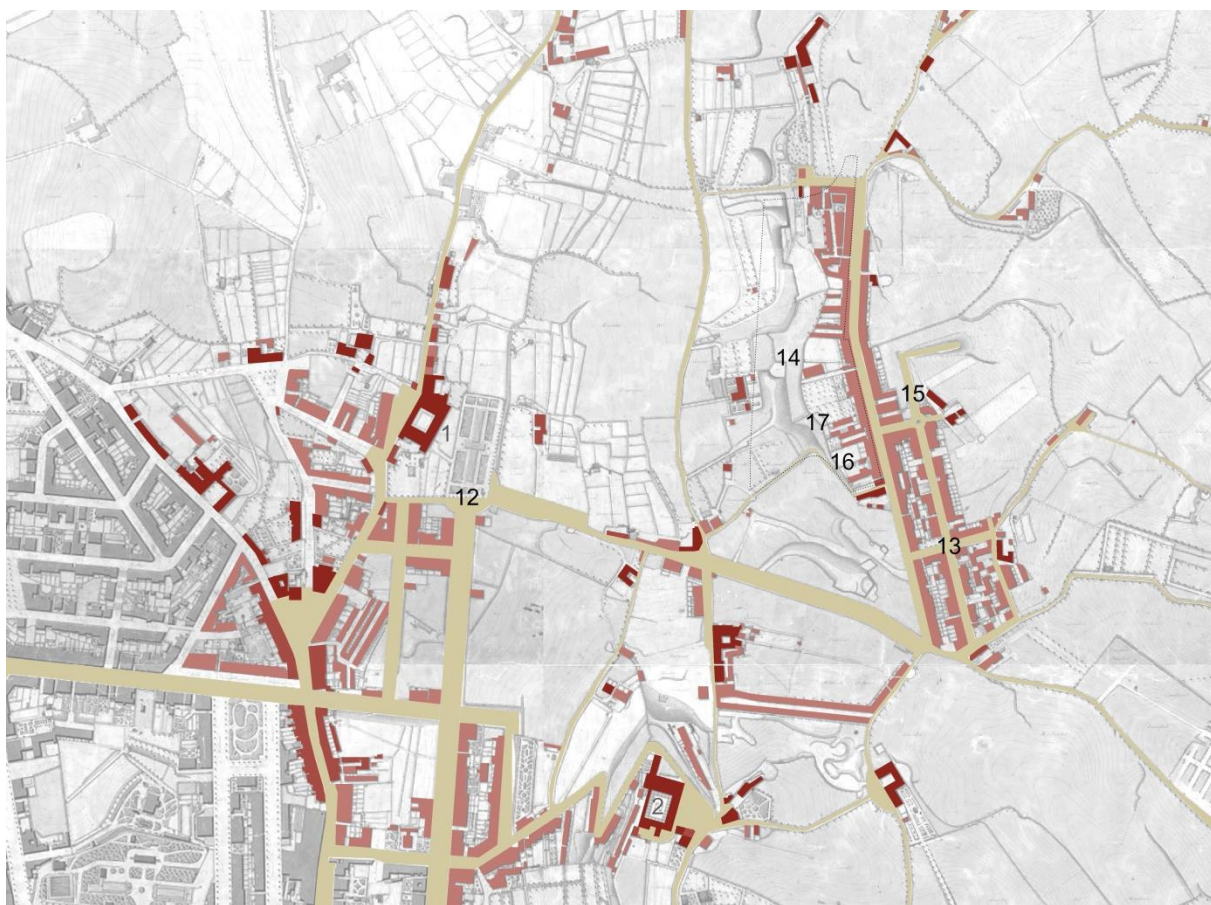
Por fim, o remate do extremo Norte do quarteirão só se concretizou bastante mais tarde, como comprova a representação de 1950 (**figura 25**) e a de 1970-83, do Artº 91 do PDM (**figura 26**).

No âmbito dos Planos Centenários Urbanos é construída em 1950 a Escola Básica Actor Vale (**figura 27**) pela Câmara Municipal de Lisboa.

²⁰³ O projecto do Instituto Superior Técnico, também elaborado por Duarte Pacheco – cujo início dos estudos datam de 1925 –, que contemplava a orientação da fachada principal do edifício para a zona a urbanizar, marcou a intenção de se construir uma ampla alameda até à Rua Carvalho de Araújo. Em 1937, o engenheiro João Paulo Nazareth propôs a extensão da Alameda até à Rua Barão de Sabrosa embora a proposta final tenha sido de Faria da Costa, em 1939, estabelecendo a configuração actualmente conhecida.



23 – Filipe Folque, 1856-58



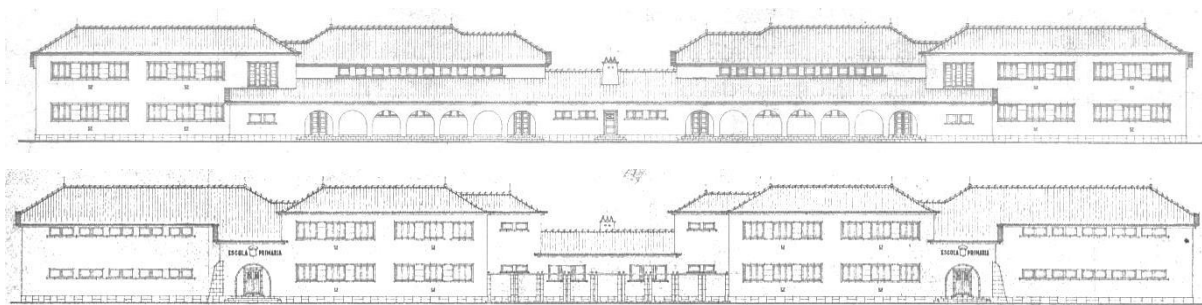
24 – Silva Pinto, 1911



25 – 1950, CML – Lisboa Interactiva (<http://lxi.cm-lisboa.pt/>)



26 – Artº 91 – Plano Director Municipal 1970-83, CML – Lisboa Interactiva (<http://lxi.cm-lisboa.pt/>)



27 – Alçado principal e posterior da Escola Básica Actor Vale, 1958, Arquivo Municipal de Lisboa – Histórico

III. A PROPOSTA

4.7. O PROGRAMA

O programa da proposta é fundamentado em considerações teóricas, na compreensão do território e nas características do lugar.

Assim sendo, da reflexão teórica, o conjunto de considerações que determinaram o programa mais geral do projecto foram:

- O valor histórico, formal, social e cultural que reconhecemos nos pátios e vilas operárias de Lisboa, através do qual admitidos serem património urbano e cultural da cidade e nesse sentido, a imperativa necessidade de preservar ou reabilitar estas estruturas e de evitar a todo o custo a sua demolição;
- A potencialidade que reconhecemos no pátio ou na vila operária, enquanto elemento de um vasto conjunto, de se constituir uma unidade de reforço de memória, de identidade e de coesão social, traduzida numa estratégia de revitalização abrangível a toda a cidade, na medida em que potencia formas de vida social comunitárias imprescindíveis num tempo em que a fugacidade e o isolamento marcam a vida social citadina.
- A simplicidade das estratégias que asseguram a concretização dessa e outras potencialidades, como a reabilitação e a inserção de novos usos e actividades adequados às necessidades do bairro e atractivos para as pessoas.
- A actual inexistência de uma entidade especificamente responsável pela gestão de assuntos relacionados com os pátios e as vilas operárias de Lisboa, assim como de um espaço que reúna toda a informação relativa aos mesmos.

Neste sentido, o programa geral do projecto – um **Centro Interpretativo dos Pátios e Vilas Operárias de Lisboa** – visa dar continuidade ao argumento teórico, na medida em que simboliza a nossa reflexão e que constitui uma ferramenta para a devida valorização dos pátios e vilas na cidade de Lisboa.

As principais funções a considerar no desenho deste espaço são:

- **Salas de Trabalho**, espaços destinados ao estudo e interpretação destes conjuntos, ao apoio ou organização de estratégias de revitalização local e ao desenvolvimento de projectos de reabilitação ou conservação do edificado;

- **Acervo / Biblioteca**, espaços que reúnem toda a informação relativa aos pátios e vilas operárias (documentos escritos, desenhados, fotografias, vídeo, etc.), para apoiar a investigação ou a consulta do público em geral;
- **Museu**, espaço com exposição permanente e temporária, de vertente pedagógica ou lúdica, destinado a dar a conhecer ao público em geral a presença e importância destes conjuntos na cidade, assim como os projectos de revitalização levados a cabo pelo Centro Interpretativo;
- **Anfiteatro**, destinado à realização de seminários ou conferências, para divulgação de projectos e para debate de ideias com a comunidade para que esta possa participar em variadas decisões.

Prevê-se que as vilas operárias existentes – Vila Alegre, Vila Musgueira e Vila Marques – beneficiem da proximidade com o Centro, na medida em que são, potencialmente, as primeiras unidades a testemunharem a estratégia de revitalização e a servirem como exemplo.

Por outro lado, da compreensão do território e das características do lugar, resultaram algumas considerações de grande importância para a previsão dos restantes usos e actividades do projecto:

- Face à fragmentação urbana, social e económica do vale da Almirante Reis, a potencialidade da linha de cumeada, enquanto propriedade topográfica, de unificar o espaço e de reforçar a sua identidade.
- A oportunidade do terreno de intervenção integrar o percurso de cumeada: caminho pedonal assente na linha de cumeada que explora a vertente nascente do vale da Almirante Reis e atravessa os principais miradouros e espaços públicos deste território.
- A viabilidade de um projecto que proporcione o atravessamento pedonal do terreno, ao longo do seu eixo longitudinal, graças à lacuna do quarteirão na Rua dos Baldaques e à passagem existente ao nível do r/c do n.º 161-163 da Rua Barão de Sabrosa (vestígios da antiga Calçada da Ladeira, anterior à Alameda D. Afonso Henriques).
- A vista sobre a cidade, obtida a partir do terreno.

Neste sentido, prevemos os seguintes restantes espaços do projecto:

- **Jardim / Parque urbano**, que permeabilize o terreno em toda a sua extensão e nas zonas de maior declive, possibilitando o usufruto do lugar pelas pessoas;
- **Miradouro**, para a plena fruição do lugar e da paisagem pelas pessoas;
- **Terreiro**, destinado ao convívio dos residentes das vilas operárias e à celebração de costumes e festas populares;
- **Café esplanada**, directamente relacionado com o miradouro e com o terreiro;
- **Espaço de cultivo**, que permita aos residentes continuar a usufruir desta actividade;

- **Oficinas / Lojas**, para a produção e comercialização de produtos artesanais ou serviços básicos tradicionais.

Com o objectivo de atrair pessoas ao local e de criar um novo lugar de referência na cidade de Lisboa, o carácter do espaço é, assim, predominantemente público.

4.8.1. Permeabilidade *versus* Privacidade: o arranjo exterior

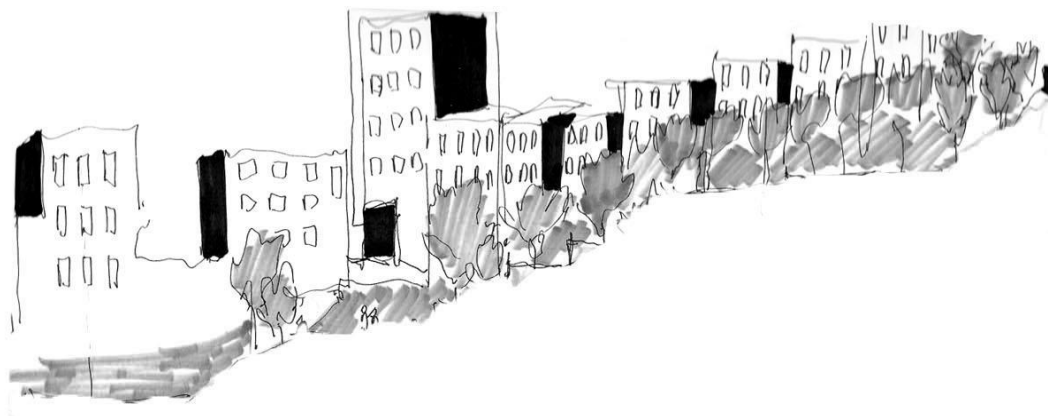
O conceito do projecto consiste na devolução do terreno – um espaço residual, isolado e estagnado – à cidade e às pessoas. A proposta assenta na ideia de “quarteirão aberto” que pressupõe tornar público o logradouro dos quarteirões urbanos, como espaços alternativos à rua, esta muitas vezes dominada pelo automóvel. Este conceito, levado a cabo no plano de Cerdà de Barcelona, promove a mobilidade pedonal e a criação de um novo padrão de espaço público mais intimista, componente de uma rede complementar à rua.

A primeira motivação da proposta é a de dotar o espaço de um carácter predominantemente público e de o tornar permeável à circulação pedonal. A permeabilidade do terreno é determinada pela viabilização das entradas existentes – uma vez que se encontram fechadas – e da comunicação entre si (**figura 29 - permeabilidade**).

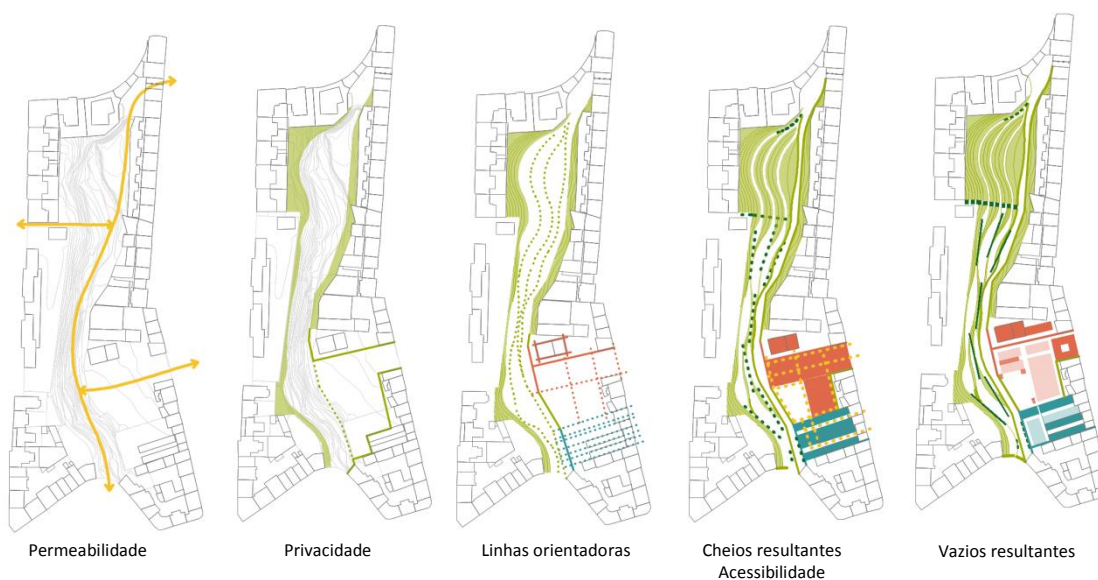
A comunicação entre a abertura Norte do quarteirão – Rua Barão de Sabrosa – e as restantes entradas, torna-se possível através de um **caminho público principal (figura 30)** que determina o sentido longitudinal do terreno. Este caminho assenta numa plataforma plana, à cota mais elevada do parque, aproveita as linhas sinuosas da encosta e promove, assim, um caminhar contínuo e contemplativo. Para aqui confluem os acessos de Poente – Rua Actor Vale –, Sul – Rua dos Baldaques – e de Nascente – Rua Barão de Sabrosa. Este caminho integra ainda, como referimos anteriormente, o percurso de cumeada da vertente nascente do vale da Almirante Reis.

O **parque** ocupa a restante área de maior declive aproveitando o desenho sinuoso da encosta e inclui **áreas arborizadas** e **áreas de cultivo / hortas urbanas**. Para um maior usufruto do espaço, são criadas **plataformas de descanso** a diversos níveis e a comunicação entre si é feita através de rampas.

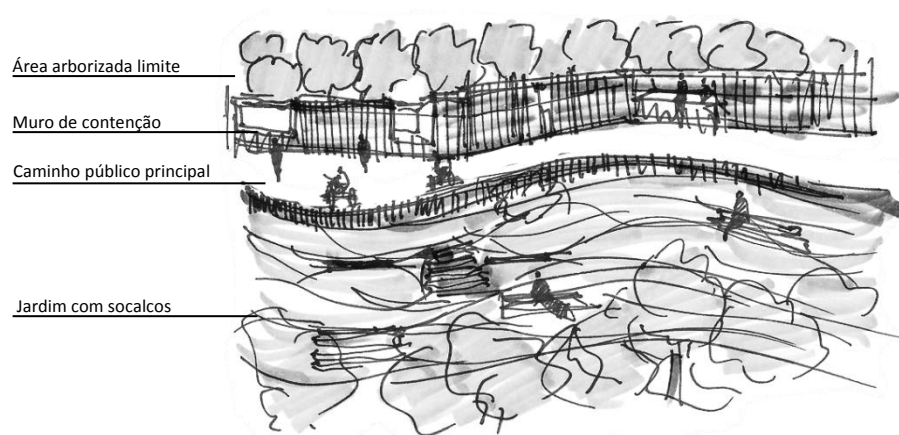
Considerando o carácter predominantemente público do projecto, a segunda motivação da proposta é a de fazer a transição entre o domínio privado dos edifícios habitacionais que compõem o quarteirão e o domínio público do parque. A privacidade das traseiras das habitações é mantida através de uma mancha arborizada que preenche os limites do terreno, proporcionando também um carácter mais intimista ao parque (**figura 28, figura 29 – privacidade**). Para o suporte das terras sobrantes da planificação do terreno, um **muro de contenção** percorre toda a extensão do caminho público principal (**figura 30**). Este muro de contenção tem a profundidade necessária para disponibilizar bancos e zonas cobertas.



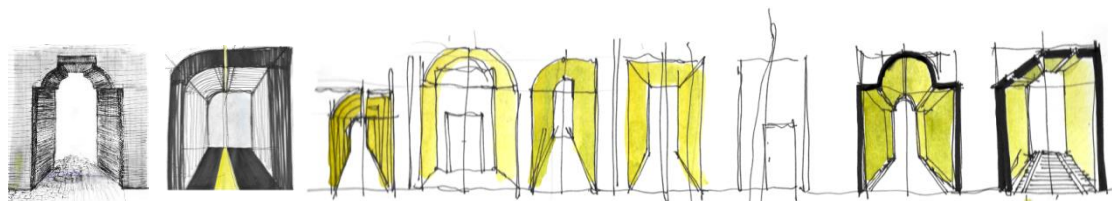
28 – Privacidade: área arborizada entre domínio privado dos edifícios habitacionais e domínio público do interior do quarteirão



29 – Evolução do desenho da proposta



30 – Relação entre as várias zonas do parque



31 – Estudos sobre tipos de passagens em arco

As passagens de acesso às traseiras dos edifícios são elementos chave na tipologia de vilas operárias construídas atrás de prédios. Mediante a existência de duas vilas operárias que se desenvolvem segundo essa tipologia e uma terceira da qual só resta o arco (**figura 33**), a passagem é utilizada como elemento conceptual do projecto, em momentos de transição entre espaços distintos (**figura 34**).

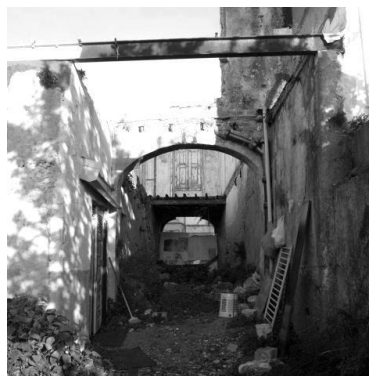
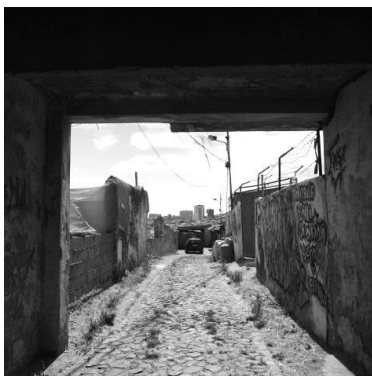
A primeira passagem (**1**), à cota máxima da Rua Barão de Sabrosa, assinala a entrada pública do Centro Interpretativo, facultando o acesso directo ao jardim e miradouro e evitando que, para o mesmo fim, seja obrigatório o atravessamento pelo interior do edifício. Pretendemos estabelecer com esta entrada uma relação directa com o arco de acesso à Vila Alegre (**A e figura 35**), dada a proximidade entre ambas. A colocação do edifício do Centro Interpretativo ligeiramente afastado da empena do edifício habitacional satisfaz tanto o propósito desta passagem, ao nível do piso 0, como o da criação de terraços ao nível dos pisos superiores.

A segunda (**2**) e terceira (**3**) passagens assinalam a transição entre o carácter público do miradouro e o carácter semi-público da serventia da Vila Musgueira. A primeira pretende estabelecer continuidade visual com a entrada no Terreiro (**5**) e a segunda, com o limite do miradouro.

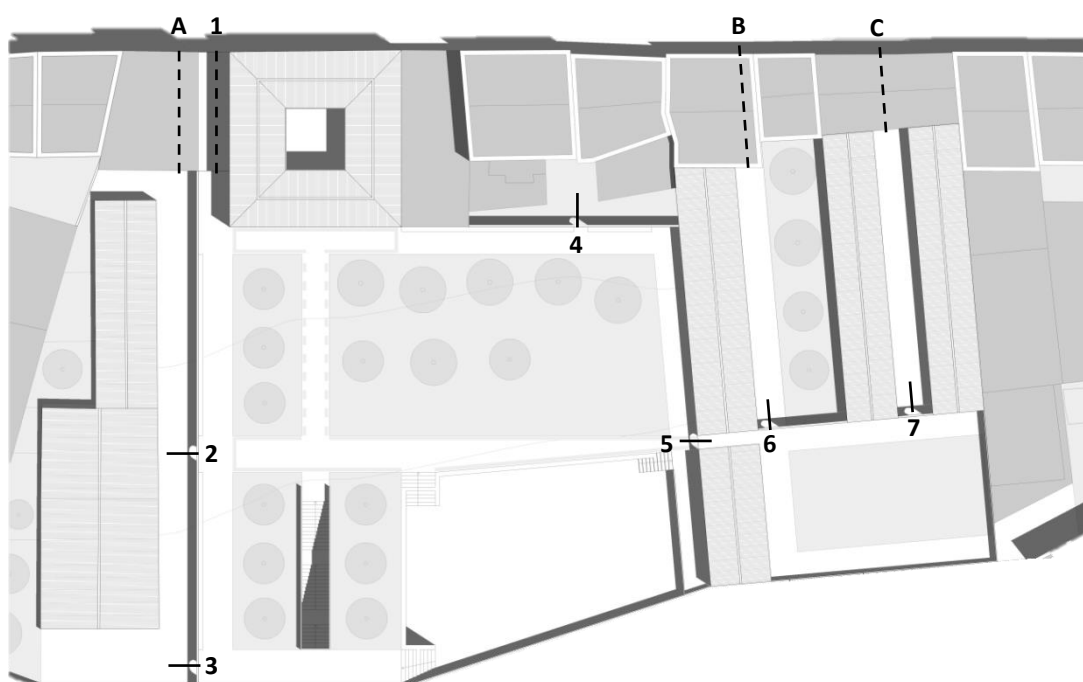
A quarta passagem (**4**), de acesso controlado, possibilita a comunicação com o logradouro privado dos edifícios habitacionais. A sexta (**6**) e sétima (**7**) passagens fazem a transição entre o carácter público do Terreiro e o carácter semi-público das Oficinas e da Vila Musgueira, respectivamente, assegurando igualmente a continuidade visual entre as passagens (**B e C**) da Rua Barão de Sabrosa e a paisagem.



32 – Relação entre a passagem pública do Centro Interpretativo e a passagem semi-pública da Vila Alegre



33 – Passagens em arco de acesso à Vila Alegre, Vila Musgueira e à antiga Vila Estefânia



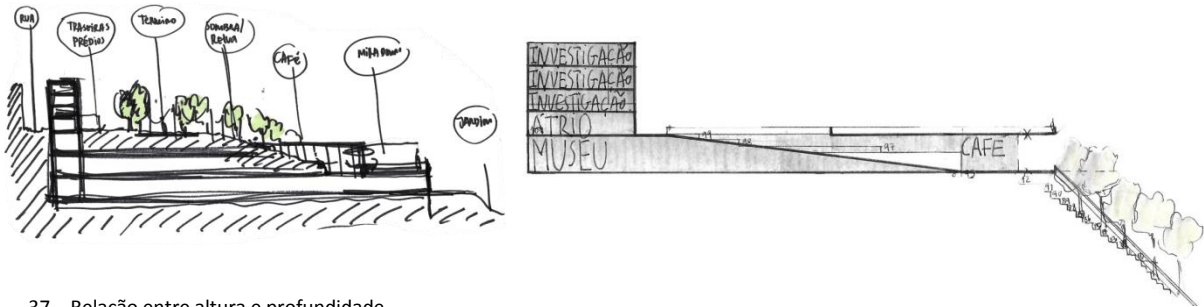
34 – Planta de Cobertura e passagens



35 – Vila Alegre e arco sob edifício habitacional



36 – Vila Musgueira e arco sob edifício habitacional



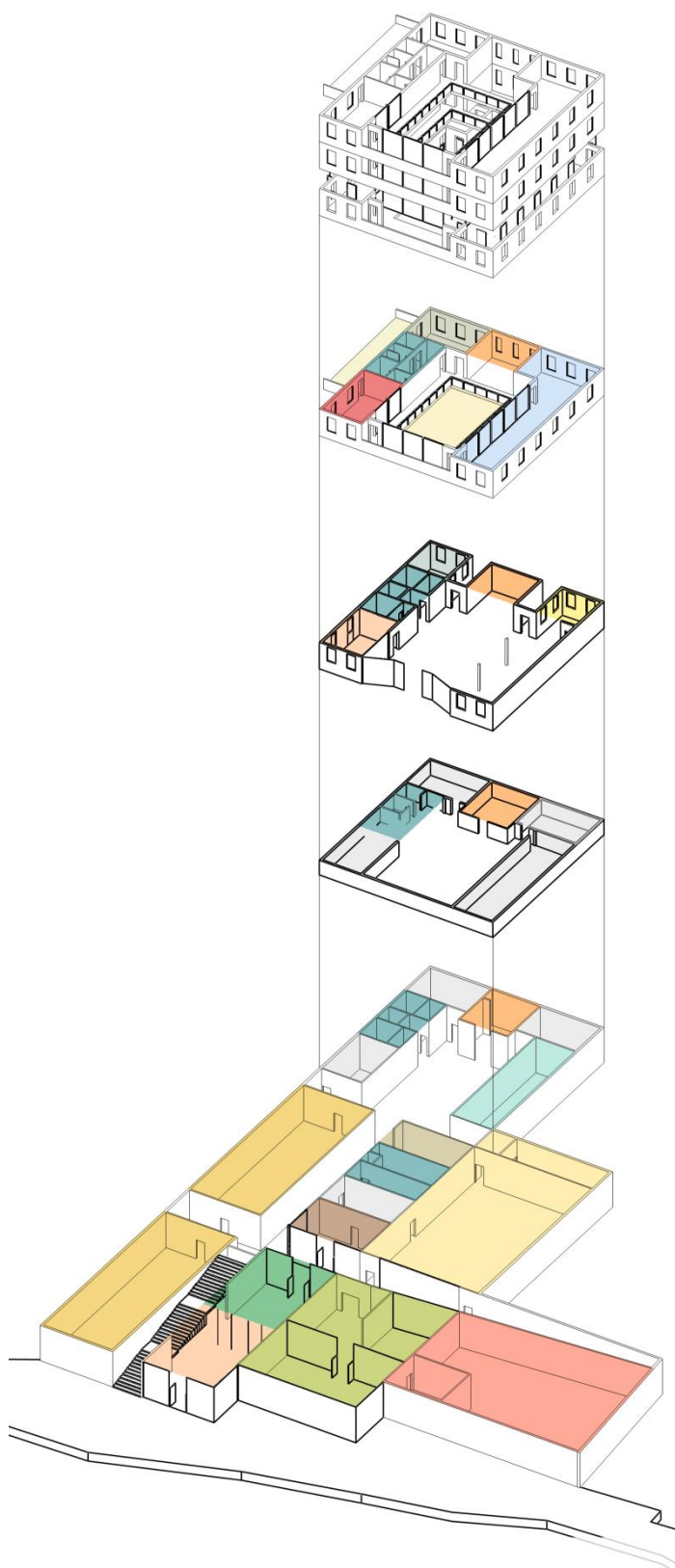
37 – Relação entre altura e profundidade

O muro preexistente que separa o carácter semi-público da Vila Alegre da restante área ao nível da entrada a Nascente tem uma importância decisiva ao determinar a orientação das linhas-guia do Centro Interpretativo (**figura 29 – linhas orientadoras**). O terceiro conceito da proposta aplicado concretamente a este edifício é a relação entre a altura e a profundidade (**figura 37**).

O Centro Interpretativo aproveita a altura do edifício habitacional a Norte e a profundidade do edifício a Sul para se desenvolver em cinco pisos (um deles enterrado), sobre uma planta quadrangular. Estes pisos concentram os espaços de **arrumos, cafetaria, centro de informação, porteiro, cafetaria, salas de trabalho, salas de reunião, salas de convívio/copas, acessos verticais e I.S.** As quatro fachadas livres do edifício privilegiam estes espaços com luz natural.

O conceito deste edifício baseia-se na planta tipo da vila operária. O acesso principal ao edifício é feito através de um átrio aberto sobre todos os pisos; as dependências são dispostas ao longo do perímetro da planta e o acesso aos pisos superiores é feito através de lances de escadas que acompanham as paredes divisórias das salas (**figuras 39 e 40**). Esta organização em torno de um átrio principal, comum a todos os pisos, tem como objectivo um ambiente mais informal e comunitário, de partilha de ideias e de continuidade visual.

O **miradouro** e o **café** (**figura 41**) associado aproveitam a restante área plana do terreno para privilegiarem da vista e o **terreiro** ocupa uma área adjacente à do miradouro, com o intuito de estar próximo não só das vilas operárias e dos seus habitantes como também da população em geral que é atraída ao miradouro. A colocação do café entre o terreiro e o miradouro tem, assim, como propósito, o encontro entre a camada mais idosa das vilas operárias e a camada mais jovem do Centro Interpretativo. As **oficinas** encontram-se num volume isolado, na continuidade do café, aproveitando a fachada do jardim/miradouro para o comércio de produtos e a fachada da serventia para a produção dos mesmos.



Piso tipo

Sala de trabalho
Sala de reuniões
Sala de convívio / copa
Pátio
Varanda
I.S.
Acessos verticais

Piso 0

Porteiro
Ponto de informação
Cafeteria
I.S.
Acessos verticais

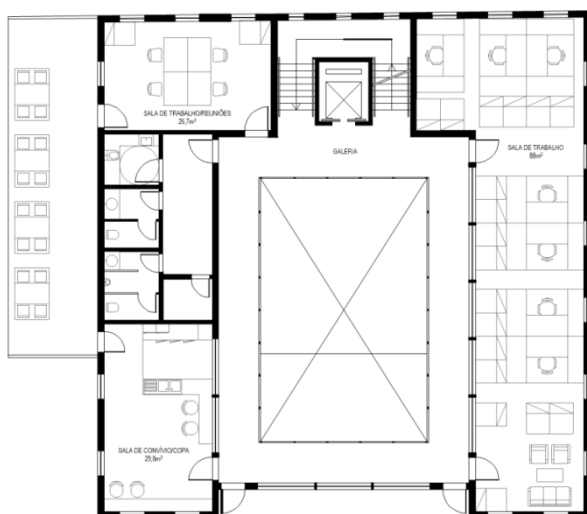
Piso -1

Arrumos
I.S.
Acessos verticais

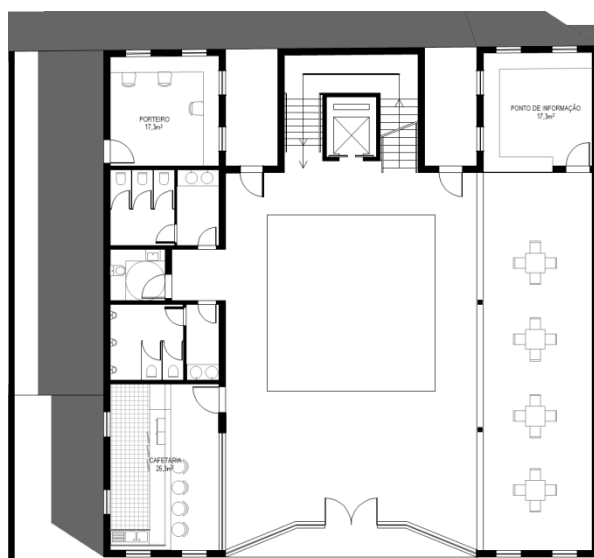
Piso -2

Museu - exposições temporárias e permanentes
Sala de conferências / seminários
Arquivo
Sala de leitura + sala de computadores
Sala de estar para internos
Cafeteria
Loja
Bilheteira
Bengaleiro
Arrumos
I.S.
Acessos verticais

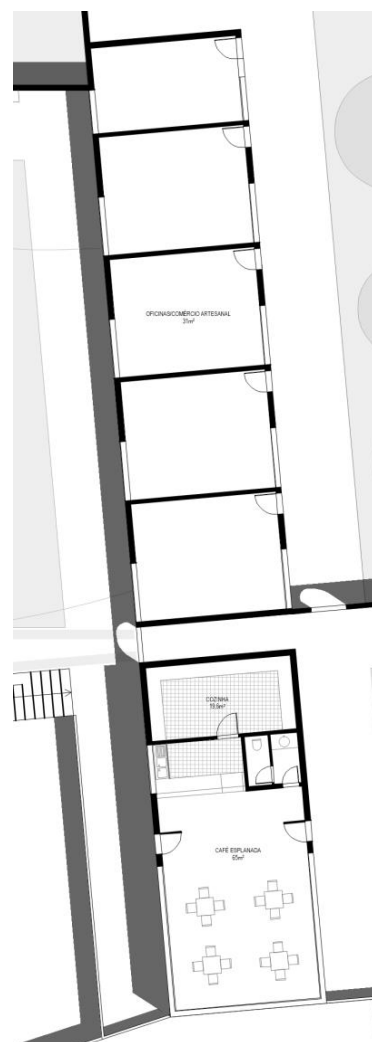
Por outro lado, o último piso, no nível -2 (**figura 42**), que concentra os espaços do **museu, anfiteatro, arquivo, cafeteria e loja** e espaços associados (**bilheteira, bengaleiro, arrumos, sala para internos e I.S.**), encontra-se enterrado para não obstruir a vista nem criar sombras sobre o espaço público. Desta forma, pode este piso beneficiar de maior profundidade e facilitar o acesso ao caminho público principal e parque. Os espaços da cafeteria, loja e sala de leitura associada ao arquivo, beneficiam de luz natural, obtida através da fachada livre, a ponte. Os restantes espaços obtêm luz de forma zenital (**figura 43**), através de pequenas perfurações na cobertura, estrategicamente organizadas para orientar também o percurso ao nível do espaço exterior do piso 0.



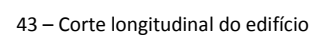
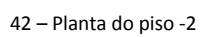
39 – Planta do piso tipo



40 – Planta do piso 0



41 – Planta do café e oficinas



- ALMEIDA, Fialho de. *Lisboa Monumental* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 1957. p.17. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://bdalentejo.net/BDAObra/obras/272/PDF/272.pdf>>
- ARAÚJO, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa*, IV volume, 1.ª edição. Lisboa: Vega, 1992. p.73, 75.
- ARAÚJO, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa*, VIII volume, 2.ª edição. Lisboa: Vega, 1993. p.15.
- CONSIGLIERI, Carlos *et al.* *Pelas Freguesias de Lisboa. Lisboa Oriental – São João, Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais*. Volume 2. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p.42, 45, 48.
- MENEZES, Marluci. “A Praça do Martim Moniz: etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa” in *Horizontes Antropológicos*, ano 15, n.º 32 [Em linha]. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Julho/Dezembro 2009. p.307. [Consult. 28 Ago 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a13.pdf>>
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa* [Em linha]. Lisboa, 1620. p.60, 62. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em
WWW:<URL:http://books.google.pt/books?id=at4rtCgU1P0C&printsec=frontcover&hl=pt-pt&rview=1&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true>
- RODRIGUES, Humberto Gonçalves. *Fragmentação e continuidades urbanas: contribuição para a definição de estratégias de intervenção no espaço público contemporâneo* [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 2012. p.35-37, 45, 50, 52, 56. Tese de mestrado. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5289>>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No repto inicial desta dissertação estabelecemos, como argumento de investigação, a intenção de compreender a importância da memória e da identidade na arquitectura e no contexto urbano actual da cidade. Afinal, **em que consistem estas características e qual a sua importância?**

Sintetizando, ambas estas características pertencem a uma dimensão social e culturalmente significativa do espaço e traduzem a qualidade da relação entre as pessoas e a arquitectura. Por um lado, a identidade resume as características históricas, geográficas e culturais de um lugar e motiva a apropriação do espaço, por parte das pessoas, na mesma medida em que satisfaz as suas necessidades pessoais, sociais e espaciais. Um lugar será mais identitário quanto maior for a identificação e a ligação das pessoas a esse espaço. Por outro lado, a memória é a impressão e experiência que retemos em determinado espaço, que nos dá a nossa dimensão de sentido no mundo. Um espaço memorável suscita a lembrança de um passado mais ou menos longínquo, mas, principalmente dá sentido ao presente e anuncia a possibilidade deste se perpetuar no futuro. Espaços identitários e memoráveis, no contexto actual da cidade consolidada, têm importância, enquanto pontos de referência que uma pessoa possui em relação à cidade e enquanto estímulos para a formação de determinadas imagens ou símbolos que nos dão o sentido do espaço.

O património, o espaço público e o lugar relacionam-se com a identidade e memória, na medida em que são os espaços físicos que tendem a alimentar aquela experiência social. O património não deve ser reduzido a uma mera condição “museográfica” nem o espaço público deve prever usos fragmentados, como a função higiénica (o verde) ou a de esgotamento do fluxo de peões e do automóvel.

Então, no sentido desta última ilação, **em que contexto se iniciou a problemática associada à clivagem funcional e social do espaço e ao descaso em relação às características de identidade e de memória de um lugar?** Foi no contexto da Revolução Industrial e do conjunto de inovações tecnológicas a ela associadas, que se iniciou a vontade de modernização da cidade antiga. A prática urbanística em ascensão serviu o propósito, ao menosprezar uma importante dimensão social e identitária dos lugares e ao gerar espaços semelhantes entre si, uniformes e despersonalizados.

Na conjuntura desta prática urbanística moderna, os pátios e vilas operárias de Lisboa, surgidos na mesma altura, foram também símbolo daquela segmentação funcional e social do espaço. **Em que medida foram inovadores na época? Qual a sua relevância na cidade do século XXI? Qual o potencial – aparentemente negligenciado – destas estruturas para a cidade contemporânea e para o futuro?**

O pátio ou a vila operária são modelos habitacionais inovadores na época em que surgiram, na medida em que mantiveram no seu interior uma organização e um modo de conceber o espaço, não como um sítio funcional, mas como um lugar habitável, sendo o pátio, corredor ou rua particular o palco onde as relações sociais tomam lugar. Na cidade do século XXI, estas estruturas contribuem positivamente para o espólio artístico, histórico e cultural de Lisboa; desempenham um papel pedagógico, enriquecendo culturalmente as pessoas e contribuem para a promoção imagética da cidade – enquanto novos locais atractivos, do ponto de

vista do turismo, e enquanto novos pontos de referência, de significado, de identidade e de memória para os cidadãos. O seu potencial reside na possibilidade de serem objectos de reabilitação e/ou adaptação a novos usos, ou actividades culturais, atraindo extractos populacionais também mais jovens; e de se constituírem pontos de um mapa da cidade de Lisboa, promovendo, a longo termo, percursos pedonais alternativos e a revitalização de determinadas zonas.

O que está neste momento a impedir que o potencial dos pátios e vilas se verifique?

Os pátios e as vilas operárias de Lisboa estão a sofrer um processo de deterioração que, na maioria dos casos, conduz à demolição dos mesmos. A sua efectiva presença e localização na cidade de Lisboa não é do conhecimento da maioria dos cidadãos nem, em muitos casos, as condições de saneamento e do edificado justificam a sua divulgação. Desde a extinção da Divisão da Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas dos Serviços da CML, constatamos a inexistência de um outro órgão especificamente responsável pela reunião e divulgação de informação relacionada com estas estruturas; pelo planeamento de estratégias de reabilitação ou revitalização; ou por representar e servir os interesses dos moradores.

Em que medida é que o território, o local de intervenção e o projecto proposto se relacionam com a dissertação?

O vale da Almirante Reis compreende uma grande concentração de pátios e vilas operárias, ao longo das zonas da Graça, Penha de França e Alto do Pina. É também um território marcado pelo multiculturalismo e por uma fragmentação urbana e social. Estes contrastes são sentidos ao longo da sua principal artéria que, apesar da sua linearidade, funciona de forma descontínua e isolada da restante cidade. A continuidade espacial desta área pode ser resolvida com a salvaguarda das características geográficas, inerentes ao próprio vale (a linha de talvegue e de cumeada), das diversas culturas existentes e dos locais históricos e públicos (miradouros, pátios e vilas, património, etc.). No seu conjunto, estas características unificam o território ao deterem o seu significado, a sua identidade e a sua memória.

O local de intervenção é um exemplo da fragmentação urbana do vale. Este grande espaço residual situa-se no interior de um quarteirão segmentado – que nunca foi planeado como um todo – e contém duas vilas operárias, cuja identidade está em risco devido ao mau estado das edificações. O projecto visa tirar proveito das características geográficas do lugar e integrá-lo na linha de cumeada – que engloba os restantes pontos mais altos do vale – dando continuidade a esta linha/percurso com capacidade de atrair pessoas e unificar o território. O **centro interpretativo dos pátios e vilas operárias de Lisboa** e os diversos espaços associados visam preservar as características históricas e culturais do lugar, nomeadamente o edificado das vilas existentes e os costumes tradicionais dos moradores. Os espaços propostos procuram responder às necessidades da instituição de um novo órgão responsável pela preservação e divulgação da identidade e memória dos pátios e vilas operárias de Lisboa.

Livros

- ALMEIDA, Fialho de. *Lisboa Monumental* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 1957. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://bdalentejo.net/BDAObra/obras/272/PDF/272.pdf>
- ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- ARAÚJO, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa*, IV volume, 1.ª edição. Lisboa: Vega, 1992.
- ARAÚJO, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa*, VIII volume, 2.ª edição. Lisboa: Vega, 1993.
- BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. *Design urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila, Fragmentos e Nexos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2004.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 13ª edição [Em linha]. Lisboa: Editorial Presença, 2007. [Consult. 16 Mai 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://minhateca.com.br/julioonunes/Como+Se+Faz+Uma+Tese+em+Ci*c3*aancias+Humanas+*e2*80*93+Umberto+Eco,15867169.pdf>
- LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. 5ªEd. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa* [Em linha]. Lisboa, 1620. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://books.google.pt/books?id=at4rtCgU1P0C&printsec=frontcover&hl=pt-pt&rview=1&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true>
- RODRIGUES, Maria João Madeira. *Tradição, Transição e Mudança – A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1979.
- SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.). *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994.
- SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol.5. Porto: Iniciativas Editoriais, 1979.

Artigos em revistas

- CASTRO, Alexandra. “Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. [Consult. 27 Mai 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>
- FERREIRA, Vítor Matias *et al.* “Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na Metrópole de Lisboa: Uma Aproximação Instrumental e Metodológica no Quadro de uma Investigação” in *Cidades - Comunidades e Territórios*, n.º5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL, Dezembro 2002. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/186>
- FONTOURA, Álvaro de. “A habitação das classes trabalhadoras” in *Boletim Cultural e Estatístico*, vol. I, n.º 1 [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, Hemeroteca Digital, 1937. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BoletimCE/N1/N1_master/N1.pdf>
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como género de discurso” in *Cidade: História e Desafios* [Em linha]. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002. [Consult. Abr 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6816/1264.pdf?sequence=1>

- INDOVINA, Francesco. "O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança" in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º5 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, Dezembro 2002. [Consult. 30 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/189>>
- MENEZES, Marluci. "Património urbano: por onde passa a salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria" in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º11 [Em linha]. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, Dezembro 2005. [Consult. 5 Mar 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/116>>
- MENEZES, Marluci. "A Praça do Martim Moniz: etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa" in *Horizontes Antropológicos*, ano 15, n.º 32 [Em linha]. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Julho/Dezembro 2009. [Consult. 28 Ago 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a13.pdf>>
- ORTEGOSA, Sandra Mara. "Cidade e memória: do urbanismo "arrasa-quarteirão" à questão do lugar" in *Arquitextos*, ano 10, n.º 112.07 [Em linha]. São Paulo: Vitruvius, Setembro 2009. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/30>>
- PEREIRA, Nuno Teotónio. "Pátios e vilas de Lisboa. 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário" in *Análise Social*, vol. XXIX (3.º), n.º 127 [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>>
- SÁ, Teresa. "Lugares e Não-lugares em Marc Augé" in *Artitextos 03 – Urbanismo, Arquitectura, Design e Moda* [Em linha]. Lisboa: Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, Dezembro 2006. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1831/1/FAUTL_13_B_TeresaSa.pdf>
- SALGUEIRO, Teresa Barata. "Habitação Operária em Lisboa" in *Arquitectura: planeamento, design, construção, equipamento*, ano III, 4ª série, n.º143. Lisboa: Setembro 1981.
- SILVA, Luísa Vieira da; GARCIA, João Carlos. "O inquérito industrial de 1881" in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XVI, n.º32 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1982. [Consult. 26 Dez 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1981-32/32_07.pdf>

Actas

- FRANCISCO, Marlene Duarte. "Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada" in *A Geografia Ibérica no Contexto Europeu: actas do X Colóquio Ibérico de Geografia* [Em linha]. Évora, Setembro 2005. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf>

Teses

- CACHIONI, Marcelo. *Londres, Lisboa e São Paulo: Vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária* [Em linha]. São Paulo: Universidade de São Paulo – Universidade de Arquitetura e Urbanismo, 2013. Tese de doutoramento. [Consult. 2 Abr 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-12072013-103757/publico/TESE_MARCELO_CACHIONI.pdf>
- PEREIRA, Joana Isabel da Cruz. *Espaços residuais urbanos: os baixos de viadutos* [Em linha]. Coimbra: FCTUC, 2011. Tese de mestrado. [Consult. 2 Abr 2014]. Disponível em WWW:<URL:<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/16556>>
- PINTO, Sónia Cristina Ildefonso. *Vilas Operárias em Lisboa. Emergência de novos modos de habitar. O Caso da Vila Berta* [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Novembro

2008. Tese de mestrado. [Consult. 4 Dez 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137892450/Dissertacao.pdf>

RODRIGUES, Humberto Gonçalves. *Fragmentação e continuidades urbanas: contribuição para a definição de estratégias de intervenção no espaço público contemporâneo* [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 2012. Tese de mestrado. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5289>

World Wide Web

CORREIA, Rita, “Frederico Ressano Garcia” [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, Hemeroteca Digital, 2011. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Biografias/Textos/RessanoGarcia.pdf>

FERNANDA, Ribeiro. *Pátios & Vilas de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 2013. [Consult. 12 Nov 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://ocorvo.pt/tag/vilas/>

Documentos Legislativos

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro [Em linha]. Diário da República n.º 209 – I Série A. Assembleia da República. Lisboa. [Consult. 28 Dez 2014]. Disponível em WWW:<URL:https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2001/09/209A00.PDF>

Aviso n.º 11622/2012 de 30 de Agosto, *Plano Director Municipal* [Em linha]. Diário da República n.º 168 – 2.ª Série. Assembleia da República. Lisboa. [Consult. 20 Out 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>

ANEXOS

Anexo 1

Tipologias das vilas operárias de Lisboa

As seguintes tipologias são formuladas com base no estudo de Nuno Teotónio Pereira de 1994 – *Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário* –, ainda que tenhamos procedido a uma categorização ligeiramente diferente.

a) Vilas formando pátio

Esta é a tipologia mais recorrente da vila. A solução encontrada para fazer render ao máximo a área disponível, é a de organizar as habitações ao longo de todo o limite do terreno. Daqui resulta uma organização em “U”, em que o perímetro é tornado cheio – à excepção da extremidade que faz fronteira com a via pública – e o espaço central mantém-se vazio e descoberto.

Este espaço comunitário, de carácter semi-privado, fora das vistas da rua, pode adquirir dois tipos de formas: uma mais alongada, em forma de corredor, ou mais ampla, tipo pátio. É a partir daqui que se faz o acesso entre a rua e as habitações.

Nos casos em que as construções têm mais do que um piso, a entrada nos fogos superiores é feita pelo pátio central, através de um sistema composto por escadas e galerias que percorrem toda a extensão do edifício. Evitam-se, por isso, soluções como blocos de escadas interiores ou átrios, “*no sentido de reduzir os espaços não directamente rentáveis*”²⁰⁴.

As galerias, construídas em estruturas de ferro, constituem-se um importante elemento na ordenação do espaço e por vezes, ao formarem ponte, convertem-se em esquemas bastante complexos que “*atestam a introdução de tecnologias modernas na construção de vilas*”²⁰⁵.

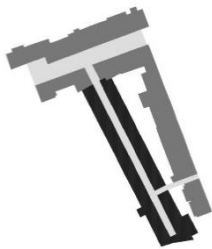
São exemplos da “vila corredor” a Vila Gadanho, a Sapadores e a Vila Bagatella, às Amoreiras, e da “vila pátio” a Vila Romão da Silva, às Amoreiras. Quanto às vilas construídas com escadas e galerias de ferro, encontramos na Vila Rodrigues, a Sapadores, e no Bairro Estrela d’Ouro, à Graça, os principais exemplos – embora este último caso se insira numa tipologia de vila de escala urbana, que adiante iremos analisar.

²⁰⁴ PEREIRA, Nuno Teotónio. “Pátios e vilas de Lisboa. 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” in *Análise Social*, vol. XXIX (3.º), n.º 127 [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994. p.514. [Consult. 2 Mai 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>>

²⁰⁵ idem.



44 - Vila Gadanho: caso típico de uma "vila corredor"



45 - Planta da Vila Gadanho, Escala 1:3000, Sara Fontainhas



46 - Vila Nova: exemplo de uma "vila pátio"



47 - Planta da Vila Nova, Escala 1:3000, Sara Fontainhas

b) Vilas construídas atrás de prédios

Esta modalidade destaca-se por traduzir, de uma forma ainda mais evidente, a segregação de uma classe social no espaço urbano da cidade.

Apresenta as mesmas características organizativas das vilas formando pátio, mas distingue-se destas por ser construída por detrás de prédios correntes, estando, por vezes, totalmente “escondida” das vistas da rua. O prédio, com frente para a via pública, destina-se à burguesia ou à pequena burguesia, ao mesmo tempo que relega nas traseiras a presença de uma vila, ou pátio, destinada a famílias operárias. *“Neste caso há uma hierarquia social traduzida directamente no nível do próprio lote”*²⁰⁶.

O acesso às traseiras é sempre único, mas pode configurar-se segundo três formas: ou através de um corredor descoberto, pela lateral do edifício, obrigando a fazer cotovelos para o contornar ou levando a esquemas de ocupação assimétrica; ou através de um corredor também descoberto, mas a eixo do lote, prolongando-se em linha recta desde a rua até ao pátio; ou ainda através de um corredor coberto, que atravessa transversalmente o próprio edifício, formando uma passagem em arco – quadrado ou circular – e ligando de forma mais directa a rua à vila²⁰⁷. Em qualquer um dos casos, este acesso é sempre independente da entrada utilizada pelos habitantes do prédio com frente para a rua e é recorrente ser resguardado por um portão de ferro.

Esta modalidade de vila é bastante comum por permitir – especialmente com a última forma de acesso – o aproveitamento da extensão dianteira para a construção de um edifício corrente e, assim, fazer crescer o lucro obtido pelos proprietários com o aluguer de tuas tipologias de habitação diferentes.

São exemplos a Vila Luz, na Rua Pascoal de Melo, a Vila Raul, nas Amoreiras, a Vila Fernandez, na Estrada da Luz, a Vila Borba, em Campolide, a Vila Celarina, na Rua da Escola do Exército e ainda a Vila Musgueira e a Vila Alegre, ambas pertencentes ao terreno de intervenção do projecto, na Rua Barão de Sabrosa.

c) Vila que acompanha a via pública

Esta tipologia surge nos bairros pobres da periferia e nos mais antigos e tem a particularidade de não corresponder, em parte, à definição camarária, por não apresentar uma serventia mas antes acompanhar a via pública, como qualquer prédio corrente. No entanto, tendo em conta as zonas segregadas em que surge, a dispensação de serventia não irá retirar o carácter marginal ao edifício.

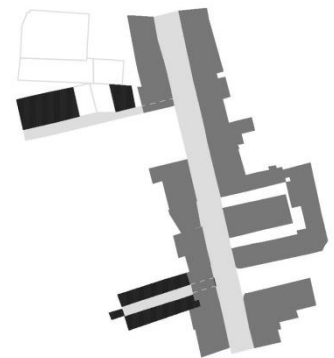
São, ainda assim, construções de habitação multifamiliar intensiva, destinadas a famílias de baixos rendimentos e construídas pela iniciativa privada e, por isso, inserem-se perfeitamente na modalidade de vila.

²⁰⁶ ibidem, p.516.

²⁰⁷ idem.



48 - Vila Musgueira: caso típico de uma “vila construída atrás de prédio”



49 - Planta da Vila Alegre (Norte) e da Vila Musgueira (Sul), Escala 1:2000, Sara Fontainhas



50 - Pátio da Vila Musgueira

Trata-se de pequenas construções simples e de custo reduzido, de um só piso com dois fogos dotados de um programa mínimo. Tal simplicidade irá permitir que este pequeno módulo de habitação seja reproduzido com um maior número de fogos, chegando a surgir exemplares de três ou mesmo quatro fogos. A par do aumento da procura por alojamento barato, logo se constroem novos pisos sobre o primitivo.

Com a repetição do módulo e a sua sobreposição por novos andares, aparecem dois subtipos: o primeiro caracteriza-se por ser alongado, formando filas ou bandas de casas, distribuídas por dois ou três pisos, a que se dá o nome de “correntezas”; o segundo caracteriza-se por ser tipo bloco ou “chalet”, com quatro fachadas livres e acesso central. Dadas as semelhanças formais entre este último tipo e as “vilas” de lazer da burguesia estrangeirada (com coberturas tipo “chalet”), acredita-se ter sido por aí que surge a designação, que o etnógrafo *“Leite de Vasconcellos diz ser abusiva, por nada ter a ver com a realidade que representa”*²⁰⁸.

Já a tipologia de “correnteza” tem um grande desenvolvimento pois, graças à sua versatilidade, pode ser empregue no interior dos pátios e fundamentará as bases de um dos tipos de vila do final do século XIX.

d) Vilas formando ruas

Esta tipologia de forma alongada, caracterizada pela construção de casas para operários ao longo da rua, poderia ser chamada de “correnteza”, não fosse a rua pertencer à própria vila. Surge em zonas de terreno mais plano e desimpedido e ganha uma grande densidade de habitação, ao ocupar – de ambos os lados – toda a extensão da rua. Esta rua acaba por se tornar parte integrante da vila ao ser apropriada por estas famílias, adquirindo pois, um carácter mais “particular”.

Apresentam um aspecto formal rígido e monótono, sem qualquer cuidado ao nível do desenho ou da decoração da fachada, revelando claramente a forma de exploração que representam.

A Vila Dias, construída em Xabregas em 1888, é o exemplo mais expressivo desta tipologia.

e) Vilas inseridas em espaços fabris

Estas vilas têm a particularidade de terem sido construídas por uma determinada empresa industrial, nos terrenos adjacentes a essa própria fábrica, numa primeira fase, ou integradas no próprio edifício fabril, numa segunda fase.

Ao fornecerem alojamento, as empresas industriais não só atraíam mão-de-obra para as suas fábricas, como também promoviam, no contexto da habitação, o ambiente de uma “grande família”. O fomento de relações de proximidade é uma atitude tipicamente filantrópica ou paternalista por parte dos empresários, não deixando de se constituir uma forma de exercer controlo e pressão sobre os empregados.

²⁰⁸ PEREIRA, N., op. cit., p.513.



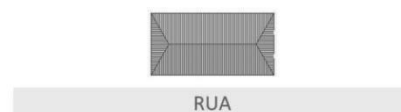
51 - Prédio em “correnteza” na Rua Rodrigues Faria, construída em 1873 pela Fábrica de Tecidos Lisbonense, Núcleo de Arquitectura do LNEC (<http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/vilas/4/4-7.htm#4-7-1>)



52 - Planta de uma “correnteza” na Rua Rodrigues Faria, a Alcântara, Escala 1:3000, Sara Fontainhas



53 - Vila tipo “chalet” na Rua Vale Formoso de Baixo, LNEC



54 - Esquema de uma vila “chalet”, Sara Fontainhas

Surgidas em zonas de maior concentração industrial – Alcântara e Xabregas –, na primeira fase encontramos um grande número de exemplos de vilas integradas, sobretudo, em espaços fabris do “sector têxtil, que necessitavam de mão-de-obra abundante e barata”²⁰⁹. Segundo Rodrigues, a importância dos exemplos desta primeira fase “reside no seu valor de primeiras experiências, no pragmatismo e especificidade dos modelos apresentados, mas também no facto de comportarem já o germen da futura evolução”²¹⁰. A primeira vila, propriamente dita, e ainda hoje existente na Rua Rodrigues Faria, em Alcântara, apresenta as características desta modalidade. Foi construída em 1873 “nos terrenos adjacentes à Fábrica de Tecidos Lisbonense”²¹¹ para cujos operários se destinava”²¹². Trata-se, também, de uma construção em “correnteza” que adiante iremos analisar.

Um dos exemplos que se seguiu foi o da Vila Cabrinha, construída em duas fases: a primeira em 1878 e a segunda entre 1883 e 1890. Situada entre a Rua da Cruz e a Rua da Fábrica da Pólvora, em Alcântara, destinava-se para os operários da Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Algodão. De três pisos, podemos afirmar que esta vila apresenta um misto de características da “correnteza” e da “vila pátio”, por tanto acompanhar uma longa extensão da via pública como integrar uma serventia.

Ainda nesta modalidade do sector têxtil, a Vila Flamiano, construída em 1887 nos terrenos da Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas é um exemplo, como também o Bairro Grandella e a Vila Bagatella, construída em 1879.

Numa segunda fase, a modalidade integrada no próprio edifício fabril é característica de empresas industriais mais pequenas. É o caso de empresas do sector vinícola, cuja actividade, desenvolvida em armazéns, se concentra na zona do Poço do Bispo, em articulação com o transporte fluvial e o caminho-de-ferro aqui existentes, de onde receberiam a matéria-prima²¹³. Esta tipologia caracteriza-se pela construção, nos andares superiores de parte dos armazéns, de habitações para o escalão superior do pessoal, resultando em edifícios compactos e com frente para a rua. São exemplos a Vila Pereira, construída em 1887, e o edifício de gaveto construído em 1917 na Praça David Leandro da Silva, ambos situados no Poço do Bispo. Também outras empresas industriais de pequeno porte desenvolveram vilas deste tipo. É o caso da Vila Almeida, construída sobre uma oficina metalúrgica e o Prédio do Tijolo, construído também sobre oficinas e destinado aos operários da Cerâmica Junça, ambos do último quartel do século XIX.

²⁰⁹ PEREIRA, N., op. cit., p.518.

²¹⁰ RODRIGUES, Maria João Madeira. *Tradição, Transição e Mudança – A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1979. p.46.

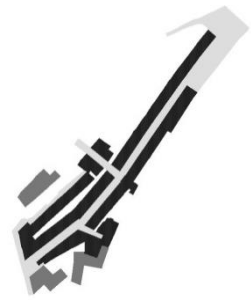
²¹¹ Onde hoje se localiza a “LX Factory”.

²¹² RODRIGUES, M., op. cit., p.45.

²¹³ PEREIRA, N., op. cit., p.519.



55 - Vila Dias: caso típico de uma “vila formando rua”, Alberto Carlos Lima, data desconhecida



56 - Planta da Vila Dias, a Xabregas, Escala 1:3000, Sara Fontainhas

f) Vilas de escala urbana

É graças à prosperidade do negócio de anteriores realizações que a iniciativa de construtores é estimulada para maiores investimentos. Pela primeira vez surgem vilas que ocupam um considerável espaço na cidade, seja pelo volume da edificação, pela complexidade da estrutura ou pela inclusão de um sistema viário que, *“sem perder o carácter segregador, ganha uma dimensão urbana”*. São, mais do que nunca, cuidadosamente planeadas, chegando a integrar elementos de equipamento colectivo, como estabelecimentos comerciais de primeira necessidade, escolas, espaços de convívio ou até uma esquadra da polícia, como é o caso da Vila Cândida.

Nesta tipologia podemos encontrar duas tendências de agrupamento: unidades de habitação horizontal, como é o caso do Bairro Estrela de Ouro e da Vila Cândida, ou autênticos blocos de habitação vertical, como é o caso do Bairro Clemente Vicente.

Dada a faceta filantrópica característica das entidades construtoras deste tipo de alojamento, os proprietários atribuem, não só à vila como também às ruas, designações relacionadas com o seu nome ou com o de elementos da sua família. Muitos chegam até a construir no próprio empreendimento a sua residência, embora com a devida separação.

São exemplos desta tipologia o Bairro Grandella, em Benfica; o Bairro Estrela de Ouro, na Graça, construído em 1908; a Vila Cândida, à Avenida General Roçadas, construída em 1912 e o Bairro Clemente Vicente, no Dafundo.

g) Os bairros operários e económicos

Os bairros operários surgem numa altura em que o operariado se começa a mobilizar para reivindicar um nível mais igualitário na cidade e se organiza para resolver os seus problemas. Segundo Pereira, verifica-se *“um primeiro surto de cooperativismo e do associativismo em Portugal”*, formando-se *“algumas sociedades cooperativas de construção e habitação”*²¹⁴, como é o caso da Companhia Comercial Construtora, responsável pela construção, em 1890, do Bairro Operário dos Barbadinhos (**Figura 45**). Também nesta altura surgem as Casas da Rua da Fábrica da Pólvora.

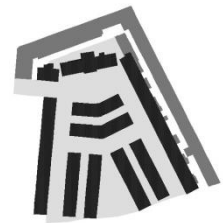
²¹⁴ PEREIRA, N., op. cit., p.522.



57 - Planta do Bairro Estrela de Ouro, Escala 1:3000, Sara Fontainhas



58 - Vila Cândida: caso típico de uma vila de escala urbana



59 - Planta da Vila Cândida, Escala 1:3000, Sara Fontainhas



60 – Desenho das fachadas das habitações do Bairro do Arco do Cego, Hélder Cotrim
(<https://www.flickr.com/photos/heldercotrim/2495193843/>)



61 - Planta do Bairro Operário dos Barbadinhos, Escala 3000, Sara Fontainhas

O bairro operário e económico representa o auge da evolução da vila no sentido urbano: articula-se com o esquema viário, amplia a sua dimensão e constitui-se bairro, mas a sua arquitectura – simples, monótona e austera – não deixa de revelar os pobres recursos com que foi construído.

A iniciativa pública só se fez sentir mais tarde, a partir da I República, com o início da construção, em 1918, dos Bairros Sociais da Ajuda e do Arco do Cego. Estes bairros, segundo Pereira, “*introduzem uma tipologia nova no tecido da cidade*” pois pretende-se “*evitar o carácter lúgubre, típico dos bairros operários*” e, portanto, projectar tipos variados, enriquecer as fachadas e planejar edifícios de fruição colectiva²¹⁵. No caso do Bairro Social do Arco do Cego, o desenho das fachadas das habitações diversifica-se e é alusivo às diferentes profissões das pessoas a que se destina.

CASOS EXCEPCIONAIS

Verificamos, até aqui, que são vários os caminhos tomados na organização espacial da vila. Perante a necessidade de ser útil e de cumprir a função que lhe cabe, este modelo de habitação goza, ainda assim, de uma grande variedade tipológica. Pretendemos agora demonstrar que esta variação ocorre, não só, ao nível de uma sistematização da arquitectura, como também ao nível do tratamento formal e decorativo.

Enquanto, na sua maioria, as vilas aparentam simplicidade, sobriedade e monotonia, outras destacam-se pelas opções estéticas ou pelo emprego de determinadas tecnologias de construção inovadoras. Importante será mencionar que o que está em causa não é a afirmação de um estilo, pois, como declara Rodrigues, “*o estilo refere já uma atitude amadurecida*” e “*a revelação de um gosto significando uma cultura unitária*”²¹⁶. Trata-se, antes, de uma “*proliferação de gostos individualizados*” de proprietários, revelados no recurso a esquemas decorativos de preferência própria e numa atitude de embelezamento que não tenciona articular-se a uma “*integração tipológica*” ou a uma “*relação de útil*”²¹⁷. Dependerá, também, da vontade, interesse, convicções e da atitude – filantrópica ou não – dos proprietários, ou da forma como encaravam os seus trabalhadores, esse maior ou menor cuidado formal.

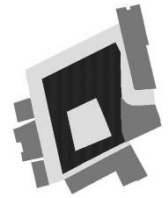
²¹⁵ idem.

²¹⁶ RODRIGUES, M., op. cit., p.51.

²¹⁷ idem.



62 - Vila Sousa, autor desconhecido



63 - Planta da Vila Sousa, Escala 1:3000, Sara Fontainhas



64 - Bairro Estrela de Ouro, Sara Fontainhas



65 - Vila Berta, autor desconhecido



66 - Vila Santos

Os materiais utilizados não deixam de ser económicos, mas são empregues de forma aprimorada. É o caso do tijolo, frequentemente aplicado no guarnecimento dos vãos, ou do azulejo, que forma frisos ou painéis ilustrativos, revestindo as fachadas de cor. Já o ferro fundido é utilizado nas escadas, galerias e varandas e adquire um grande valor decorativo. A preocupação com simetria é igualmente evidente. O nome da vila também é motivo para ornamento, aparecendo desenhado em chapa esmaltada, inscrito em pedra ou por vezes representado alegoricamente em placas ou painéis de azulejo²¹⁸.

Não é de estranhar serem estas as vilas mais célebres de Lisboa: a Vila Luz Pereira, que *“apresenta um cuidado excepcional de desenho”*²¹⁹; a Vila Sousa, com a sua fachada exterior revestida a azulejo azul; a Vila Berta, com o seu conjunto exemplar de varandas em ferro, saliente até ao alinhamento da rua e a rica decoração em azulejos; a Vila Rodrigues, cujo sistema de escadas e galerias revelam *“com espectacularidade o emprego de modernas tecnologias de construção”*²²⁰; o Bairro Grandella, *“rematado por dois pavilhões, lembrando tempos gregos, com colunas e frontões de coroamento, destinados a uso comum”*²²¹; o Bairro Estrela d’Ouro, com os seus painéis de azulejo pintados, as suas escadas e galerias coloridas e a utilização simbólica da estrela de cinco pontas *“nas ferragens, no empedrado do pavimento, nas moldagens que encimam as portas”*²²² ou nos referidos painéis; e a Vila Santos, com as suas fachadas em reboco pintado, os seus vãos guarnecidos em cantaria e o seu arco de volta perfeita, perfazendo a entrada.

Em alguns casos as vilas são também ocupadas por estratos da pequena burguesia, apresentando-se como conjuntos interclassistas. A Vila Berta apresenta as características de que falamos: de um lado da rua, os prédios de três andares e de sobranceiras varandas eram destinados às classes mais altas e, do outro, os edifícios de dois pisos, mais modestos mas ainda assim expressivos, eram destinados às classes mais baixas. Também a Vila Sousa é composta por duas áreas distintas: uma destinada à residência dos proprietários e familiares, a outra – nas traseiras – destinada ao alojamento dos trabalhadores e suas famílias.

²¹⁸ PEREIRA, N., op. cit., p.521.

²¹⁹ ibidem, p.514.

²²⁰ idem.

²²¹ PEREIRA, N., op. cit., p.521.

²²² RODRIGUES, M., op. cit., loc. cit.

Anexo 2

Fialho d’Almeida, *Lisboa Monumental*, 1957

O seguinte texto, de Fialho d’Almeida, descreve o cenário insalubre dos pátios e vilas operárias de Lisboa e a visão do autor de como deveriam ser estas construções.

“Quando as obras do porto de Lisboa um dia avancem para além de Santa Apolónia, até ao Poço do Bispo ou Sacavém, correndo o cais e regularizando a margem do rio, aterrar-se-ão naquele ponto, tratos imensos de estuário, onde extensíssimas alamedas, parques, bosques, ininterruptamente postos e plantados, proporcionarão à gente arrabaldia, massas de folhas e de sombras, onde, sem prejuízo das fainas comerciais, possa a população virilizar, salubrir seus refastelos e farnientes higiénicos. Serão quilómetros de plátanos e de aliantos, uma verdadeira floresta ribeirinha, em cujas clareiras talhar jardins de crianças, carreiras de tiro, de malha e de chinquillo, campo de cricket e futebol, de que a população operária tanto necessita, como o demonstram as nuvens de rapazitos tristes e estrumosos que enxameiam nos focos de laboração fabril da capital, e essa mesma população adulta de obreiras, meio bestificada, tarda, desagradável, e que fora da taberna e da fábrica parece não ter curiosidades nem ânsias de homens livres. Coincidirá isto com a derrocada, ou pelo menos a larga desbridação dos bairros infectos de Alfama, Castelo, Mouraria, Alcântara e outros muitos onde a população trabalhadora se comprime, e mais ou menos são montureiras de gente, destruidoras da mocidade e vigor da raça popular. Ao derribar alguns destes redutos infames da tuberculose implacável, não devem os municípios dar ouvidos à arqueologia piegas que em certos bestuntos confunde o respeito das coisas artísticas com a monomania idiota de conservar tudo que é velho; e isto sucederia na Alfama, para cujas recordações históricas logo esses gansos capitolinos reclamariam talvez salvo-condutos. A verdade é que, salva certa nomenclatura poética das alfurjas e becos, salvo um ou outro bocado de muralha fernandina e joanina – onde algum cubo ou quadrela serve de mirante ou poleiro a algum quintalório de burguez pobre – salvo um ou outro edifício, arco ou recanto, valendo mais como reprego cenográfico do que como amostra arquitectónica dos séculos que Alfama conta, nada o caduco burgo da Lisboa primeva se pode dizer ostente que, a troco da salubridade dos moradores, valha a pena manter e respeitar. São recordações que maiormente não fazem falta à fisionomia histórica da terra, e de onde se sai enjoado da porcaria das ruas e das lojas, da insulsez arquitectónica dos prédios, da irremissibilidade anti-higiénica enfim daquele imundo getto, onde pulula uma ralé de gente verde, ossosa, e que parece exumada depois de alguns meses de podridão subterrânea.



67 - "Bairro operário, do tipo higiênico moderno", Fialho d'Almeida, 1957

É minha opinião, e a de todos os médicos que rigorosamente têm escoldrinhado a insalubridade irreparável daquele verdadeiro monturo medieval, que o bairro de Alfama, como o do Castelo, Santa Apolónia, Mouraria, etc., devem ser por completo arrasados e desfeitos, pois sem essa destruição impossível se faz tancar tantos sinistros focos de patogenia complexa que os distingue, assim como empreender dum jacto o planto de canalização impermeável, completo, que todo o bairro higiénico necessita antes de tudo, e com a suficiente escoante para a imundície não fazer depósitos permanentes no subsolo, já de si secularmente infiltrado e pestilento. Ora quase toda a população operária e pobre da capital, isto é, dois terços da total, vive acorada em bairros sem emenda, e a que tarde ou cedo vem a ser preciso deitar fogo.

Os próprios chamados bairros operários, ultimamente abertos, são poçanheiras asfíxicas, sem beleza nem graça, em pátios lúgubres, terrenos de refúgio e mau acesso, mal expostos, mal calafetados, mal enxutos, com a higiene função da estupidez dos mestres-de-obras, trazida à corda pela sofreguidão cruel dos senhores... Desbridar, adentro dos menos caducos e insalubres, avenidas largas e direitas, refundindo a canalização e inutilizando os focos de maior perigo, é talvez processo de conservar alguns, inda algum tempo; outros porém, como Alfama, Castelo, Mouraria, Santa Clara, etc., que remédio dar ao seu raquitismo senil, judengo e mouro, como limpá-los da enterite purulenta que os devasta?

Casas estreitas, mal repartidas, decrepitas, ruas tortuosas onde escasseia a luz e o ar, canos insuficientes que estagnam debaixo dos prédios, por tempo indefinidos, as imundícies e resíduos da vida – lixo, dejectos, que agora saem pelos barris e canos de esgoto, e logo tornam pela janela, em poeiras e exalações do solo e do ar contaminados, ou sob a forma de lamas, pela porta, agarrados aos pés dos moradores... Ruas varridas em seco, às horas vitais em que a população inda moureja, ou não varridas nunca, numa terra em que a nortada imbecil, todas as tardes faz engolir aos transeuntes o esterco avulso das calçadas mal feitas e dos macadames nem petrolados, nem alcatroados, segundo a norma das terras higiénicas... Carroças de lixo a céu aberto, cheias de buracos e fendas, que por um lado apanham o esterco, e por outro o vão peneirando aos solavancos das rodas, por calçadas cheias de escaninhos... Esgotos horríveis, pestosos urinóis sem desinfecção nem limpeza regular, latrinas no sítio mais escuso e húmido das casas, onde os únicos líquidos são urinas ou águas corruptas de cozinha – madeiras podres e soalhos fendidos, por cujas frinchas os detritos infecciosos se anicham, lustres, constituindo nos entressolos outros tantos focos de cultura – doenças contagiosas que passam, matam e renovando os inquilinos, sem que nenhuma desinfecção, pintura ou lavagem regular dos muros e soalhos, ao menos sossegue o espírito contra a repercussão dos morbos nas novas gerações de moradores... Está inteirado o leitor? Acaso a telegrafia célere destes bairros-gehennas lhe haverá calafriado o espinhaço quanto às cloacas que, em nome da arqueologia e da sordidez capitalista, inda servem de abrigo às populações proletárias, trabalhadoras, fabris da capital?!...

Recapitula-se então que se a Lisboa dos ricos, por sua arquitectura insulsa, é feia à vista, por outro lado a dos pobres, visto os descalabros ignóbeis de que enferma, revolta o coração mais árido e gangoso. É necessário refazê-la dos alicerces aos tectos, não pelo sestro de remendar casebres vesgos e cloacas mortíferas,

mas abordando corajosamente o problema de fazer novo, sem desatender num só conselho, nem por economia forrar um só vintém, e bem ao contrário do antigo, dando à fisionomia das casas e configuração cenográfica dos bairros, o todo possível de graça desenvolta, salubridade apetitosa e garridice genuinamente nossa e popular.

Portanto, a primeira coisa é deitar abaixo os burgos malditos; logo drenar o solo das sâneas pútridas de séculos, lançar a canalização hermética, com escoantes ao rio e água a caxões – ou revertendo os dejectos para montureiras que a química trate e inofensiva, o que daria por si uma riqueza subsidiar da agricultura suburbana, evitando a infecção da margem do rio, onde tanta gente trabalha, e tanto paquete europeu tem de atracar.

Podes agora começar, leitor, de coração ligeiro, o bairro novo, a cidade republicana, e proletária, neste país de oiro-sol, de céu azul, de golfos pálidos, de colinas de greda e nuvens de algodão. Casas pequenas, não é verdade? Um piso térreo, quando muito um sobrado mais, de forte pé-direito e grandes caixas de ar sob os soalhos; casas de um morador, dois quando muito, separadas, envoltas de ar e luz nas quatro faces, seus jardins floreiros e legumeiros, que muritos baixos separem, e onde fosse fácil fiscalizar, sanear, reformar, sem mistérios nem fraudes de higiene. Construções de tijolo refractário, e almofadas e gregas multicores, seus rebordos de granito ou cantaria clara nas hobreiras e quanto possível modeladas, não é verdade? Pelas nossas casitas plebeias de província, as mais típicas e ingénuas, que entretanto algum arquitecto modernize sem pelintrice, mantendo-lhes, adentro da configuração labrega, as linhas grácis, afizendo, que não mascarando, como eles costumam fazer, na frontaria falante, o papel social do edifício. Estais a ver como um artista traria do Alentejo e Algarve e Duas Beiras, a indumentária estética da casinha campónia, em pitorescos motivos que por lá andam a esmo da colher dos trolhas rudes, levados na tradição poética dos séculos...

Os muritos brancos da cerca, orlados de rede de adobos, vermelha ou amarela, fazendo como um entremeio de toalha, por cujas malhas cocam trepadeiras floridas e parraes; cancelas verdes com os vasos de barro pintados, cheios de flores, logo o cotage risonho, airoso, de cortininhas brancas e gaiolas, sua varanda de pau, minhota, nas traseiras, e tendo na platibanda a mesma rede de adobos, mais miúda, sobre um friso de ressalto onde brilhasse a esmaltada facha de azulejos... Logo, às duas bandas das janelas, os cachorros de pedra para manjericos e craveiros; e numa ou outra, as gelosias de armário, salientes sobre a afahcada, como os miradores das casas espanholas – e as chaminés algarvias de ressalto, em minarete, em torrela de canto, em castelejo, polícromas, rendilhadas de muscharabiebs de adobos finos, o tecto de pagode chinês, a data pintada no bojo, entre bonecos, e no catavento, algum oinho ou caçador de zinco, em atitude de disparar sobre algum gato ou pardal desprevenido.

Casitas destas fariam ruas direitas, largas, com grandes passeios laterais bordados de árvores, e ser-lhes-ia permitido instalar bancos à porta, com parreirais alpendrando a frontaria. Na renda, módica, incluir-se-ia uma anuidade permitindo ao inquilino ser senhor da casa ao fim de tempo. Cada bairro teria por centro uma vasta rotunda, servindo de praça maior, ajardinada e iluminada, para concertos e diversões de ar livre. Dessa rotunda radiariam em estrela as ruas todas, desembocando num boulevard quadrado, arborizado a primor, que

serviria de circunvalação, tendo nos cantos squares para jardins de crianças e campos de exercício e jogos para adultos...

Na rotunda maior, centro de vida cívica, estaria a biblioteca pública do bairro, o lactário, a creche, o balneário gratuito, o ginásio, a igreja, a casa de conferências e comícios, e enfim a escola, que seria o edifício rico, com, aos dois lados (visto estarmos num tempo em que o Estado cria o dever de tomar a criança operário desde a creche, não largando mais até restituir à sociedade o homem feito e independente) uma ou outra oficina subsidiar, complementar da educação.

”

Fialho de Almeida, *Lisboa Monumental*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, Maio de 1957, p.29-33.



Anexo 3

Contextualização da zona de intervenção no Plano Director Municipal 2012

1. Qualificação do Espaço Urbano

De acordo com o Artigo 37º do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa e tendo em conta a “qualificação operativa e funcional”, “o território do Município (...) corresponde na sua totalidade a solo urbanizado” integrando duas categorias – os Espaços Consolidados e os Espaços a Consolidar –, “tendo em consideração o grau de urbanização do solo e o grau de consolidação morfotipológica” e seis subcategorias, tendo em consideração “a qualificação funcional do solo”.

Toda a área do logradouro do quarteirão é considerada, dentro da categoria de *Espaços a Consolidar*, como um *Espaço Verde de Recreio e Produção*.

Enquanto *Espaço Verde de Recreio e Produção a Consolidar*, o artigo 64º do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa identifica as suas características como “*espaços não edificados, permeáveis e plantados, genericamente sobre solo orgânico em terreno natural*” e esclarece o seu âmbito, admitindo-se “*os usos agrícola, de recreio e produção, incluindo hortas urbanas e viveiros, e que podem integrar equipamentos colectivos e infraestruturas de apoio ao recreio e lazer incluindo estabelecimentos de restauração e bebidas, e turismo (...)*”.

De acordo com o artigo 50º do mesmo regulamento, quando “*incentivadas iniciativas de agricultura urbana*”, os seus objectivos passam pelo “*aumento da produção alimentar à escala local, reforçando os níveis de autossuficiência da cidade, a resiliência urbana e contribuindo para a coesão das comunidades urbanas*”. O mesmo artigo refere, ainda, que “*as construções existentes (...) podem destinar-se ao uso terciário, desde que a utilização não se mostre incompatível com a fruição do espaço verde de recreio e produção*”. Em espaços desta categoria, cuja área seja “*igual ou superior a 2 ha, o índice de edificabilidade é de 0,1, não incluindo a área correspondente aos edifícios pré-existentes, a manter ou a substituir, nem às construções amovíveis*”.

Nas proximidades do terreno e na categoria de *Espaços Consolidados*, as escolas EB1 Actor Vale e Secundária Artística António Arroio pertencem à subcategoria de *Uso Especial de Equipamentos*, alguns logradouros são classificados como *Logradouros Verdes Permeáveis a Preservar* e o espaço verde da Alameda Dom Afonso Henriques pertence à subcategoria de *Espaços Verdes de Recreio e Produção*.

Na categoria de *Património Edificado e Paisagístico*, o mercado de Arroios pertence à subcategoria de *Imóveis*, a Fonte Luminosa da Alameda Dom Afonso Henriques pertence à subcategoria de *Objectos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística* e vários outros edifícios são classificados como *Conjuntos Arquitectónicos*.

USO DO SOLO

ESPAÇOS CONSOLIDADOS

- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano A
- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano B
- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano C
- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano D
- Logradouros Verdes Permeáveis a Preservar
- Espaços de Atividades Económicas
- Espaços Verdes de Recreio e Produção
- Espaços Verdes de Proteção e Conservação
- Espaços Verdes de Enquadramento a Infraestruturas
- Espaços Verdes Ribeirinhos
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos com Área Verde Associada
- Espaços de Uso Especial de Infraestruturas
- Espaços de Uso Especial Ribeirinho

ESPAÇOS A CONSOLIDAR

- Espaços Centrais e Residenciais
- Espaços Centrais e Residenciais - POLU
- Espaços de Atividades Económicas
- Espaços Verdes de Recreio e Produção
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos
- Espaços de Uso Especial Ribeirinho

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E GEOLÓGICO

- Geomonumentos com Área de Proteção
- Ocorrências Hidrominerais de Alfama com Área de Proteção
- Nível Arqueológico I - Área / Restos das Cercas de Lisboa
- Nível Arqueológico II
- Nível Arqueológico III

PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

- Imóveis Classificados
- Imóveis em Vias de Classificação
- Objetos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística
- Imóveis
- Conjuntos Arquitetónicos
- Logradouros
- Património Paisagístico

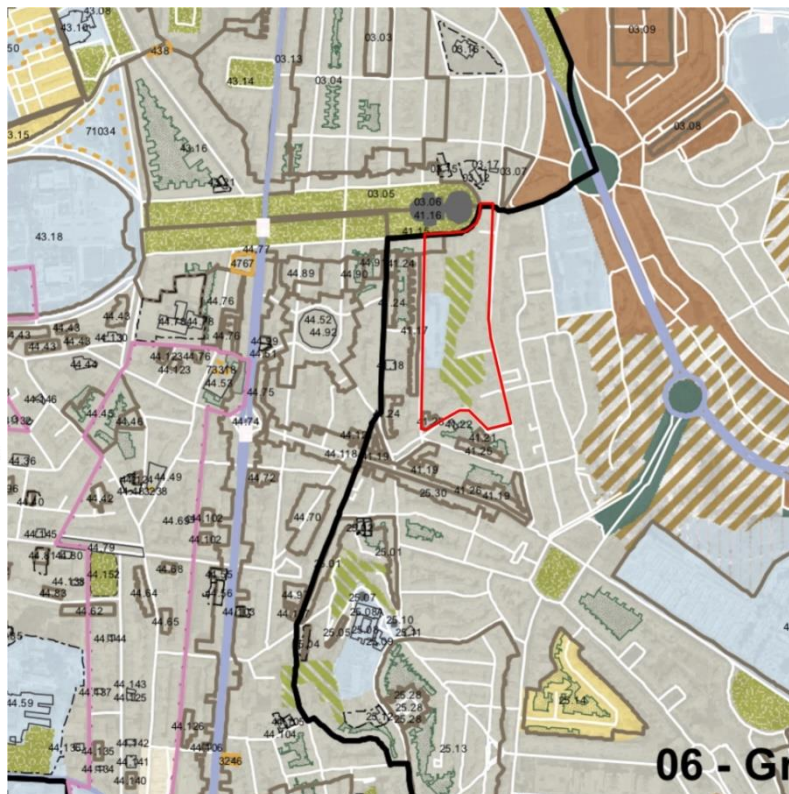
REDE VIÁRIA

- existente
- prevista
- 1.º Nível - Rede Rodoviária Nacional
- 1.º Nível - Rede Rodoviária Municipal
- 2.º Nível - Rede Rodoviária Nacional
- 2.º Nível - Rede Rodoviária Municipal
- Túneis/Viadutos Ferroviários
- Paragens de Comboio existentes
- Estações de Metro existentes
- Estações de Metro em construção
- Estações de Metro previstas

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

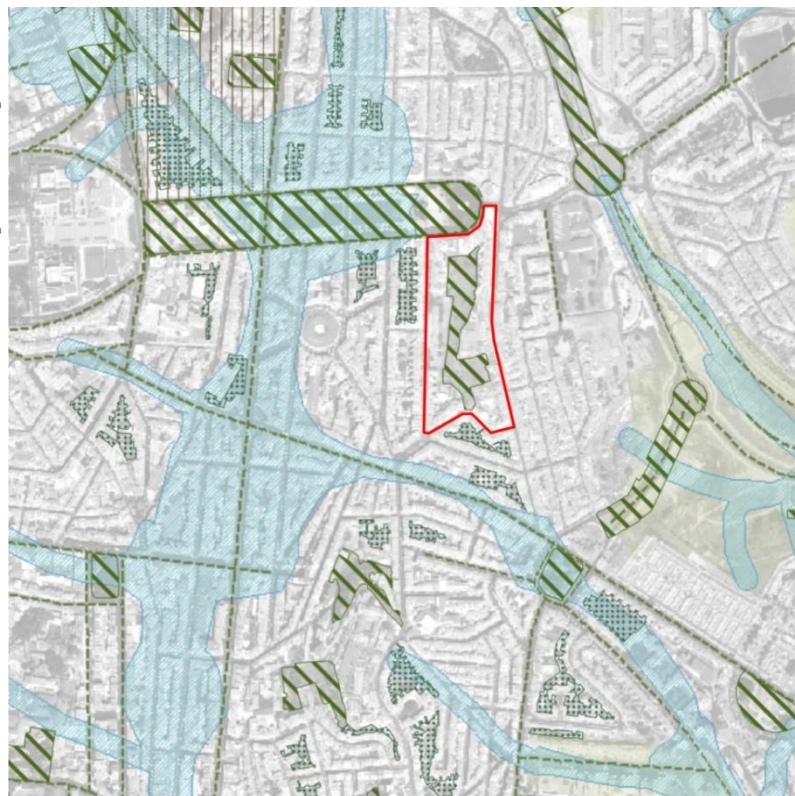


LIMITE DO MUNICÍPIO / ZONAMENTO ACÚSTICO - Zona Mista



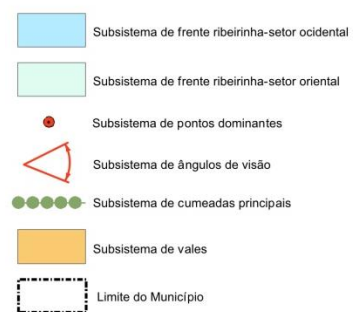
68 - Qualificação do Espaço Urbano, Plano Director Municipal, 2012/CML

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL



69 - Estrutura Ecológica Municipal, Plano Director Municipal, 2012/CML

SISTEMA DE VISTAS



70 - Sistema de Vistas, Plano Director Municipal, 2012/CML

2. Estrutura Ecológica Municipal

De acordo com o Artigo 11º do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, *“a estrutura ecológica municipal visa assegurar a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais no território urbano, a sustentabilidade ecológica e física do meio, as funções dos sistemas biológicos, a biodiversidade, o controlo dos escoamentos hídricos e circulação do vento, o conforto bioclimático e a valorização do património paisagístico”* e *“é constituída pela estrutura ecológica fundamental e pela estrutura ecológica integrada”*. Segundo o mesmo artigo, a estrutura ecológica integrada tem *“por objectivo uma articulação entre os sistemas naturais e culturais e a sua gestão numa perspectiva sustentável e integrada do território municipal”*.

Toda a área do logradouro do quarteirão pertence, dentro da categoria *Estrutura Ecológica Integrada*, à subcategoria *Espaços Verdes*.

O Artigo 14º do mesmo regulamento refere que as *“características naturais, culturais, paisagísticas e urbanísticas”* destes espaços *“devem ser preservadas e valorizadas, a fim de assegurar um conjunto de funções de equilíbrio ecológico no meio urbano e o apoio a actividades de recreio e lazer da população”*.

Nas proximidades do terreno, também toda a área da Alameda Dom Afonso Henriques pertence à subcategoria *Espaços Verdes* e alguns logradouros de quarteirões localizados a Sul e Poente do terreno de intervenção são classificados como *Logradouros Verdes Permeáveis a Preservar*.

3. Sistema de Vistas

Segundo o Artigo 17º, *“o sistema de vistas é formado pelas panorâmicas e pelos enfiamentos de vistas que, a partir dos espaços públicos, nomeadamente os miradouros, jardins públicos, largos e praças e arruamentos existentes, proporcionam a fruição das paisagens e ambientes urbanos da cidade de Lisboa”,* tendo como objetivos *“salvaguardar e valorizar as relações visuais que, devido à fisionomia da cidade, se estabelecem entre os espaços públicos e os elementos característicos da paisagem urbana (...)”*.

O terreno de intervenção encontra-se no limite de uma área classificada como *subsistema de vales*, característico por estabelecer *“relações visuais com as encostas e as zonas baixas da cidade, nomeadamente com o Aqueduto das Águas Livres”* e integra, ainda, um *subsistema de pontos dominantes* e consequente *subsistema de ângulos de visão*, característicos por estabelecerem *“relações visuais com a cidade e com o território envolvente, nomeadamente com o Parque de Monsanto”*.

Ponto de Máxima Acumulação

- Bacia <5 ha
- Bacia entre 5 e 75 ha
- Bacia entre 75 e 500 ha
- Bacia >500 ha
- Bacia drenante para Trancão

Vulnerabilidade às Inundações

- Moderada
- Elevada
- Muito Elevada

Suscetibilidade ao Efeito de Maré Direto

- Efeito de maré direto

Suscetibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes

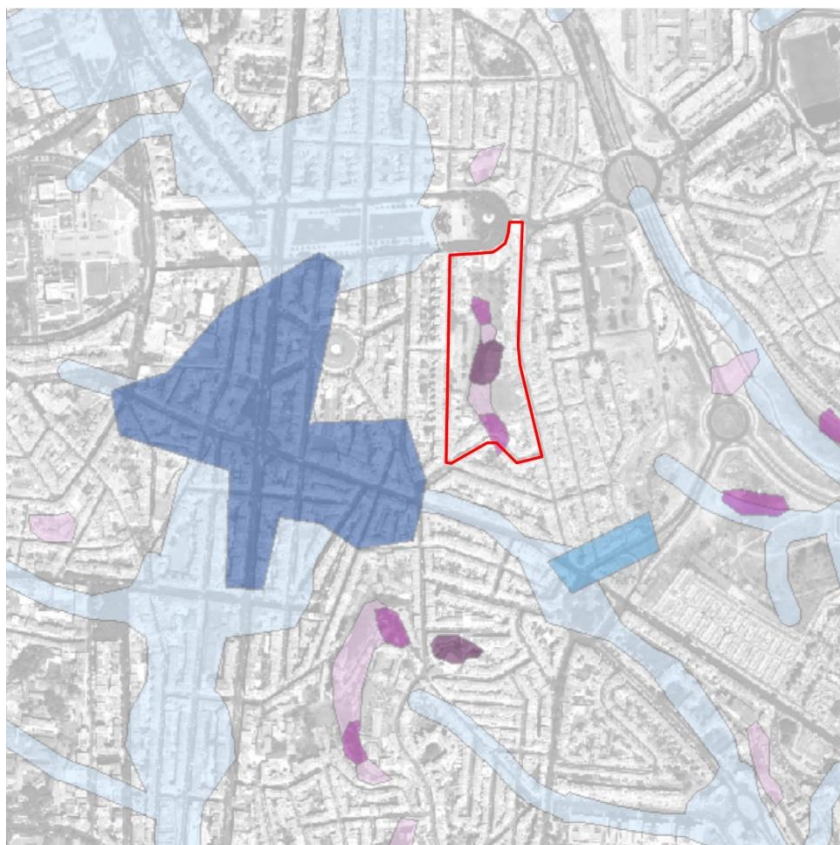
- Moderada
- Elevada
- Muito Elevada

Risco de Incêndio Florestal

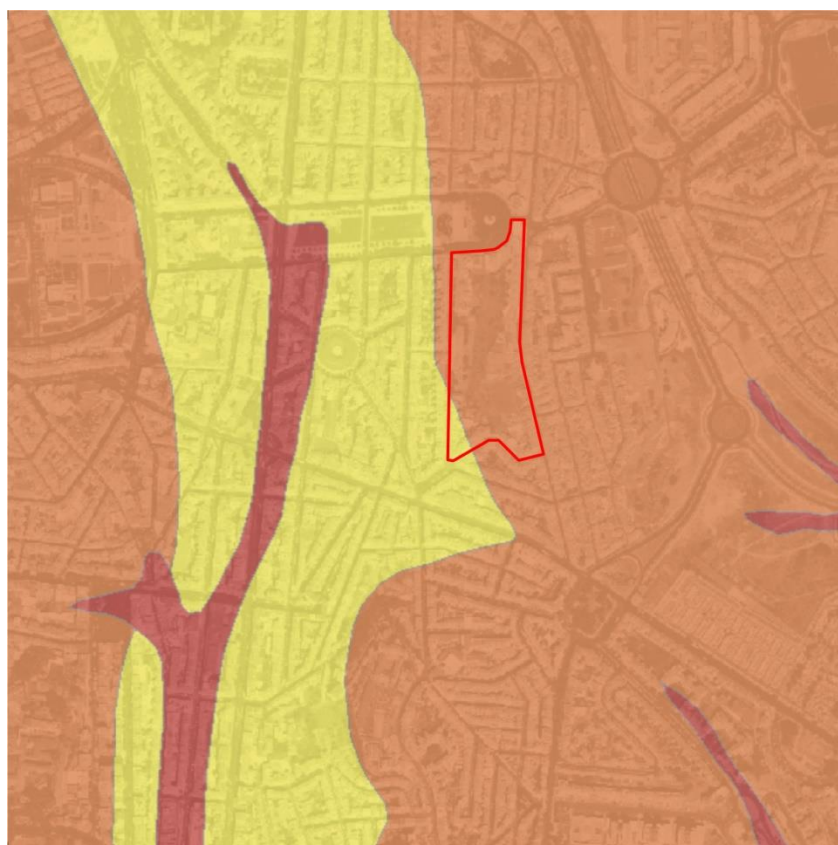
- Elevado
- Muito Elevado
- GOC - (Decreto-Lei nº254/2007, 12 de Julho)
- Limite do Município

Vulnerabilidade Sísmica dos Solos

- Baixa
- Moderada
- Elevada
- Muito Elevada
- Limite do Município



71 - Riscos Naturais I e Antrópicos, Plano Director Municipal, 2012/CML



72 - Riscos Naturais II e Antrópicos, Plano Director Municipal, 2012/CML

Tendo em conta que estes subsistemas constituem uma mais-valia para o terreno, torna-se natural considerar que *“as intervenções urbanísticas localizadas nas áreas abrangidas pelos ângulos de visão dos pontos dominantes, não podem obstruir os ângulos de visão a partir desses pontos”*.

4. Riscos Naturais I e Antrópicos

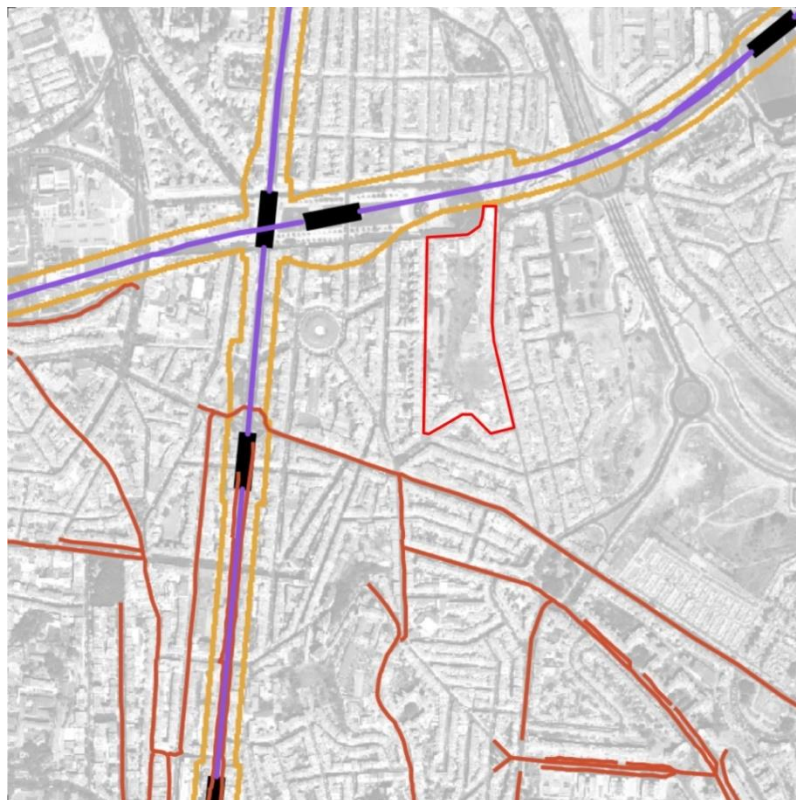
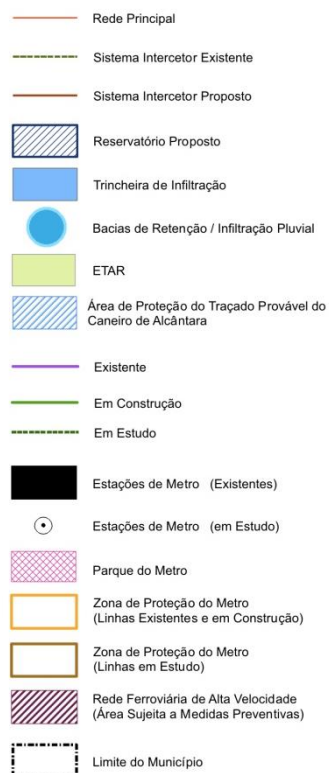
O terreno de intervenção apresenta uma *Susceptibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes moderada, elevada e muito elevada*. Esta susceptibilidade ocorre ao longo do extremo poente do terreno onde o declive é mais acentuado, abrangendo a zona imediatamente anterior ao recinto da escola EB1 Actor Vale e prolongando-se para Sul para a rua dos Baldaques. A área onde a susceptibilidade é mais elevada, inclui a zona onde, actualmente, se encontram algumas construções de oficinas.

A intervenção de projecto deverá ter em conta o Artigo 23º, o qual regulamenta que *“nas zonas cartografadas como de muita elevada ou elevada susceptibilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes (...) não são admitidas operações urbanísticas, com excepção de acções que não coloquem em causa a estabilidade dos sistemas biofísicos, a salvaguarda face a fenómenos de instabilidade de risco de ocorrência de movimentos de massa em vertentes e de perda de solo ou a prevenção da segurança de pessoas e bens, nomeadamente a estabilização de taludes e acções de florestação e reflorestação”*.

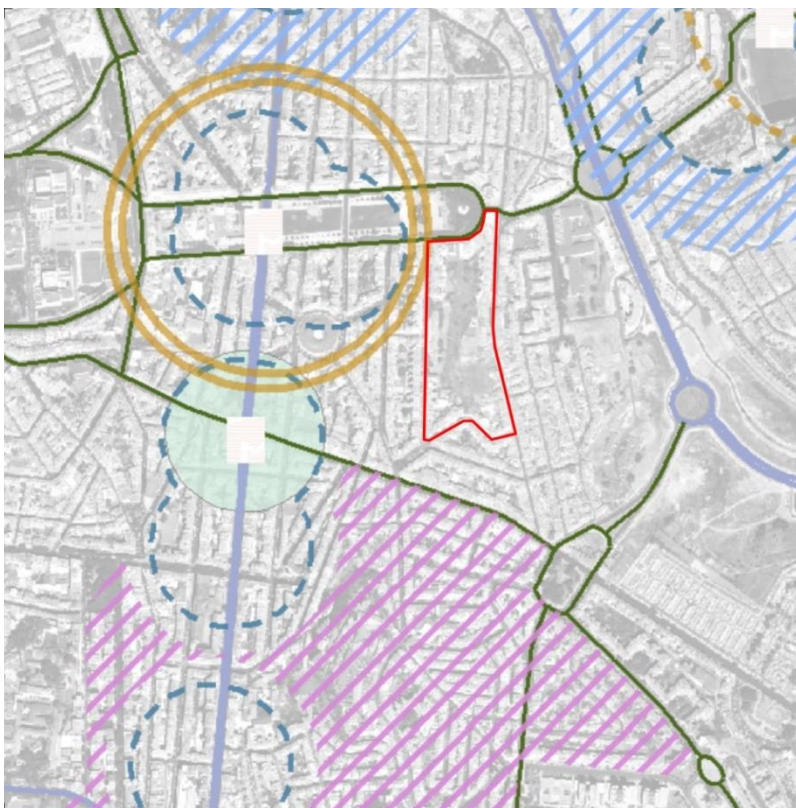
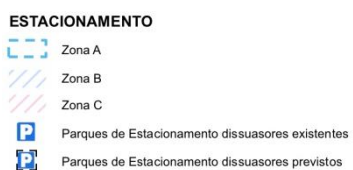
Nas proximidades do terreno e na zona mas baixa do vale, em torno da avenida Almirante Reis, verifica-se uma *Vulnerabilidade às Inundações muito elevada*.

5. Riscos Naturais II e Antrópicos

O terreno encontra-se numa zona cuja *Vulnerabilidade Sísmica dos Solos* é classificada como *elevada*, sendo obrigatória, em qualquer obra, a aplicação de *“medidas de resistência estrutural antissísmica”*.



73 - Condicionantes de Infraestruturas, Plano Director Municipal, 2012/CML



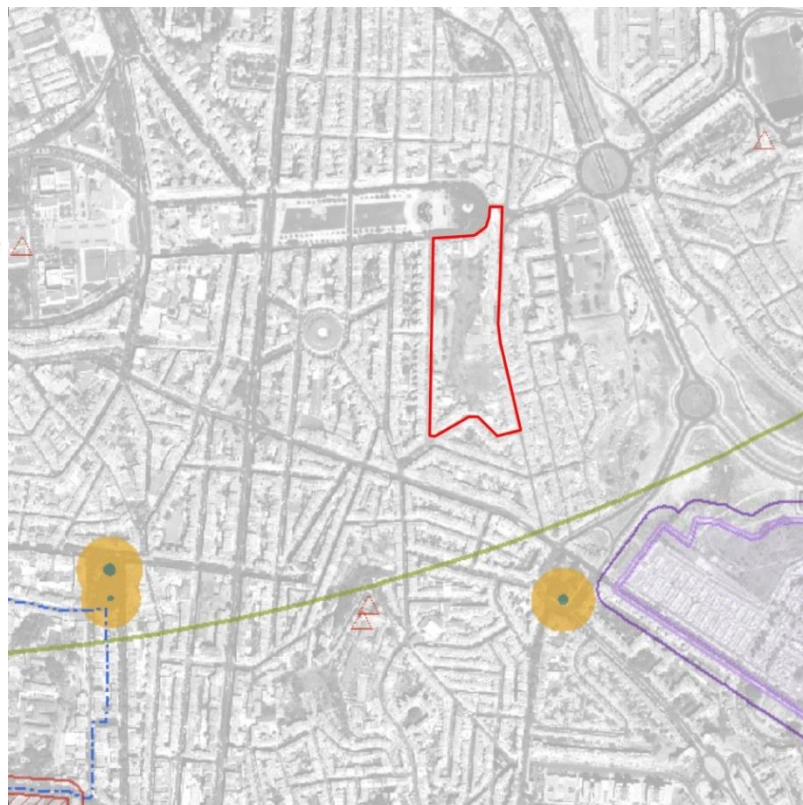
74 - Acessibilidades e Transportes, Plano Director Municipal 2012/CML

6. Acessibilidades e Transportes

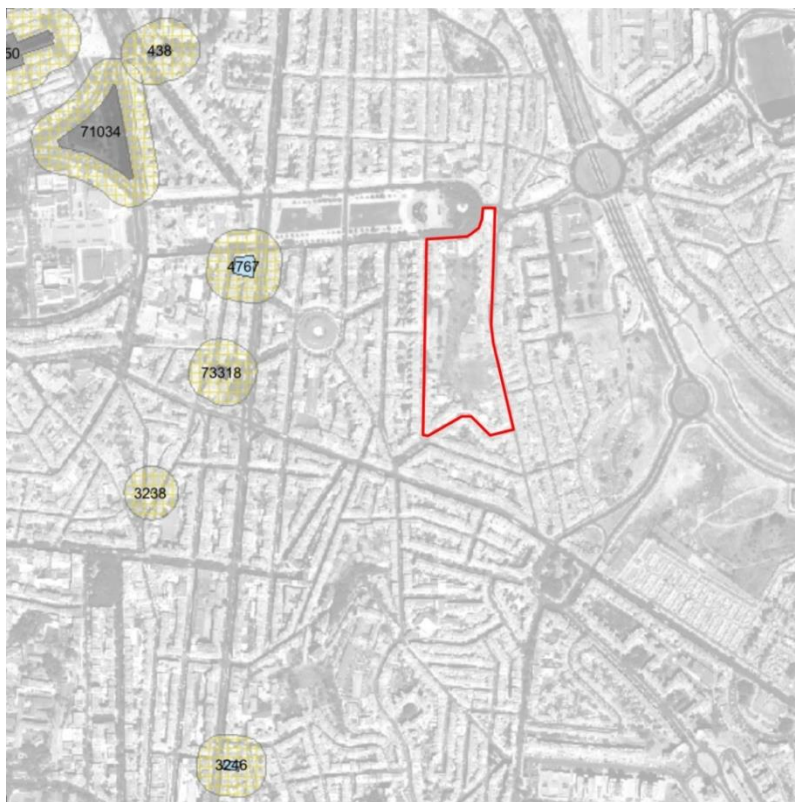
Relativamente à *Rede Viária*, o local de intervenção encontra-se nas proximidades de uma *Rede Rodoviária Municipal* de 2.º nível, protagonizada, a Oeste, pela avenida Almirante Reis e a Este, pela avenida Marechal Francisco da Costa Gomes, pelo túnel das Olaias e pela avenida Afonso Costa. O local é também servido por uma *Rede Rodoviária Municipal* de 3.º nível, protagonizada, a Norte, pela alameda Dom Afonso Henriques, pela Rua Cristóvão Falcão e pela rotunda das Olaias, a Sul, pela rua Morais Soares e a Sudeste, pela rua António Gonçalves.

Relativamente ao *Estacionamento* e de acordo com o artigo 74.º, o quarteirão encontra-se na Zona D, constituída pelo *“território municipal não abrangido pelas zonas A, B e C”* e correspondente *“a zonas de estacionamento padrão”*. Na sua proximidade e em torno das estações de metro da Alameda e de Arroios, o estacionamento é classificado como Zona A, correspondente *“às zonas da cidade que estão na área de influência direta das estações de metropolitano (...) e são delimitadas por círculo de 150 metros de raio, centrado em cada uma das saídas das estações ou interfaces”*.

O quarteirão encontra-se, também, próximo da Interface da Alameda. As interfaces, de acordo com o Anexo V, *“são hierarquizadas em função do volume e da oferta de transporte colectivo, da diversidade de modos de transporte, bem como do fluxo de passageiros (...)”*. No caso das interfaces de 2.º nível, o mesmo anexo refere serem *“importantes pontos de conexão para os fluxos pendulares com origem no exterior do concelho de Lisboa, em que não se oferece a componente de transporte individual ou que sejam pontos de cruzamento de duas ou mais linhas de transporte colectivo urbano de 1.º nível”*. Desta interface fazem parte as linhas verde e vermelha da Rede de Metropolitano de Lisboa.



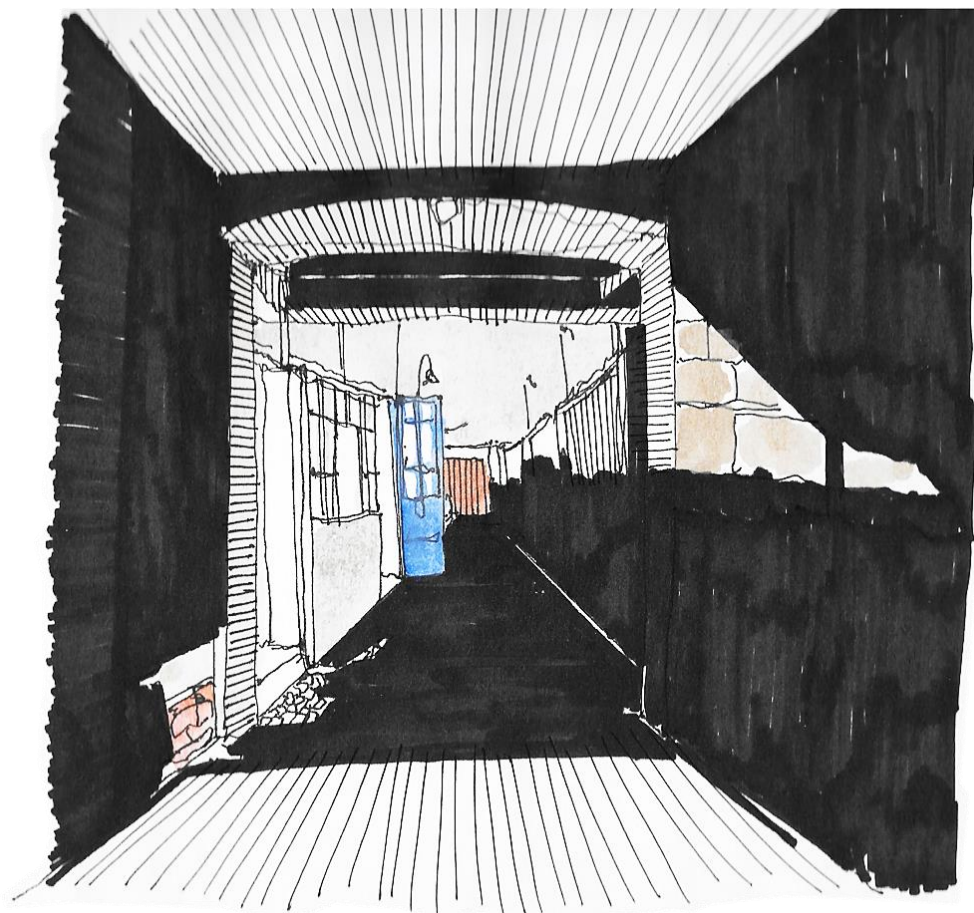
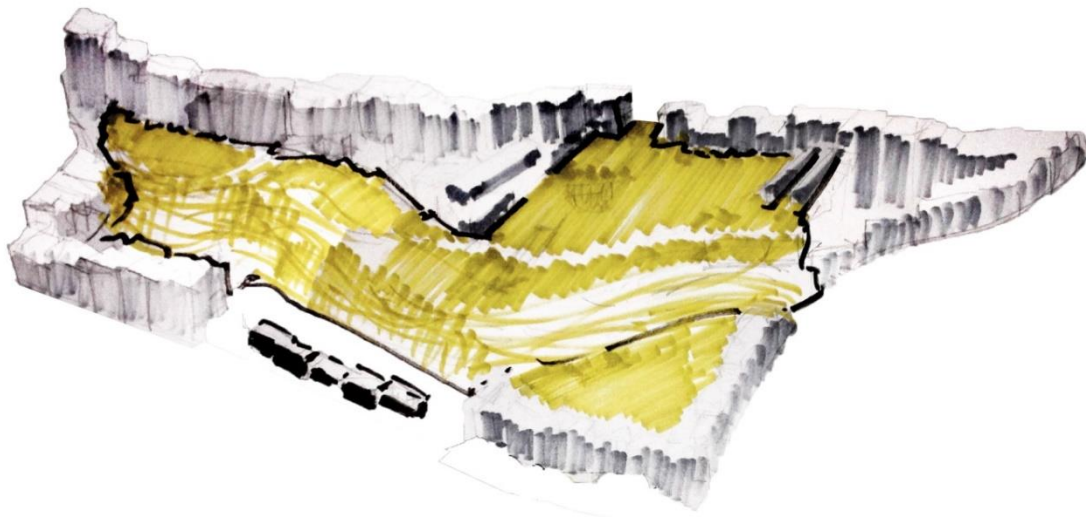
75 - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública I, Plano Director Municipal, 2012/CML



76 - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública II, Plano Director Municipal, 2012/CML

Anexo 4

Processo de trabalho



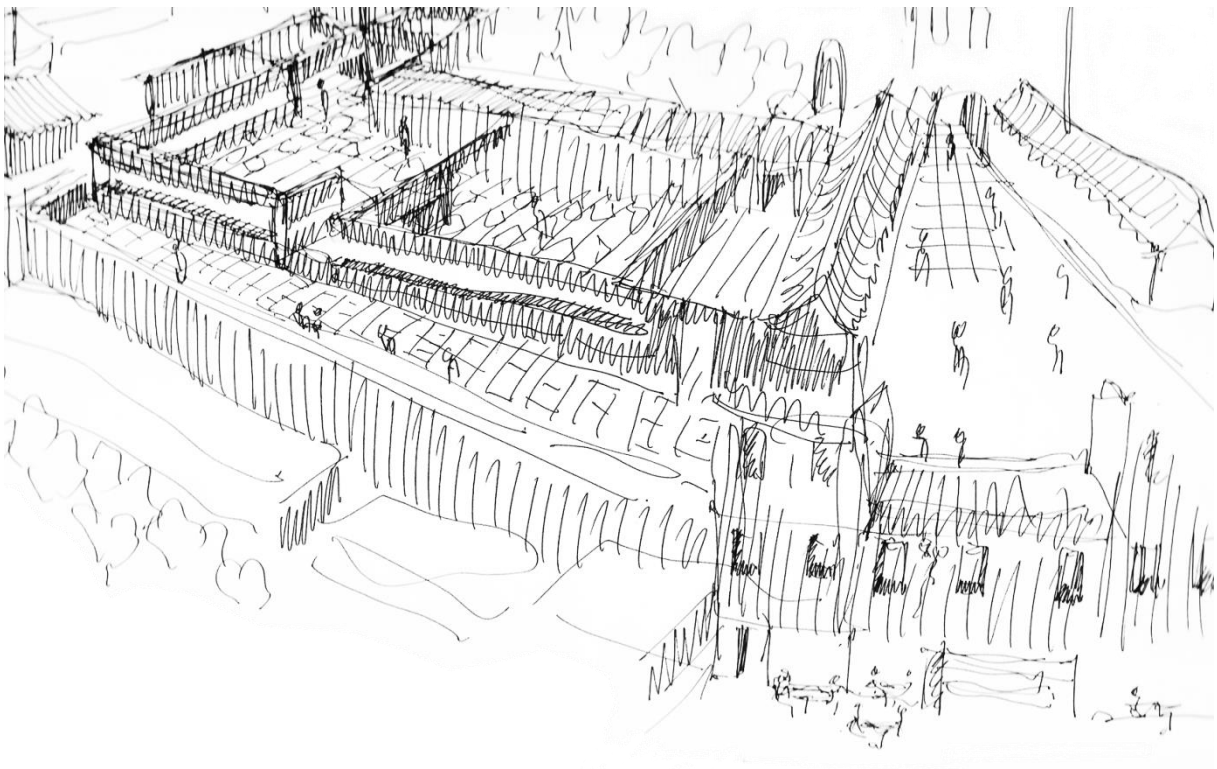
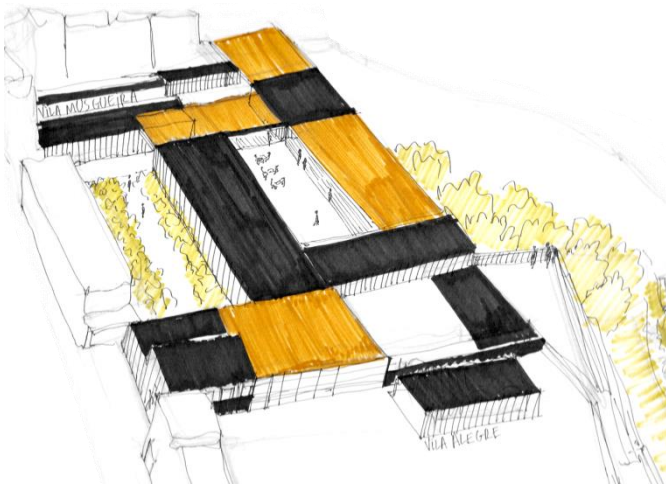
Vila Musgueira

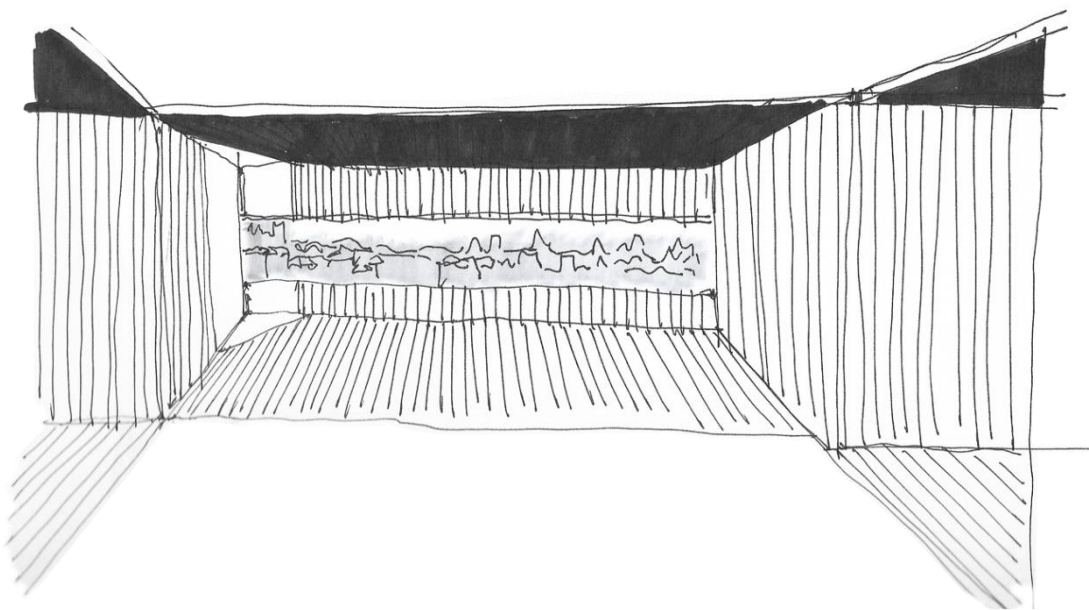
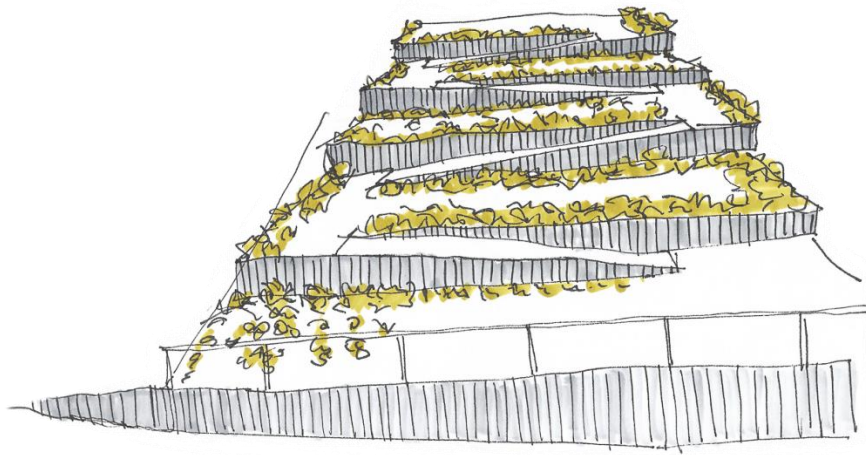


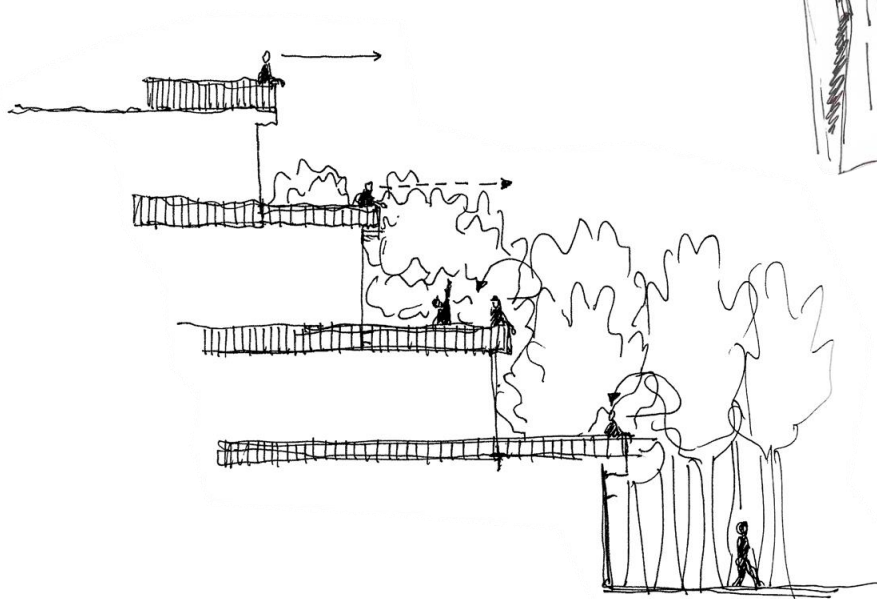
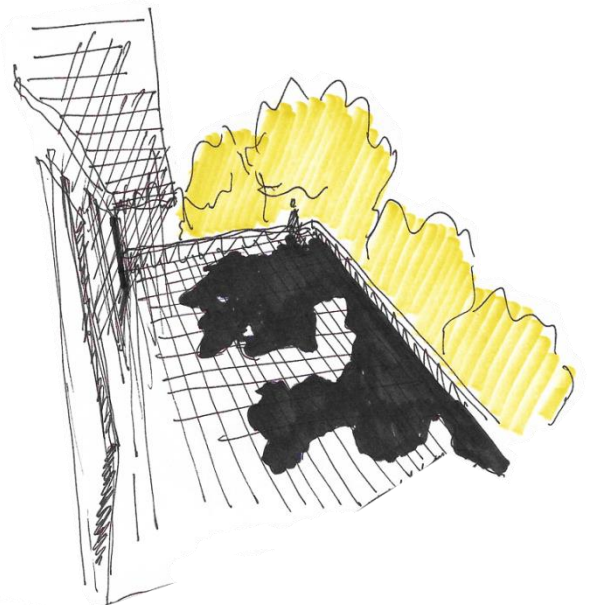
Desenho da Vila Musgueira, Sara Fontainhas

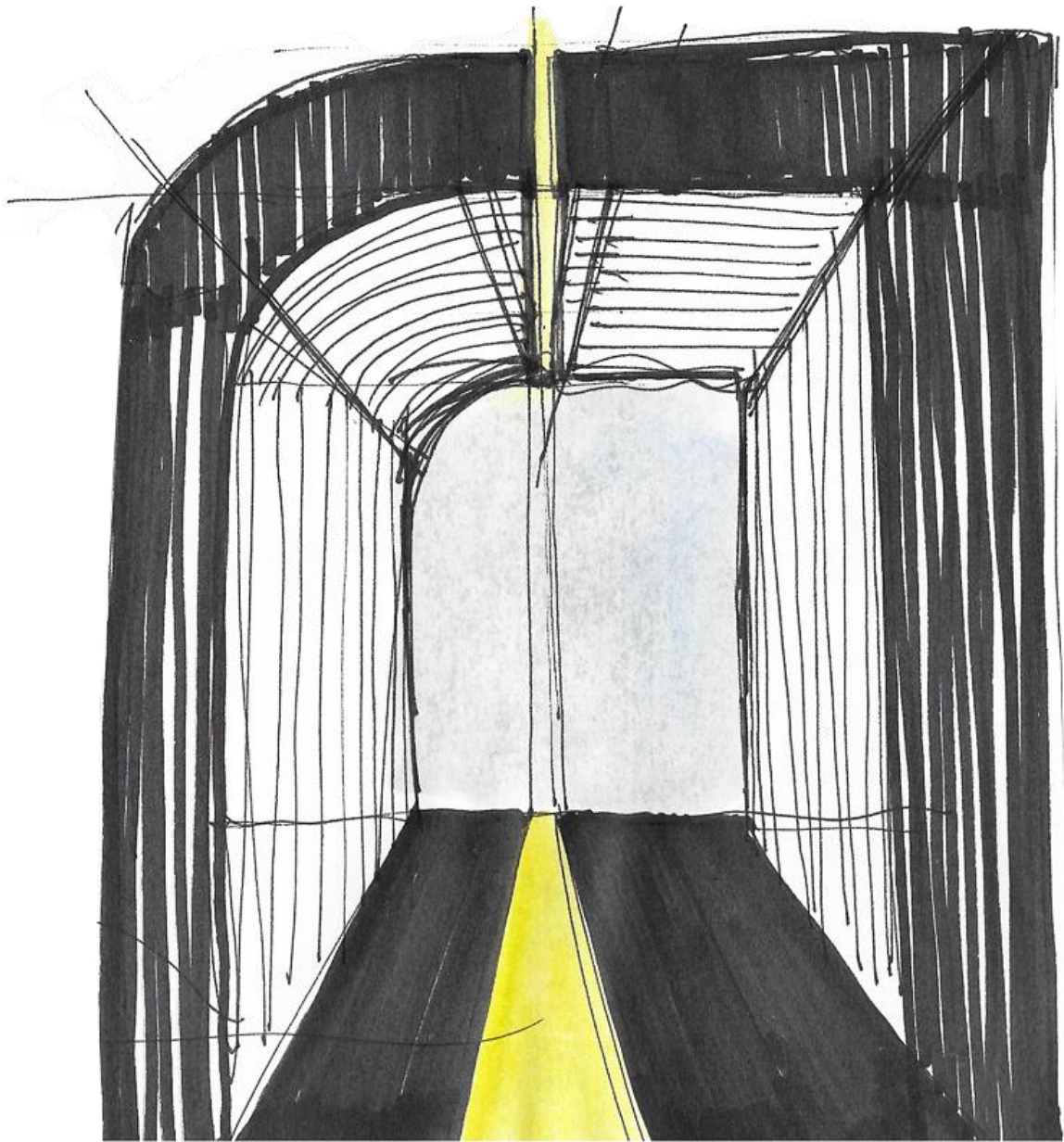
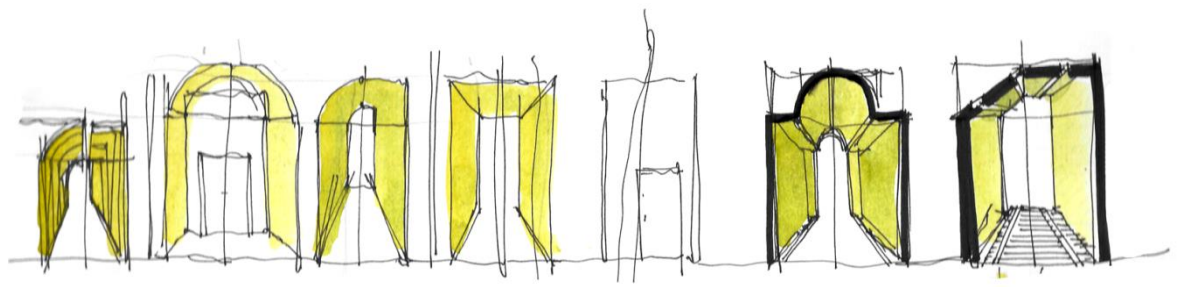


Desenho da Vila Alegre, Sara Fontainhas

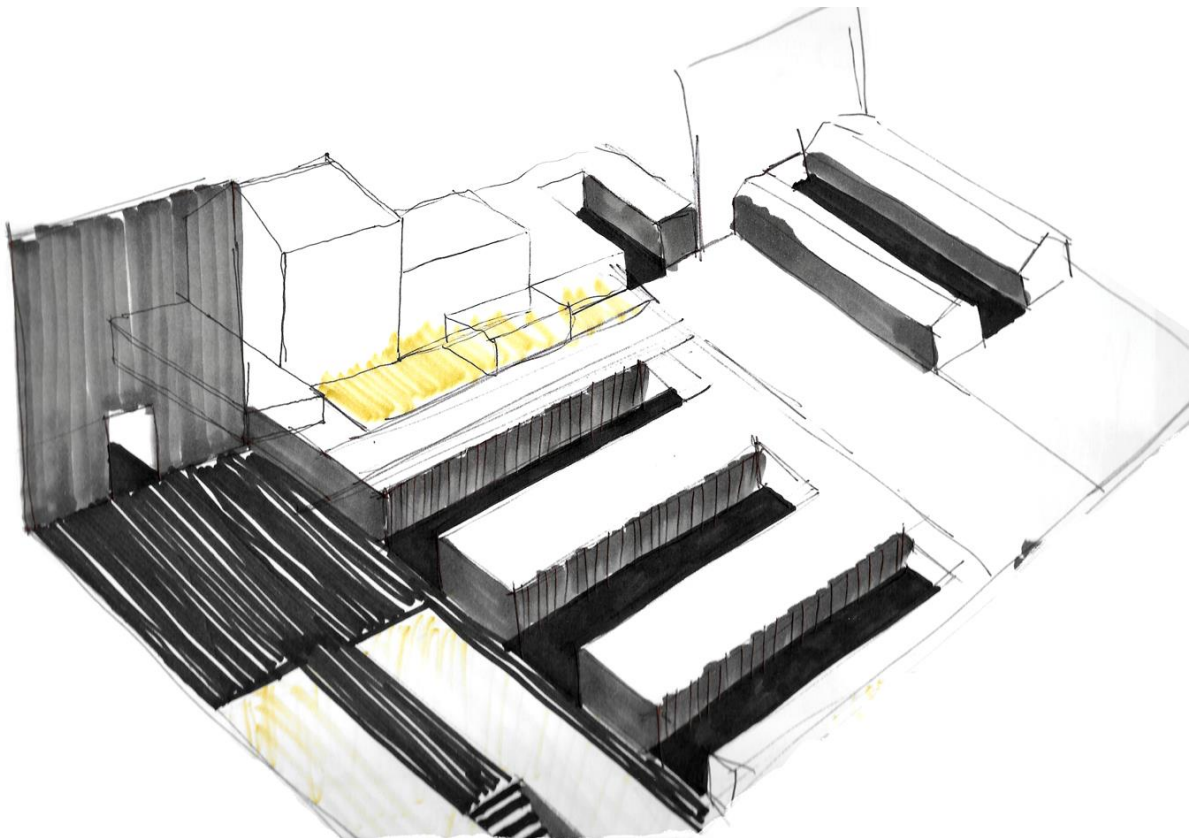
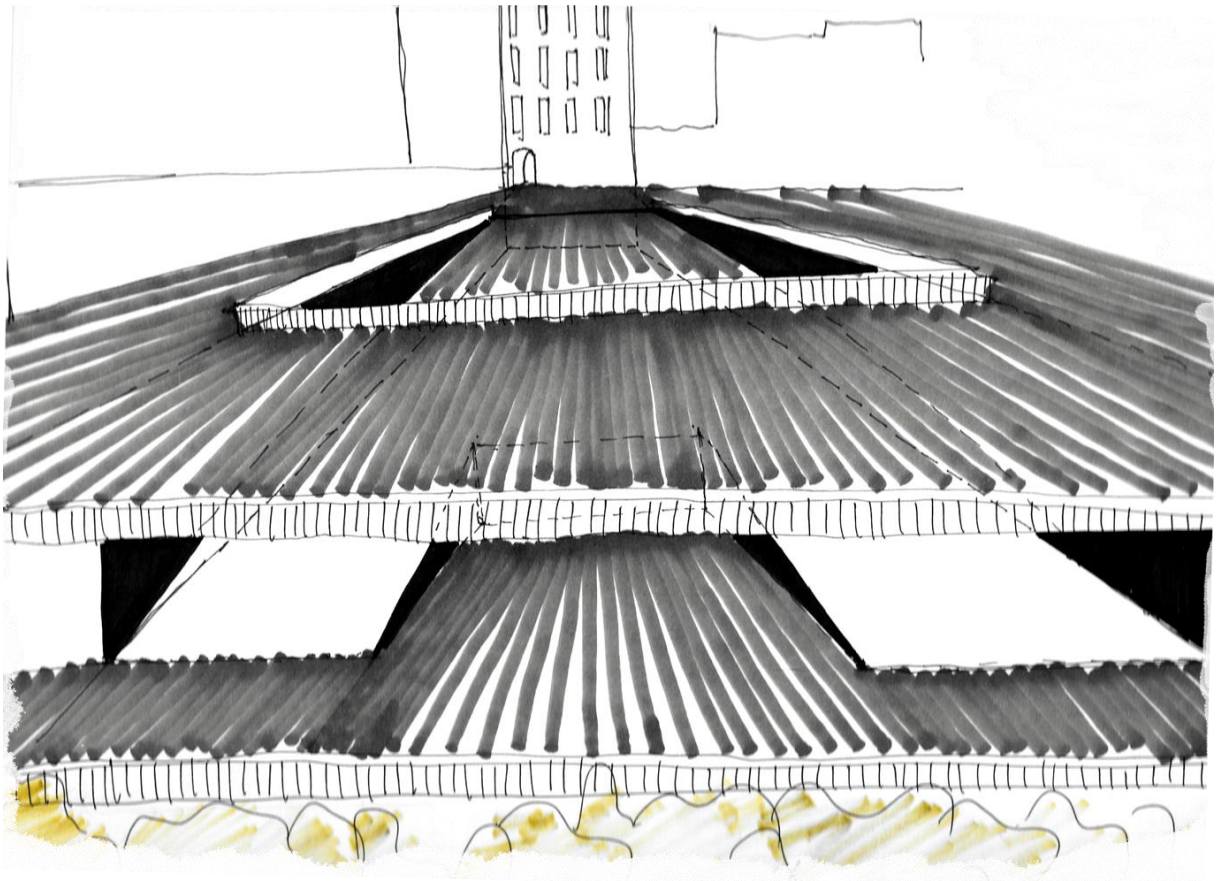


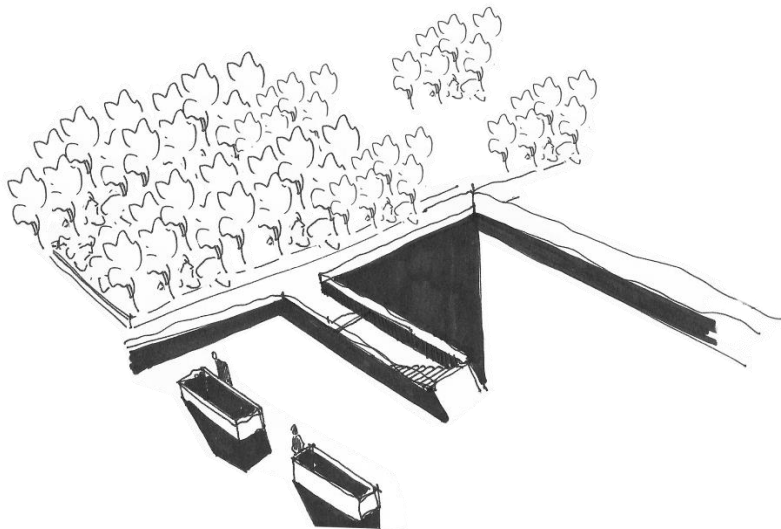
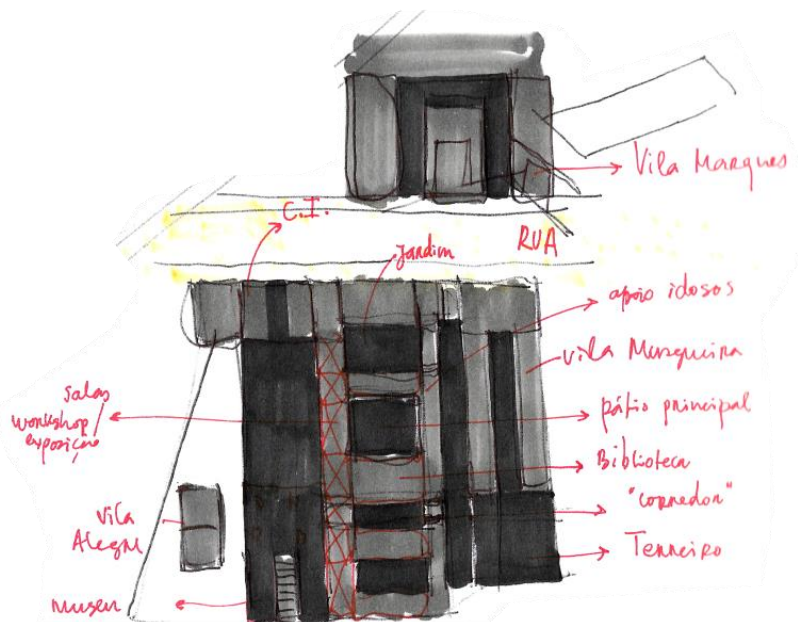
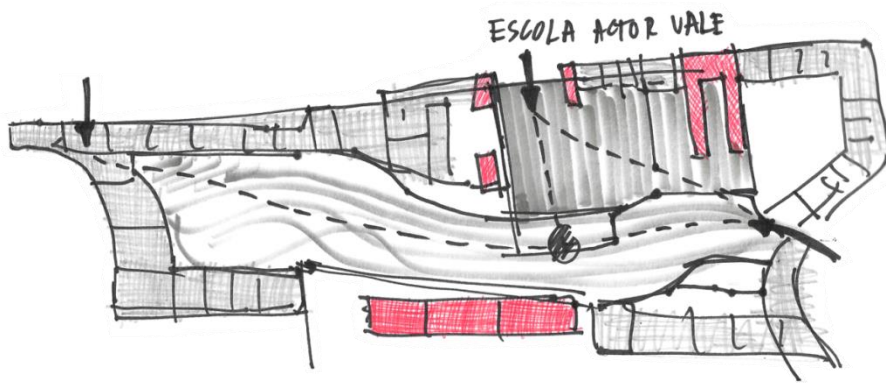


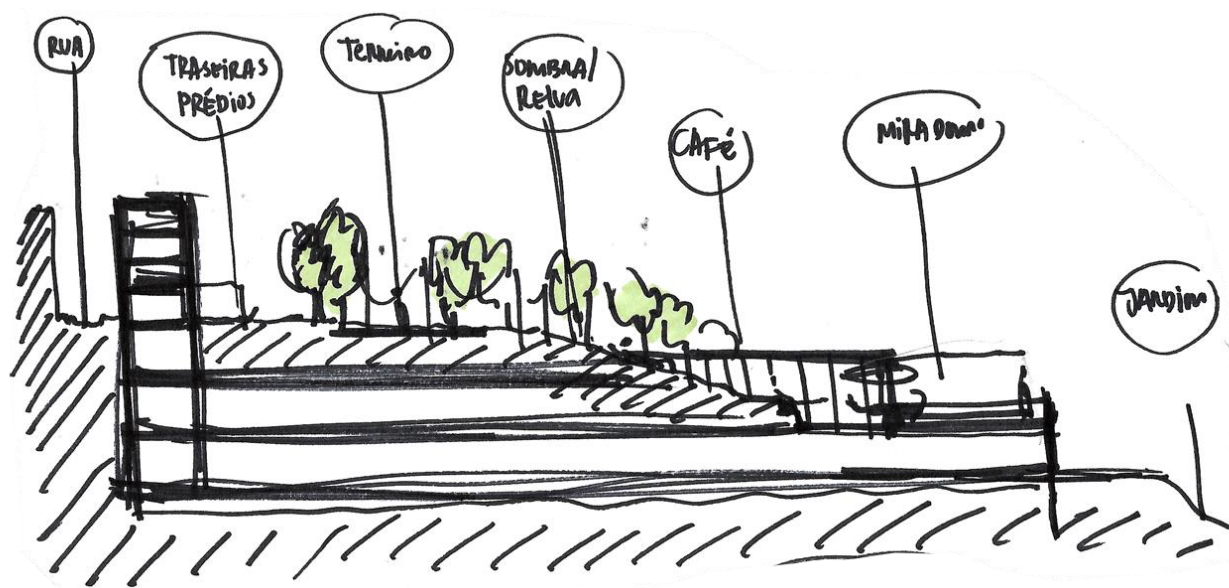
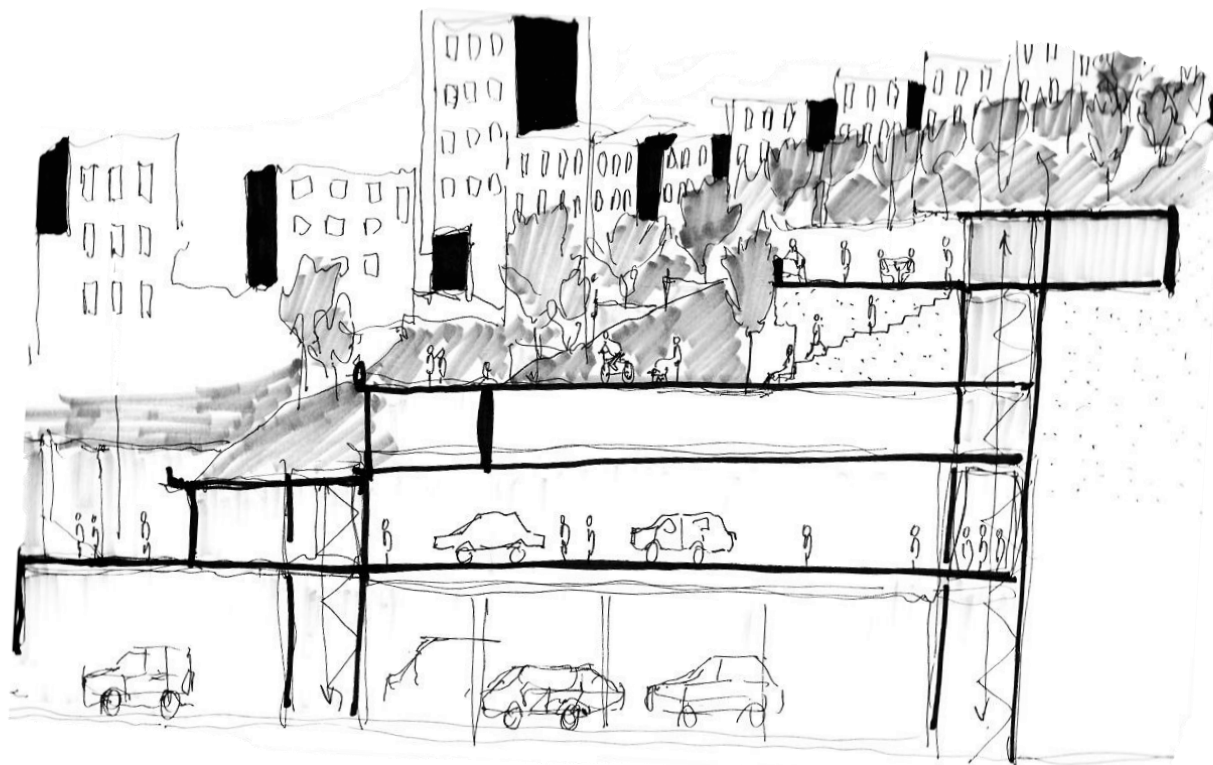


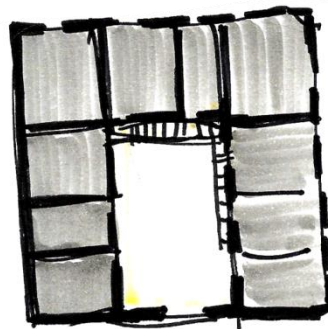
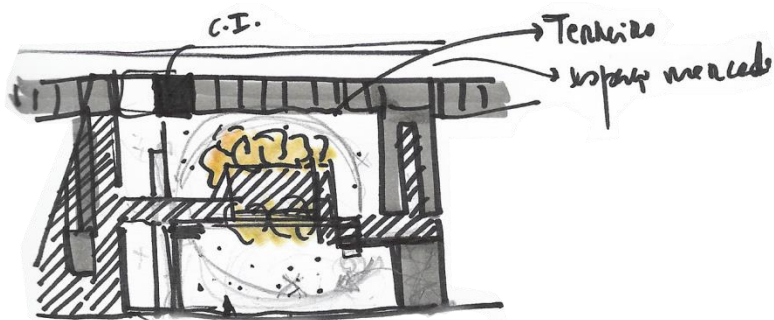




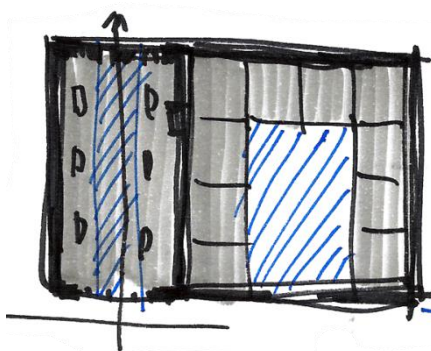




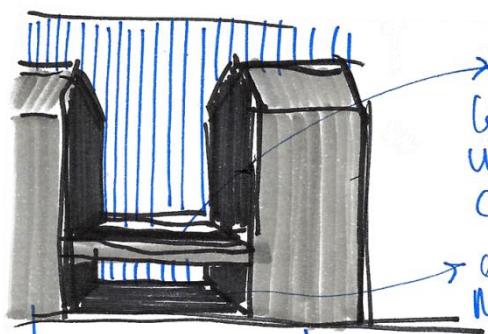




- oficinas
- WC
- workshops
- ateliers
- átrio
- cozinha, cantina, sala comum
- sala de reuniões
- cafés, coque
- acesso verticais



→ serviços básicos tradicionais no sopapo da antiga fábrica (sapateiros/ costureiros...)
OFICINAS



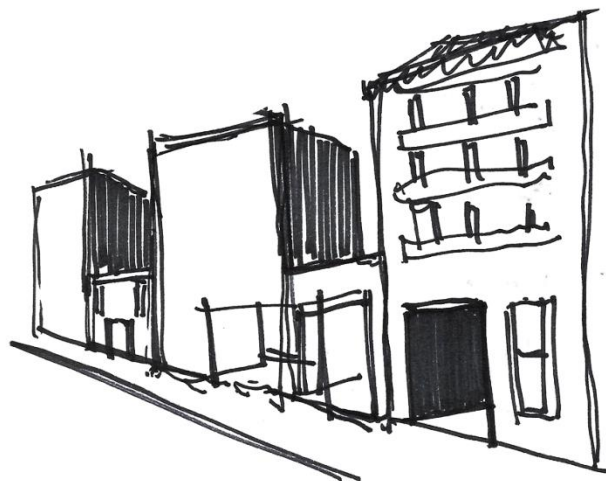
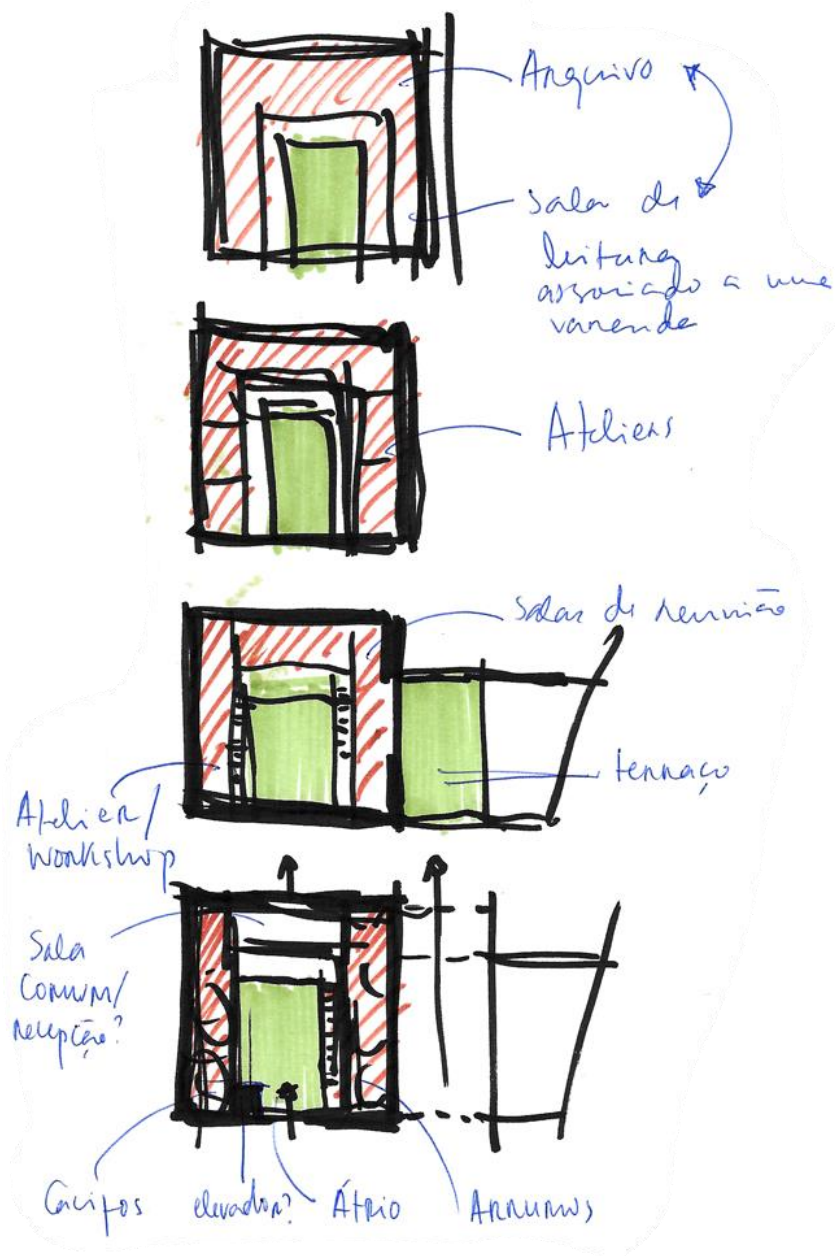
C.I.

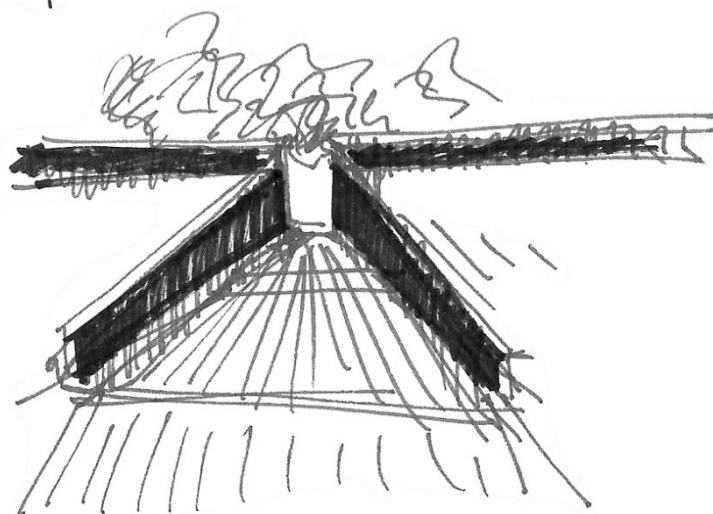
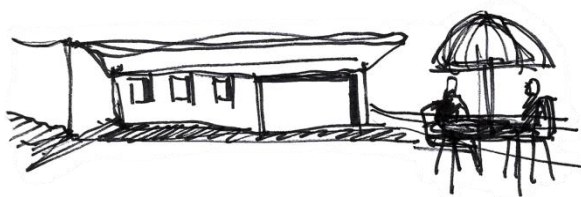
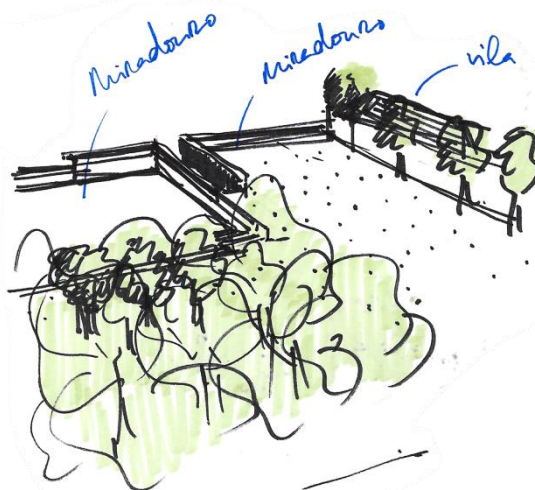
Hab. (existente)

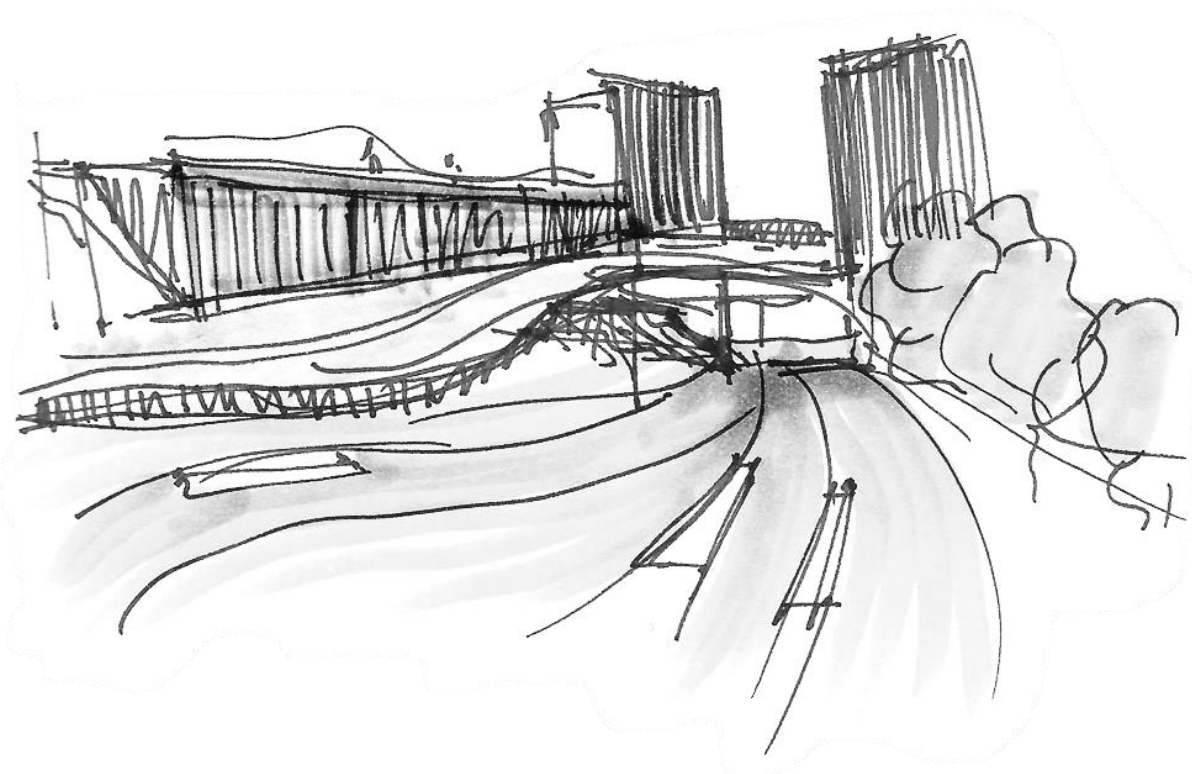
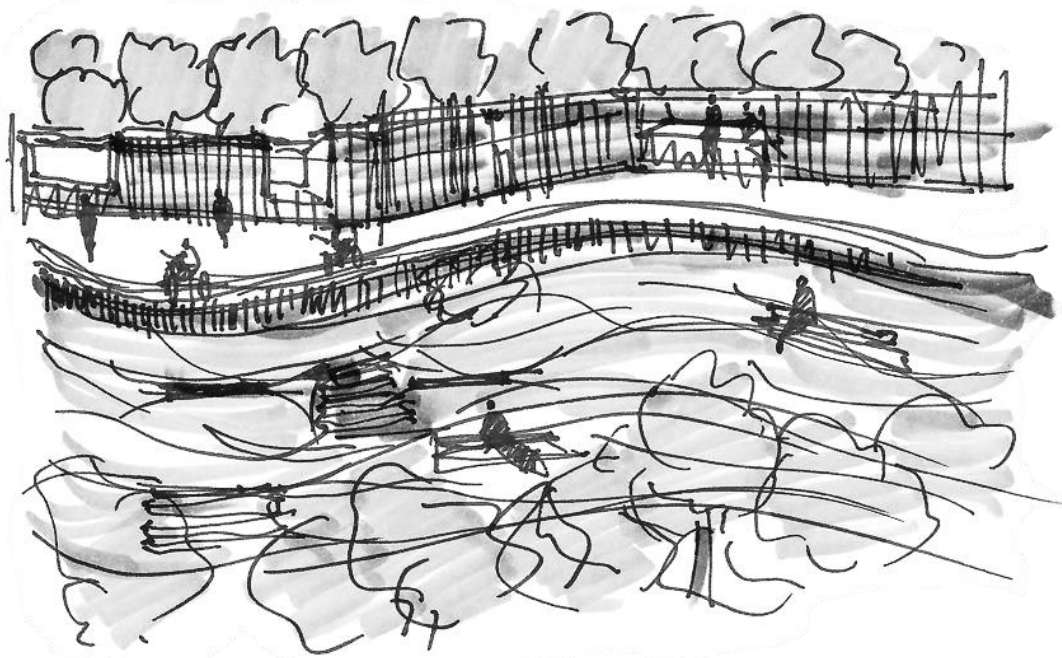
→ telhados
construção dos ~~seus~~
utilidades do C.I.

→ entrada p/ Minhocão





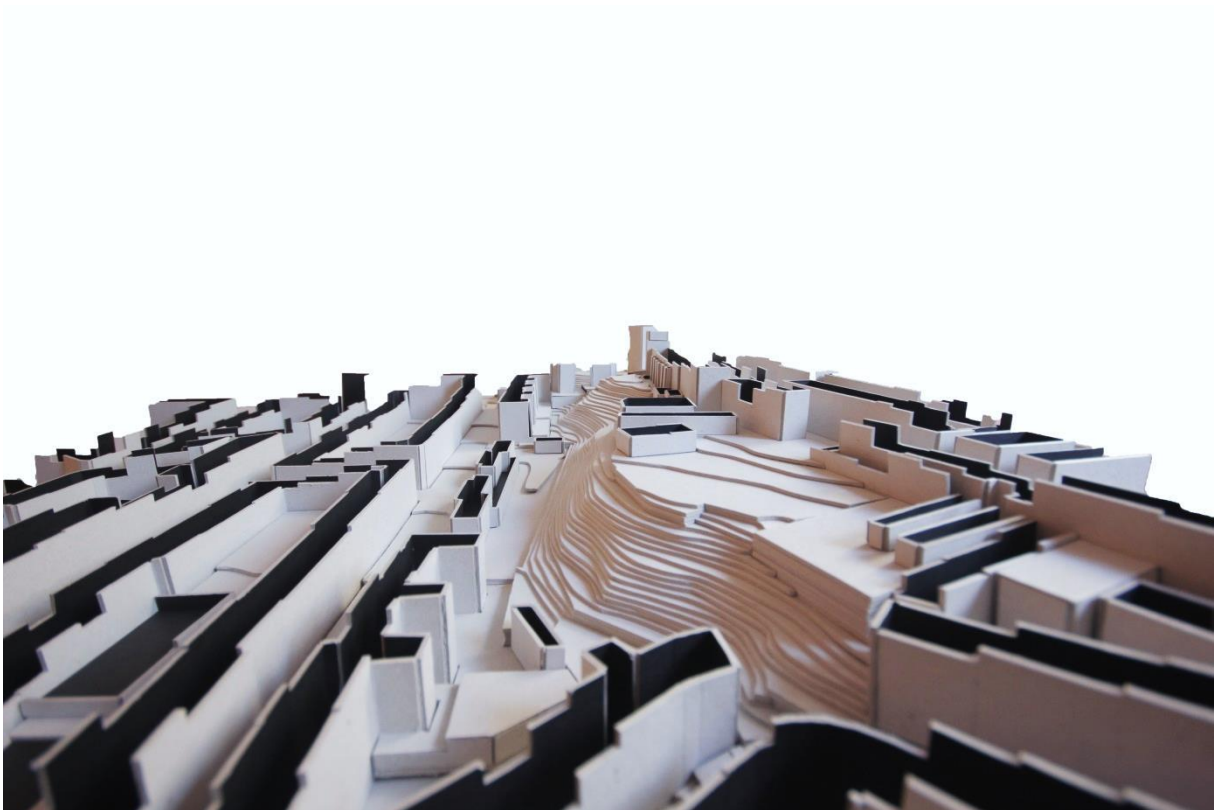






Maqueta 1:500







Anexo 5

Peças desenhadas

- 1 – Análises do vale da Almirante Reis (escalas 1:10000 e 1:15000), análise da avenida Almirante Reis (s/ escala), evolução do traçado urbano (s/ escala) e análises do quarteirão (escala 1:3000).
- 2 – Planta do quarteirão (escala 1:500).
- 3 – Planta de cobertura (escala 1:100).
- 4 – Planta do piso 0 (escala 1:100).
- 5 – Planta do piso -2 (escala 1:100).
- 6 – Planta do piso -1 e do piso tipo (escala 1:100), axonometria e ambiências.
- 7 – Corte alçado poente da galeria (escala 1:500) e corte alçado norte do edifício (escala 1:100).
- 8 – Corte alçado sul do edifício (escala 1:200), corte alçado poente do edifício (escala 1:200), alçado nascente do edifício (escala 1:100) e corte transversal do edifício (escala 1:100).
- 9 – Planta Hipsométrica (escala 1:2000 e 1:5000).